



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR –
MESTRADO PROFISSIONAL

GLAUCIA MICHELYNE PAES DE LIMA

SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA:
CONTRIBUIÇÕES DOS INSTRUMENTOS DO SINAES NO PROCESSO DE
AVALIAÇÃO, NA VISÃO DOS GESTORES

JOÃO PESSOA
2018

GLAUCIA MICHELYNE PAES DE LIMA

SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA:
CONTRIBUIÇÕES DOS INSTRUMENTOS DO SINAES NO PROCESSO DE
AVALIAÇÃO, NA VISÃO DOS GESTORES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora Prof^a. Dr^a. Mariana Lins de Oliveira.

JOÃO PESSOA
2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732s Lima, Gláucia Michelyne Paes de.

SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA : contribuições dos instrumentos do SINAES no
processo de avaliação, na visão dos gestores / Gláucia
Michelyne Paes de Lima. - João Pessoa, 2018.

125 f. : il.

Orientação: Mariana Lins de Oliveira.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. UFPB - SISTEMOTECA. 2. Biblioteca Central -
avaliação institucional. 3. SINAES - instrumentos de
avaliação. I. Oliveira, Mariana Lins de. II. Título.

UFPB/BC

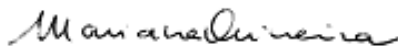
GLAUCIA MICHELYNE PAES DE LIMA

SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA:
CONTRIBUIÇÕES DOS INSTRUMENTOS DO SINAES NO PROCESSO DE
AVALIAÇÃO, NA VISÃO DOS GESTORES

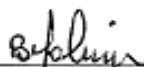
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 11/05/2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Mariana Lins de Oliveira (MPPGAV/UFPB)
Orientadora



Prof.ª Dr.ª Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
Titular Membro Externo (MPGOA/UFPB)

Prof.ª Dr.ª Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra.
Titular Membro Interno (MPPGAV/UFPB)

Prof.ª Dr.ª Maria da Salete Barboza de Farias
Titular Membro Interno (MPPGAV/UFPB)

Dr. Éder da Silva Dantas
Suplente Membro Interno (MPPGAV/UFPB)

Wilson Honorato Aragão
Suplente Membro Externo (PPGE/UFPB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por todas as graças, conquistas realizadas e por colocar pessoas maravilhosas na minha jornada.

A Minha orientadora, Mariana Lins, pois sem ela eu não teria chegado aqui. Muito obrigada por ter me corrigido quando sempre que necessário, assim como, agradeço pela dedicação, paciência, sabedoria e orientação competente. O meu muitíssimo obrigada, faltam-me palavras para retribuir.

Desejo igualmente agradecer aos professores da minha banca, Bernardina Freire, Graça Vieira, Salete Barboza, Éder da Silva Dantas e Wilson Aragão, por me darem a honra de tê-los na minha mesa, pela atenção, compreensão e pelas preciosas contribuições.

A minha mãe, Lina, que sempre me deu apoio, incentivo e amor para ter forças diante de todas as adversidades da vida. E que sempre esteve presente na minha vida primando pelos meus estudos e me incentivando a ir além.

Ao meu marido, José Fláudio Bezerra, pela paciência e compreensão nos momentos que me via cheia de atribuições decorrentes do mestrado, ele de alguma maneira me apoiava.

Agradeço aos meus irmãos, Cássia, Tarcizio e Tassiana, aos meus tio(a)s, primo(a)s, minha família e amigos, todos são pessoas que amo muito. O meu muitíssimo obrigado por sempre estarem ao meu lado e pela imensa compreensão nos momentos de minha ausência em função do mestrado e dos muitos compromissos profissionais que tenho que cumprir.

Aos meus colegas de trabalho e amigos que de alguma forma estiveram presentes nesta pesquisa, alguns participando de forma direta, outros e forma indireta, sendo assim deixo meus sinceros agradecimentos para Joás Jerônimo, Karla Oliveira, Susiquine, Valdemar Casado, Osivaldo Martins, Socorro Galdino, Tereza Chintya, José Vasconcelos, José Vicente, Jaqueline Rimá, Fernando Augusto, Maria de Lourdes e Clebson Leandro pelas contribuições, conversas, diálogos, trocas de experiências e aprendizados.

Assim como, agradecer aos participantes da minha pesquisa, cujos nomes o princípio ético da pesquisa não me permite revelar para não quebrar o anonimato. Muito obrigada pela participação, atenção e imensas contribuições.

A minha amiga e companheira de estudos de todas as tardes, também mestranda, Maria do Rosário Carvalho, que juntamente comigo vivenciou os corres-corres do mestrado. O meu muito obrigada pela paciência, sabedoria e muita força de vontade que ultrapassa sua pessoa e contagia os que se aproximam dela. Eu a agradeço, e principalmente por ser minha amiga!

A minha amiga Alexandra Willat, que em meio a suas muitas atribuições com seu trabalho, família e estudos, e que também vivenciou comigo os corre-corre do mestrado, ainda assim, consegui driblar o tempo para me ajudar, antes e pós defesa. Eu a agradeço muitíssimo por tudo, e agradeço também a Deus por ter nos aproximado e tê-la como amiga!

A mestranda, Maria José, Marri, muito querida por todos da turma. MUITÍSSIMO obrigada por toda a ajuda e contribuições feita a esse trabalho. Que Deus a abençoe cada vez mais, e que ela continue sendo esta pessoa maravilhosa.

A minha turma de mestrado, Ana Patrícia Guedes, André Domingos, Anna Regina, Anderson Lino, Angelita Grenfell, Carlos Roberto, Delosmar Constantino, Denise Furtado, Edseuda Pereira, Erika Vanessa, Fabiana Formiga, Georgia Dantas, Germano Alves, Gustavo Rodrigues, Gustavo Villarim, Heranir Fernandes, Italo Martins, Joao Bandeira, Juliana Paiva, Katiane da Cunha, Leonardo Monte, Liara das Graças, Luciano Rufino, Maria Alexandra Willat, Maria do Rosário Carvalho, Maria do Rozário Fonseca, Maria Jose Paiva, Milena Moura, Vanicleide de Carvalho, Rodrigo Araújo e Veronica Lins. Uma turma com muitas diferenças, mas com uma união sem tamanho, pois nós sempre nos alegramos com as conquistas de cada um. E, diferentemente dos outros grupos, já na reta final do mestrado, se uniu ainda mais, formando o grupo **Caminho da Vitória**. Gostaria de agradecer a cada um pelo carinho, cuidados, atenção e contribuições, e principalmente pela força e por estarem comigo até o último instante, agradeço a todos de coração.

Aos meus professores do programa de mestrado do MPPGAV por todos os encontros e conhecimentos passados.

A nossa queridíssima Rosilene, secretária do MPPGAV, uma benção que Deus colocou em nossas vidas! Ela é o nosso anjo!

A equipe CEDESP, Fátima, Clarissa, Nice, Noé e Vitor, o meu muito obrigada por todo apoio, atenção e carinho.

À diretora da Biblioteca Central, Maria de Fatima dos Santos Alves, que permitiu a realização deste trabalho. E que nos momentos difíceis me surgiu com um sorriso encantador e com abraço acolhedor. O meu muitíssimo, obrigada por tudo.

A Deus.
À minha mãe (Lina) e ao meu pai (Antônio, in
memorian), que dignamente me apresentaram
à importância da família, o caminho da
honestidade e da persistência.
Aos José(s) da minha vida, meu marido José
Fláudio e meu filho José Vitor, que mesmo
este estando dentro de mim mexeu com meu
ser vendo a vida com outros olhos menos
sistemático e mais emotivo.
Dedico!

“Toda a biblioteca é uma revolução de liberdades norteadas pela informação, alavancadora da reflexão crítica, da produção de conhecimento”.

Tutikian e Suñé (2011, p.13)

RESUMO

Este trabalho analisou como o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) utiliza os instrumentos do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) no processo de avaliação institucional externa realizada pelo MEC/INEP. Atualmente o processo de avaliação da educação superior acontece por meio do SINAES, sancionado em 2004 pela Lei 10.861. Este sistema propõe a avaliação do ensino superior sob três aspectos: avaliação institucional, avaliação de cursos e avaliação do desempenho dos estudantes, a Biblioteca universitária por sua vez está inserida dentro deste contexto avaliativo. A UFPB conta com um Sistema de Bibliotecas (SISTEMOTECA) formado por um conjunto de unidades que inclui a Biblioteca Central e dezessete (17) Bibliotecas Setoriais, que são integradas funcionalmente, visando atuar em consonância com as atividades fins da UFPB, também conhecido por SISTEMOTECA da UFPB. De acordo com os instrumentos do SINAES as Bibliotecas universitárias estão inseridas no contexto da infraestrutura institucional. Para o alcance dos objetivos propostos foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa que se caracterizou como sendo uma pesquisa descritiva e explicativa. Dentro do universo de servidores/gestores da Biblioteca Central, a análise contemplou as coordenações e chefias dos setores, cujas atividades se relacionavam aos indicadores dos Instrumentos dos SINAES. Foram realizadas pesquisas documental-bibliográfica e pesquisa de campo, paralelo a análise das narrativas dos participantes da pesquisa, estas obtidas mediante entrevistas semiestruturada. Este trabalho teve por justificativa a importância do papel da Biblioteca da UFPB e do seu sistema de Bibliotecas dentro da instituição como uma unidade integrante e participativa no processo educacional e de ensino, frente aos processos de avaliação externa e os instrumentos e avaliação como um forte aliado nesse processo.

Palavras-Chave: UFPB – SISTEMOTECA. Biblioteca Central – avaliação institucional. SINAES – instrumentos de avaliação.

ABSTRACT

This paper analyzes how the Federal University of Paraíba Libraries (UFPB) System uses the SINAES (National System of Evaluation of Higher Education) instruments in the process of external institutional evaluation carried out by the MEC / INEP. Currently, the process of evaluating higher education takes place through SINAES, sanctioned in 2004 by Law 10,861. This system proposes the evaluation of higher education under three aspects: institutional evaluation, evaluation of courses and evaluation of student performance, the University Library in turn is inserted within this evaluative context. The UFPB has a Library System (SISTEMOTECA) consisting of a set of units that includes the Central Library and seventeen (17) Sectoral Libraries, which are functionally integrated, aiming to act in consonance with the activities purposes of the UFPB, also known as SISTEMOTECA of the UFPB. According to the SINAES instruments, university libraries are inserted in the context of the institutional infrastructure. To achieve the proposed objectives, a qualitative research was carried out, characterized as a descriptive and explanatory research. Within the universe of servers / managers of the Central Library, the analysis contemplated the coordination and leadership of the sectors, whose activities were related to the indicators of the SINAES Instruments. Documentary-bibliographic research and field research were carried out, parallel to the analysis of the narratives of the research participants, which were obtained through semi-structured interviews. This work had as justification the importance of the role of the Library of the UFPB and its Library system within the institution as an integral and participatory unit in the educational and teaching process, facing the processes of external evaluation and the instruments and evaluation as a strong ally in this process.

Keywords: UFPB - SISTEMOTECA. Central Library - institutional evaluation. SINAES - evaluation tools.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Comparação da quantidade de IES nos anos de 2003 e em 2013	p. 37
Quadro 1 – Composição do SINAES	p. 40
Quadro 2 – Organização dos Eixos dos SINAES.	p. 57
Quadro 3 – Descrição e atribuição de conceitos	p. 57
Quadro 4 – Quadro dos pesos dos eixos para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica (presencial)	p. 58
Quadro 5 – Quadro do Eixo 5.....	p. 59
Quadro 6 – Organização dos Eixos dos SINAES – Infraestrutura	p. 60
Quadro 7 – Organização dos Eixos dos SINAES – Serviços e informação	p. 60
Quadro 8 – Organização dos Eixos dos SINAES – plano de atualização e acervo	p. 61
Imagem 1 – Foto do Jardim da Biblioteca Central da UFPB	p. 64
Quadro 9 – Divisões e seções da Biblioteca Central e quantitativo de respondentes	p. 66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE - Avaliação das Condições de Ensino
ACG - Avaliação de Cursos de Graduação
AVALIES - Avaliação das Instituições de Educação Superior
BM - Banco Mundial
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAVAC - Comissão de Avaliação da Graduação
CAVI - Comissão de Avaliação da Institucional
CEA - Comissão Especial de Avaliação do Ensino Superior
CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPC - Conceito Preliminar de Curso
IGC - Índice Geral de Cursos
ENC - Exame Nacional de Cursos
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
DAES - Diretoria e Avaliação da Educação Superior
GERES - Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PARU - Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE - Plano Nacional de Educação
PNLL - Plano Nacional do Livro e Leitura
RADs - Relatórios de Atividade Docente
SNBP - Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
SESu - Secretaria de Educação Superior
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
SISTEMOTECA - Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	BIBLIOTECAS - CARACTERÍSTICAS E ATUAÇÃO.....	19
3	EXPANSÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.....	34
3.1	SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES): ATUAL SISTEMA DE AVALIAÇÃO VIGENTE NO PAÍS.....	38
3.2	O SINAES E A LEGISLAÇÃO	48
3.3	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO SINAES.....	55
4	PERCURSO METODOLÓGICO	62
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA	63
4.2	SUJEITOS DA PESQUISA	65
4.3	INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	70
4.4	PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	71
5	SISTEMOTECA DA UFPB E SINAES	75
5.1	BIBLIOTECA CENTRAL: SERVIÇOS, ACERVO, INFRAESTRUTURA, E RECURSOS INFORMACIONAIS	76
5.2	SINAES: VISÃO DOS GESTORES.....	88
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
	REFERÊNCIAS	107

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por finalidade analisar o sistema de bibliotecas da UFPB ante o processo de avaliação institucional e as possíveis contribuições dos instrumentos dos SINAES ao SISTEMOTECA, na visão dos gestores. Desta forma o presente estudo buscou estabelecer conexões entre a efetividade do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba (SITEMOTECA) e o uso dos instrumentos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) no processo avaliativo determinado pelo INEP/MEC.

No mundo atual, a sociedade perpassa por constantes mudanças, como os avanços na tecnologia, globalização, sociedade do conhecimento e da informação, todos esses fatores fazem surgir novas formas de aprender e de ensinar. Nesse novo contexto as bibliotecas assumem novas competências, que implicam na orientação de seus produtos e serviços à melhoria dos resultados na formação dos alunos; à satisfação dos usuários e/ou comunidade atendida; ou em conformidade com as especificidades institucionais a qual a Biblioteca se vincula.

Com o processo de expansão do ensino superior, em especial, do setor privado, por força de lei as universidades entram no rol da avaliação, e conseqüentemente as bibliotecas universitárias também vem a participar desse processo. Desta forma, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) sancionado em 2004, pela Lei 10.861, propõe a avaliação do ensino superior sob três aspectos: avaliação institucional, avaliação de cursos e avaliação do desempenho dos estudantes.

De acordo com o Instrumento de Avaliação Institucional Externa de 2010, deve haver coerência entre a “Infraestrutura física”, em particular os espaços disponibilizados as atividades educacionais de “ensino e de pesquisa, biblioteca” e os “recursos de informação e comunicação” com o que foi instituído nos documentos institucionais. (BRASIL, 2010, p. 13).

Para Vieira (2004, p.2) o “SINAES tem duplo propósito: articular a regulação e avaliação educativa”. Conforme a Constituição, a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”, cujo objetivo está em preparar e desenvolver a pessoa, preparando-a para o trabalho, e em sua formação plena e atuação como cidadão (BRASIL, 1988, p.87). É importante lembrar, que esta formação é direcionada e consumada pela educação não somente pela família e sociedade, mas enriquecida e complementada pela educação formal.

O SINAES sofreu influência de algumas propostas que o antecederam, tais como: idéias do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), do processo de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES) e propõe uma revisão do Exame Nacional de Cursos (ENC).

Ao fazer uma retrospectiva é possível verificar que o processo de avaliação não acontece de forma aleatória, mas decorrente do imperioso processo de expansão do ensino superior, e dentre outros fatores acabam acarretando dificuldades ao Estado no que se relaciona aos processos de regulação, de controle, aos padrões de reconhecimento e de acreditação (JEZINE, SERRANO, 2013; DIAS SOBRINHO, 2010; SGUISSARDI, 2008).

Desta forma, avaliação do ensino superior serve como um importante instrumento que possibilita conhecer a realidade vivenciada pelas instituições superiores de ensino, assim como, oferece subsídios informacionais necessários ao planejamento e as intervenções estatais com vista à melhoria contínua das instituições públicas ou privadas. “Através da Avaliação é possível apreciar quantitativa e/ou qualitativamente um determinado objeto, proporcionando, desta forma, algum processo de mudança que visa trazer positivas modificações ao status quo” (PALITOT, SANTOS, BRITO, 2015, p. 01).

De acordo com a Lei do SINAES (10.861/2004), os processos de avaliação devem contemplar todas as instituições de ensino superior do país, assim como se estendem a elas, a obrigação de constituir suas Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) e a publicidade dos resultados, com vistas a manter transparência nos processos de avaliação. Diante desse contexto, a UFPB em sua atuação valoriza a continuidade da qualidade de suas ações administrativas, gerenciais e acadêmicas, almejando a formação cidadã aliada à produção do saber, a democratização do conhecimento, e dos processos de formação oportunizando as diversas camadas sociais (UFPB, 2014).

De acordo com documentos da UFPB desde a sua criação, a instituição tem em seu cerne o compromisso de promover o ensino, a pesquisa e a extensão, cujos valores são pautados no atendimento aos atuais anseios da sociedade, em especial à criação, à aplicação e a difusão do conhecimento. Sua missão está na formação de profissionais com qualidade técnica, e na produção da ciência em razão do desenvolvimento sustentável, não somente do Estado da Paraíba, mas também, de todo o Nordeste e do Brasil. (UFPB, 2014-2018).

A Universidade Federal da Paraíba tem sua formação em quatro Campus distribuídos da seguinte forma: Campus de João Pessoa (I), Campus de Areia (II), Campus de Bananeiras

(III) e o Campus de Mamanguape e Rio Tinto (IV), todos são contemplados pelo SISTEMOTECA da UFPB (UFPB, 2016).

Diante deste cenário, o universo desta pesquisa teve como foco principal o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba (SISTEMOTECA). A análise contemplou os servidores/gestores das divisões e seções da Biblioteca Central, no campus I, que no exercício e execução de suas atividades tem por base o uso dos instrumentos dos SINAES. Quanto aos procedimentos adotados foram realizadas pesquisas documental-bibliográfica e pesquisa de campo, paralelo a análise das narrativas dos participantes da pesquisa, sendo estes obtidos mediante realização de entrevistas, semi-estruturadas.

Para o alcance do objetivo principal, Analisar o Sistema de Bibliotecas da UFPB ante o processo de avaliação institucional e as possíveis contribuições dos instrumentos dos SINAES ao SISTEMOTECA, na visão dos gestores, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa. A pesquisa se caracterizou como sendo descritiva e explicativa, com isto se pretendeu explorar o máximo de informações inerentes ao uso instrumentos dos SINAES por parte SISTEMOTECA.

Os objetivos específicos desta pesquisa visaram: discutir os aspectos teóricos referentes às Bibliotecas universitárias de instituições públicas de ensino; examinar os documentos institucionais do SISTEMOTECA, legislação vigente em avaliação, entre outros documentos pertinentes ao atual processo de avaliação da educação superior – SINAES; e Caracterizar a atuação do Sistema de Bibliotecas da UFPB no processo de avaliação institucional.

O interesse pelo tema surgiu a partir da minha experiência, anterior ao trabalho na UFPB, em instituições privadas, no qual estive presente em dois atos autorizativos. Nos dois casos, a coordenadora da Biblioteca somente veio tomar conhecimento com pouco mais de um mês para estas avaliações.

A referida instituição possuía instalações prediais novas, entretanto estas ainda requeriam uma atenção especial quanto ao requisito Infraestrutura, que corresponde ao Eixo 5¹, Dimensão 7 (infraestrutura), do Instrumento de Avaliação Institucional Externa do SINAES, no qual a Biblioteca esta inserida nesse processo de avaliação, visto ser este ser um ponto de grande importância para este trabalho (BRASIL, 2014b).

¹ O Instrumento de Avaliação Institucional Externa se divide em cinco Eixos, que corresponde as dez dimensões do SINAES. O Eixo 5 “corresponde à dimensão 7” (BRASIL, 2014b), ambos se referem a infraestrutura física, assim a avaliação desses eixo/dimensão devem contemplar: “salas de aula, **Biblioteca**, laboratórios, instalações administrativas, sala de docentes, coordenações, área de lazer e outros” (**grifo nosso**) (BRASIL, 2006, p.2).

Atualmente estou lotada na Biblioteca Central como Bibliotecária do setor da Circulação, sou servidora da UFPB desde janeiro de 2010, minha lotação inicial na instituição foi na Biblioteca Setorial de Medicina, onde permaneci por volta de cinco anos, porém dentro deste íterim minha experiência em avaliação externa se resumiu a um curso realizado em São Paulo, fato que estranhamente me inquietou, sendo este um dos principais motivos que me colocou a campo para estudar os instrumentos dos SINAES, como melhor trabalhar e fazer uso dos Instrumentos de Avaliação Institucional e/ou de Curso, uma iniciativa que tive na época foi buscar informações quanto a Gestão do SISTEMOTECA em relação ao uso desses instrumentos.

Este trabalho se justifica pela extrema importância do Processo de Avaliação Externa para as instituições de ensino superior, especialmente em relação ao uso dos instrumentos do SINAES por parte das Bibliotecas universitárias, visto estas participarem dos dois processos avaliativos, de instituição e de curso.

Os instrumentos dos SINAES incluem uma série de documentos, que orientam os processos regulatórios. É importante lembrar, que a proposta do SINAES é que todos participem do processo de avaliação, outro ponto importante está no conhecimento dos instrumentos de avaliação, não apenas como um documento normativo de regulação, que deve ser atendido e respeitado, mas sobretudo, como instrumento de qualidade, possível de gerar melhorias contínuas para instituição.

Este trabalho está organizado em seis capítulos: cinco contemplando o conteúdo central da dissertação e o sexto, as considerações finais. O primeiro capítulo apresenta os elementos introdutórios da temática, neste capítulo também se encontram outros elementos importantes, tais como a definição e delimitação do problema em questão, os objetivos, as escolhas metodológicas e o porquê da realização desta pesquisa.

O segundo, aborda o papel das bibliotecas em meio processo de desenvolvimento e transformações que a sociedade contemporânea vem sofrendo. Assim, sob o forte reflexo dos avanços tecnológicos, das novas formas de ensinar e aprende, assim como das transições sócio-político e econômicas, as bibliotecas vêm cada vez mais evoluindo para atender a essas novas realidades e demandas. Neste capítulo também vai ser apresentado os diferentes tipos de bibliotecas, e um pouco da sua evolução histórica no país.

O capítulo terceiro trata do processo de expansão da educação superior no Brasil, que acaba se consolidando aos poucos pela presença significativa do crescimento das instituições privadas. Inclui também, o atual sistema de avaliação vigente no país, o Sistema Nacional de

Avaliação da Educação Superior (SINAES), a sua legislação, e os instrumento de avaliação institucional.

O quarto capítulo apresenta todo o percurso metodológico, as opções metodológicas, as justificativas e escolhas pelo aporte teórico. Para o universo da pesquisa, elegeu-se o SISTEMOTECA (Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba) da UFPB, sendo sujeitos da pesquisa servidores/gestores da Biblioteca Central, sediada no Campus I. Dos instrumentos à pesquisa de campo, para tal, buscou-se trilhar os seguintes passos: elaboração dos instrumentos de coleta de dados, nesse caso foi elaborado um roteiro de entrevista considerando dez perguntas contemplando o SISTEMOTECA da UFPB; a Biblioteca Central, visto esta ser a unidade gestora do SITEMOTECA e os instrumentos de avaliação do SINAES. Ainda nesse capítulo, está presente uma breve apresentação do institucional da Universidade Federal da Paraíba e o seu SISTEMOTECA versus o processo de avaliação externa.

O quinto capítulo traz análise dos dados obtidos com a pesquisa de campo, a partir da análise temática. A análise das entrevistas se constituiu de dois momentos, o primeiro contempla os questionamentos relacionados à Biblioteca Central: serviços, acervo, infraestrutura, e recursos informacionais, num segundo, trabalha as questões relativas ao SISTEMOTECA da UFPB e o SINAES.

E por fim o capítulo seis, este se refere às considerações finais, retoma as intenções da pesquisa, faz um diálogo entre o que foi proposto e o que se conseguiu alcançar, bem como apresenta as contribuições da pesquisa para o SISTEMOTECA.

2 BIBLIOTECAS - CARACTERÍSTICAS E ATUAÇÃO

A sociedade atual vive em meio a constantes mudanças, com os avanços na tecnologia, associado ao mundo virtual e as novas formas de aprender e de ensinar. É nesse contexto de constantes transformações que se percebe o forte reflexo da informação nas relações humanas, nas políticas e na economia para o desenvolvimento da sociedade.

A Biblioteca por sua vez, desempenha importante papel nesse processo de desenvolvimento e transformação, como unidade e ao mesmo tempo, veículo formador de opinião e de conhecimento. Para Tutikian e Suñé (2011, p.13) “nenhum livro é inocente! e, nesse sentido, pode-se completar que toda a biblioteca é uma revolução de liberdades norteada pela informação, alavancadora da reflexão crítica, da produção de conhecimento”.

Araújo e Oliveira (2005, p.30) definem Biblioteca como “uma coleção de documentos bibliográficos (livros, periódicos etc.) e não bibliográficos (gravuras, mapas, filmes, discos etc.) organizada e administrada para formação, consulta e recreação de todo o público ou de determinadas categorias de usuários”.

Segundo os autores supramencionados (2005) a Biblioteca é

Um organismo vivo a serviço da comunidade; nela, obtemos respostas às nossas mais diversas indagações. O lugar de destaque que ela ocupa no mundo atual decorre da importância que a informação tem para cada sociedade. Assim, a biblioteca participa do aprimoramento intelectual, humanístico, técnico e científico de todos os segmentos sociais (ARAÚJO e OLIVEIRA, 2005, p.35).

A partir da inclusão dos recursos eletrônicos, das tecnologias digitais de informação e comunicação, o conceito de biblioteca acaba por ganhar por ganhar novas definições, conforme Kuramoto (2006, p.286), trata-se de “um sistema de informação que envolve coleções compostas tanto por informações referenciais (metadados) e conteúdos integrais, quanto apenas informações referenciais, com o propósito de facilitar o acesso a informação a comunidade científica e tecnológica”.

Ao caminhar pela história das Bibliotecas, verifica-se que esta é uma instituição que antecede as universidades, e até mesmo o livro, pois já existiam nas civilizações mesopotâmicas, egípcias, gregas e romanas, e justamente por esse fato, as Bibliotecas possuem maior capacidade de se adaptar aos novos contextos sociais (DODEBEI et al, 1998). O autor completa que a “utilização das bibliotecas pelas universidades determinou mudanças e transformações em ambas”, no caso das Bibliotecas, pode-se verificar essa afirmação na

“composição de seus acervos, bem como na natureza de sua estrutura, organização e funcionamento” (DODEBEI et al, 1998, p. 07).

Lubisco (2016) explica que, apesar de existir diferentes tipos de bibliotecas, as funções que essas exercem basicamente são as mesmas. Assim, nas palavras da autora,

As bibliotecas, desde suas origens mais remotas e mesmo tendo antecedido o livro, têm as mesmas funções tanto do ponto de vista interno, como externo: reunir (coleccionar), organizar, disseminar e preservar (documentos/informações). Sabe-se que uma ou outra função, segundo o momento histórico, foi mais ou menos privilegiada, como foi o caso, na Idade Média, da disseminação, praticamente inexistente, e da preservação, bastante desenvolvida (LUBISCO, 2016, p. 02).

Na história das Bibliotecas no Brasil, verifica-se o surgimento das primeiras a partir de 1549, por iniciativa de diferentes ordens religiosas no país, em especial, tinha-se uma forte atuação dos padres Jesuítas da Companhia de Jesus. Esses missionários se dedicaram ao ensino e a pregação da fé católica aos índios e aos filhos dos colonos. Desembarcaram na cidade de Salvador em uma expedição organizada por Tomé de Souza, primeiro governador-geral (SANTOS, 2010; ARAÚJO e OLIVEIRA, 2005; CUNHA, 1980).

Os jesuítas perceberam que, para melhor aceitação dos nativos ao catolicismo seria necessário que eles soubessem ler e escrever, e neste mesmo ano fundaram em Salvador, Bahia, a primeira escola elementar. Ao longo de vinte anos, foram fundadas escolas de instrução elementar e nelas, também, foram criadas bibliotecas. De Salvador a obra jesuítica seguiu em direção ao Sul do país, no qual criaram mais escolas em Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo de Piratininga (atual cidade de São Paulo) e a construção de três colégios, com o objetivo de preparar novos missionários, no Rio de Janeiro, em Pernambuco e na Bahia. (SHIGUNOV NETO, MACIEL, 2008; NUNES, CARVALHO, 2016).

Conforme Reis (2008), nas bibliotecas dessas ordens religiosas, existem os mais importantes acervos, sendo estes encontrados em conventos na Bahia, dentre os quais estão:

O Convento de São Bento (1575), Convento do Carmo (1586), Convento das Mercês (1654), Convento de Santa Clara do Desterro (1667), Convento do São Francisco (1686), Convento da Soledade (1735), Convento da Conceição da Lapa (1744), todos com bibliotecas dotadas de acervos importantes (REIS, 2008, p. 51).

Em 1759 os Jesuítas são expulsos do Brasil, pelo Marquês de Pombal, com isto a Companhia de Jesus do Brasil teve seus bens confiscados, escolas são fechadas e boa parte

dos acervo das Bibliotecas acabam sendo abandonadas ou destruídas (MORAES, 2006). Segundo Niskier (2001, p. 34) a expulsão dos Jesuítas simbolizou “a primeira grande e desastrosa reforma de ensino no Brasil”.

É com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, que esse cenário muda, com a criação da biblioteca real do Brasil, hoje, atual Biblioteca Nacional (BN) e instalação da imprensa régia no país (ELLIS, 1975).

Porém, a primeira Biblioteca Pública surgiu em Salvador, na Bahia, em 1811, planejada por Pedro Gomes Ferrão de Castelo Branco tinha o propósito de se tornar uma instituição de instrução para a população, cujo custeio não dependia de recursos do governo. A implantação da Biblioteca Pública da Bahia não obteve êxito, dessa forma o governo passou a subsidiar Bibliotecas públicas em outras cidades (SANTOS, 2010; ARAÚJO e OLIVEIRA, 2005).

Ao realizar uma retrospectiva histórica, verificam-se os reflexos do processo de formação da sociedade brasileira na história das Bibliotecas, em especial as universitárias. Isso porque, a instituição universitária no Brasil, acontece tardiamente. De acordo com Orso (2001, p.1) a universidade, no Brasil, só veio a “ser criada 45 anos após à proclamação da República”, o que retarda também, o surgimento das Bibliotecas universitárias no país, e a faz ser uma instituição relativamente nova.

Outro fato que também marcou a história das Bibliotecas brasileiras, e que também a deixou à margem dos países que tiveram o sistema universitário desenvolvido precocemente, foi no período ditatorial no qual as Bibliotecas não ficaram imunes as repressões e as censuras (ORSO, 2001).

No período da ditadura militar não somente as Bibliotecas foram alvo de inspeção, mas escolas, jornais, teatros, entre outros. Nesse período mandatos foram cassados, direitos políticos suspensos, cidadãos presos, e as Bibliotecas por sua vez, se tornaram alvo das forças armadas “militares que penetraram nas Bibliotecas [do centro de formação de professores] e provocaram autêntico rasga-rasga de livros. Ainda a propósito, os jornais fizeram publicar seguidamente matérias sobre os livros apreendidos” (GERMANO, 1989 apud CASTRO 2003).

De acordo com Castro (2003)

Com o Estado Novo, [...] a censura instala-se no Instituto de Educação, em especial na Biblioteca por acreditarem que no seu acervo havia livros subversivos [...] paralelo a censura aos livros e às Bibliotecas, Getúlio Vargas incentiva e implementa a política assistencialista de distribuição de

livros às bibliotecas públicas, através do Instituto Nacional do Livro (INL). (CASTRO, 2003, p.67)

O Instituto Nacional do Livro (INL) foi criado pelo Decreto-Lei nº 93 de 1937, na gestão Gustavo Capanema como Secretário de Educação e Saúde. Das atribuições do INL estavam: a organização e publicação de uma enciclopédia e um dicionário nacional; realizar a edição de obras raras ou preciosas de relevância a cultura nacional; promover o barateamento de livros, assim como criar vias facilitadoras a importação de livros estrangeiros; e promover meios de organizar e auxiliar as bibliotecas públicas do país (BRASIL, DECRETO-LEI Nº 93, 1937)

Conforme Leitão (2010, p. 112), na Era Vargas, o INL priorizou a "publicação de livros aprovados pela censura, especialmente os didáticos, estimulando o trabalho de editores e bibliotecas, contudo, sem desenvolver uma política pública para elas". (LEITÃO, 2010, p. 112).

Ainda na Era Vargas, também se observou um aumento no número de Bibliotecas, que pelo íterim de 1938 à 1945 passou 78 (setenta e oito) bibliotecas públicas para 332, no qual foram distribuídos cerca de 259 (duzentos e cinquenta e nove) mil volumes (Paiva, 2008). De acordo com Medeiros, Almeida e Vas (2014), no período compreendido entre 1946 a 1964 não houve mudanças significativas nas políticas públicas para as bibliotecas. Segundo esses autores,

Essa foi uma época marcada por várias transições de governos e cada qual tinha suas metas para o desenvolvimento do país no que se referia à infraestrutura. Em 1960 seria criada a Campanha Nacional do Livro (CNL), ligada ao INL, que tinha por objetivo formar o hábito da leitura e o desenvolvimento das bibliotecas. Todavia suas ações centraram-se novamente na distribuição de exemplares, apoio técnico às bibliotecas e convênio com as prefeituras (MEDEIROS, ALMEIDA e VAS, 2014, p.45).

Com reforma universitária de 1968, o processo de expansão da educação superior no Brasil, e a consequente obrigatoriedade da existência de Bibliotecas em instituições de nível superior como requisito obrigatório para os atos de autorização para o funcionamento destas, assim como, para os processos de credenciamento e credenciamento das instituições, verifica-se não somente o aumento do número de bibliotecas universitárias, mas os impactos que influenciam diretamente nas estruturas e instalações físicas destas (OLIVEIRA, 2005; OLIVEIRA e DUMONT, 2010).

No âmbito das bibliotecas públicas, no período marcado entre 1964 à 1984, houve uma descontinuidade da política pública para essas bibliotecas, que se caracterizou em decorrência de três gestões distintas do INL, seguindo planos e concepções implantados a

cada gestão conforme o entendimento de seus dirigentes (PAIVA, 2008). Ainda nas palavras do autor supracitado (2008),

O primeiro dirigente, um general, desejou utilizar a biblioteca pública como instrumento de integração nacional; a bibliotecária e escritora que dirigiu o INL no segundo período, identificou as bibliotecas públicas como bibliotecas escolares; e o terceiro dirigente, um escritor, implementou um Sistema Nacional de Bibliotecas, de acervo marcadamente literário e brasileiro. Ainda assim, nesse período o INL manteve sua concepção de política do livro como política de bibliotecas. (PAIVA, 2008, p. 32).

O primeiro gestor foi Humberto Pelegrino (1967-1969), em sua gestão as atividades do INL voltavam-se a promoção da cultura e da educação. Segundo Paiva (2008) em 1967, no início da gestão de Pelegrino foi publicado um Diagnóstico Preliminar da Cultura, no qual se constatou: problemas relacionados aos acervos, tais como a desatualização e sua composição, que em sua maioria se desenvolvia por doações; instalações e localização impróprias; déficit de pessoal e de equipamentos; além dos precários meios de conservação e de comunicação; e pouca ou nenhuma cooperação entre bibliotecas.

O resultado desse diagnóstico apontou para a necessidade de expansão da indústria do livro, cuja solução estaria na criação mais bibliotecas, estas mantidas pelo Estado.

As consequências previstas pelo Diagnóstico eram que a criação de bibliotecas estimularia e sustentaria a produção editorial, baratearia o livro, aumentaria o consumo de papel e favoreceria novos escritores. Portanto, tratava-se, mais uma vez, de uma política do livro, e não da biblioteca, visando estimular a indústria editorial. (PAIVA, 2008, p. 33).

Este diagnóstico, também, preconiza a “implantação e a manutenção de bibliotecas infantis, e a criação de unidades culturais compostas de biblioteca e discoteca, galeria e auditórios em bairros ‘desassistidos’” (PAIVA, 2008, p. 33).

Maria Alice Barroso ficou como gestora do INL pelo período de 1970 a 1974, sua administração trouxe mudanças significativas, as quais se podem citar: mudança de sede do Rio para Brasília e a política do livro deixa de ser voltada a cultura e passa a funcionar em direção da educação, visto que esta direção entendia que a biblioteca pública deveria dar suporte a educação formal.

Quando na verdade, segundo manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas (1994), a biblioteca pública é

O centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes (...). Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. As coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriadas assim como fundos tradicionais. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As coleções devem refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação. As coleções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais. (UNESCO, 1994, p.01).

De acordo com Milanese (1993, p.55) a partir da década de 1970 surge a necessidade da criação de bibliotecas escolares, visto à inexistência dessas nos estabelecimentos de ensino, assim as bibliotecas públicas “foram, praticamente, transformadas em bibliotecas escolares [...] daí nasceu à necessidade de adaptar a velha biblioteca pública a essa nova demanda. A primeira medida foi a compra de obras adequadas”.

Desta forma a biblioteca pública, que inicialmente fora criada com a proposta de promover o incentivo a leitura e a cultura, passou a ter um novo propósito, o de atender aos estudantes, em especial aos que não dispunham de recursos financeiros de ter sua biblioteca particular em casa, ou seja, “uma espécie de ajuda aos alunos pobres” (MILANESI, 1993, p.55). Com isto, as bibliotecas públicas passam a ter justificadas sua existência, pois “elas passaram a ser vistas mais claramente como instituições de utilidade. Foram, pois, as obrigações escolares que tornaram a biblioteca algo mais concreto” (MILANESI, 1993, p.55).

Ainda na gestão de Maria Alice Barroso ocorreu também a criação do Programa Nacional do Livro (PNL), este apresentava dois subprojetos: o primeiro correspondia ao livro didático; e o segundo, ao livro literário. Nos dois casos o INL deixa de realizar a compra e distribuição e passa a intervir na edição, conforme adoção de regime de co-edição (PAIVA, 2008).

Nessa gestão, também, foram criados: o Programa de Treinamento Intensivo para Auxiliares de Biblioteca (PROTIAB), este previa treinamento e técnicas bibliotecárias e formação para auxiliares atuar como agentes sociais, como uma nova filosofia de curso; o Projeto Piloto de Bibliotecas do Estado de Pernambuco, com a definição de parâmetros a ser adotados pela INL para implementação de um sistema de bibliotecas públicas no país; e a criação do Projeto de Serviços Bibliotecários, por meio do uso de carros-biblioteca, implantado na região da Transamazônica (PAIVA, 2008).

O terceiro dirigente foi Herberto Sales (1974 a 1985), este propõe a reedição de obras necessárias ao resgate da bibliografia brasileira. Posteriormente, Sales transfere o Programa do Livro Didático do INL para a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME). E no ano de 1976 cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) (PAIVA, 2008, p. 38).

A partir da década de 1980, acontece a reabertura política, entretanto a efervescência que acontecia na comunicação entre o ensino e a Biblioteca, no período anterior ao militar, não mais existia (CASTRO, 2003).

Em 1985, José Sarney assim que assumiu a presidência da República criou o Ministério da Cultura, pois para o então presidente o objetivo era priorizar a cultura. E em julho do ano subsequente aprovou a Lei nº 7.505/1986b (BRASIL, 1986), esta foi a primeira lei federal voltada ao incentivo a cultura, também conhecida como, Lei Sarney. Esta lei estabelece benefícios fiscais a instituições para realização de eventos culturais e artísticos, tudo conforme Sarney.

Nesse período o INL passou pela gestão de Fábio Lucas, este manteve a proposta do livro como política para bibliotecas públicas. Em seguida, Wladimir Murtinho assume a direção do INL, e sob sua gestão desenvolveu uma “política de bibliotecas autônomas” (MEDEIROS, ALMEIDA e VAS, 2014, p.45).

Com a Lei Sarney ainda vigente, a política adotada por Murtinho acaba por ser favorecida, visto que esta lei também favorecia a captação de recursos para o desenvolvimento de acervos de bibliotecas públicas e aquisição de periódicos, assim foram incluídas “novas tendências nos serviços das bibliotecas públicas, como informação utilitária e centros de cultura e convivência” (PAIVA, 2008, p. 41).

Observa-se que o INL passou por muitas fases, mas nada comparado a década de 1930. E, em 1991 o Instituto Nacional do Livro (INL) foi extinto, sendo suas atribuições, dotações orçamentárias, acervo e demais funções incorporadas pela Fundação Biblioteca Nacional, e neste mesmo ano a Lei Sarney foi revogada, ficando em seu lugar a Lei nº 8.313, também conhecida como Lei Rouanet (MEDEIROS, ALMEIDA e VAS, 2014).

Esta lei foi criada por Sérgio Paulo Rouanet com o objetivo de contemplar o setor cultural, assegurando as diferentes camadas sociais o livre acesso as mais diversas fontes culturais, com a valorização das mais variadas manifestações e expressões culturais, bem como dos criadores dos bens culturais produzidos no país (PAIVA, 2008). Assim, a Lei de Rouanet tinha por finalidade,

Garantir o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais; promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais; apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores; proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional; salvaguardar a sobrevivência e o florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade; preservar os bens culturais de valor universal, formadores de conhecimento, cultura e memória; e, priorizar o produto cultural originário do País. (PAIVA, 2008, p. 72).

Segundo Paiva e Andrade (2014) apesar da Lei de Rouanet ter sido de grande importância para o fomento da cultura no país, essa lei pouco favoreceu as bibliotecas públicas, visto que os benefícios concedidos por essa lei acontecem mediante apresentação e aprovação de projetos, sendo assim, para as bibliotecas serem contempladas em grande escala, essas precisariam de uma participação maior na submissão de projetos. Vale salientar, que algumas associações conseguiram aprovar e executar projetos voltados as bibliotecas, como por exemplo o BibLivre, um software de gerenciamento de bibliotecas totalmente gratuito. Neste sentido, Paiva (2008) afirma que

De qualquer modo, a Lei Rouanet e outros instrumentos de captação de recursos foram mais utilizados na música, no cinema, no teatro, do que nas bibliotecas. Um notório e raro projeto proposto, sob os auspícios da Lei Rouanet, que resultou em benefício para bibliotecas públicas, foi o BibLivre. (PAIVA, 2008, p.90).

No início do governo Collor o Ministério da Cultura foi transformado em Secretaria da Secretaria de Cultura, esta ficou vinculada a Presidência da República. Para as bibliotecas o principal impacto foi o fim da Fundação Pró-Leitura. E apenas em 1992, dá-se início a uma nova fase as bibliotecas públicas no país. Neste ano o então presidente da república, Fernando Collor, sanciona os decretos nº 519 e nº 520, o primeiro dispõe sobre o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER); o segundo estabelece a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas (PAIVA e ANDRADE, 2014).

Ainda nas palavras dos autores supramencionados (2014, p. 7) tanto o PROLER, quanto o Sistema Nacional de Bibliotecas apresentaram perspectivas interessantes ao desenvolvimento das bibliotecas, assim de um lado esta a “promoção, a disseminação e a integração de práticas de leitura” do outro, está a “estruturação de um sistema nacional que integraria as bibliotecas públicas dos estados, que, por sua vez, deveriam ramificar essa estrutura nos seus Municípios, descentralizando a política”.

No governo de Itamar Franco o Ministério da Cultura foi recriado, porém sem mudanças substanciais, já em relação as bibliotecas as grandes conquistas foi Proler e o SNBP sob a Fundação Biblioteca Nacional. No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) consolida-se o fortalecimento da moeda brasileira, assim como a abertura econômica já iniciada pelo governo Collor. Nesse período o país entra na era da globalização, vive-se a explosão da internet e afirmação crescente do neoliberalismo (PAIVA, 2008).

Ainda no governo FHC, deu-se início ao programa de implantação de uma biblioteca em cada município. Outro fato importante foi o Programa Sociedade da Informação, este “não incluiria as bibliotecas públicas dentre as estruturas prioritárias, mas sim como ferramenta auxiliar, principalmente como ponto de acesso às tecnologias de informação e comunicação”; e o Cadastro Nacional de Bibliotecas, que antes era enviado para a FBN passa a ser enviado para o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), este priorizou as bibliotecas especializadas e universitárias (PAIVA, 2008, p. 116).

Segundo Valentim (2016), tanto as bibliotecas universitárias, quanto as bibliotecas especializadas

Têm desempenhado um importante papel na constituição de repositórios institucionais, uma vez que as universidades e os institutos de pesquisa brasileiros são os que mais geram conhecimento no país, conhecimento este advindo de pesquisas realizadas por pesquisadores, docentes e discentes. (VALENTIM, 2016, p.28).

No governo de Lula (Luiz Inácio Lula da Silva) foi aprovado o novo estatuto da FBN, o qual define o quadro de cargos e legitima as funções da fundação, entretanto o Proler e o SNBP não sofrem alterações em sua estrutura e funções. Ainda neste governo foi criada a Institui a Política Nacional do Livro sancionada pela Lei N° 10.753, de 30 de outubro de 2003, e no ano subseqüente o governo apresenta o Programa Fome de Livro.

A Lei N° 10.753/2003 não somente assegura uma política voltada aos livros, esta também contempla as bibliotecas, as livrarias e os pontos de venda de livros. Assim, dentre as suas diretrizes e normas, no que concerne as bibliotecas, esta lei propõe: “implementar programas anuais para manutenção e atualização do acervo de bibliotecas públicas, universitárias e escolares, incluídas obras em Sistema **Braille**” (grifo do autor); “instalar e ampliar no país [...] bibliotecas e pontos de venda de livro”; e “exigência pelos sistemas de ensino, para efeito de autorização de escolas, de **acervo mínimo de livros para as bibliotecas escolares**” (grifo nosso) (BRASIL, 2003c).

Em 10 de agosto de 2006 foi aprovado por meio da Portaria Interministerial Nº 1.442 o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), pelos ministros da Cultura e da Educação, Gilberto Gil (Cultura) e Fernando Haddad (Educação), cujas linhas de ação se apresentam em quatro eixos, que consistem em: “[...] assegurar a democratização do acesso ao livro, fomento e valorização da leitura e fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional” (BRASIL, 2006c).

Em relação aos agentes institucionais do PNLL, deve-se considerar sua divisão, visto que, a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) é, “pela parte do MINC, instância de debate e assessoria, e também, de execução [...], enquanto a Secretaria de Políticas Culturais, interna ao MINC, fica responsável pela coordenação e formulação das políticas” (PAIVA, 2008, p.118).

Neste sentido, ao se referir aos agentes institucionais das políticas para as bibliotecas públicas, Paiva (2008, p.119) faz o seguinte questionamento: “a FBN deveria ou não ser a agente nacional das políticas para bibliotecas públicas?”, visto que não há relação hierárquica entre a Biblioteca Nacional e biblioteca pública.

Pois estas unidades de informação pertencem a “categorias diferentes na tipologia de bibliotecas [...] ou seja, elas têm funções, acervo e usuários específicos e suas políticas de desenvolvimento partem de objetivos distintos” (PAIVA, 2008, p.119). Assim, não parece haver exatamente uma submissão das bibliotecas públicas à Biblioteca Nacional. Faz-se necessário, então, considerar a existência dos diferentes tipos de bibliotecas.

De acordo com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), as Bibliotecas podem ser definidas conforme as funções, os serviços, a comunidade a qual direciona seus serviços e de acordo com a instituição a qual se vincula (BRASIL, 1992).

Desta forma, os tipos de Bibliotecas podem ser determinados da seguinte forma: Biblioteca Pública “criada e mantida pelo Estado”; Biblioteca Comunitária “criada e mantida pela comunidade local”, Biblioteca Nacional visa “preservar toda a produção bibliográfica do país”; Biblioteca Escolar “trabalha em consonância com o projeto pedagógico”; Biblioteca Universitária “tem por objetivo apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão”; Biblioteca Especializada “voltada a um campo específico do conhecimento”; e Biblioteca/Centro de Referência são “Bibliotecas especializadas”, que necessariamente não necessitam de acervo próprio, podem trabalhar “exclusivamente com a referência de documentos sobre determinado assunto (resumos e resenhas)” (BRASIL, 1992, on-line).

Além desses tipos de Bibliotecas, Araújo e Oliveira (2005, p.31) acrescentam as Bibliotecas Infantis, estas estão direcionadas a “recreação” e a “proporcionar outras atividades como: escolinhas de arte, exposição, dramatizações etc”; Bibliotecas Especiais criadas para “atender a um tipo especial de leitor [...] detêm um acervo especial, como, por exemplo, as bibliotecas para deficientes visuais, presidiários e pacientes de hospitais”; e por fim a Biblioteca ambulante ou Carro-biblioteca ou Bibliobus, estas são “bibliotecas volantes, que objetivam a extensão dos serviços bibliotecários às áreas suburbanas e rurais [...] São serviços de extensão de bibliotecas já existentes”.

Ainda nas palavras de Araújo e Oliveira (2005, p. 32-35) são três as principais funções da Biblioteca: 1) gerencial - esta se relaciona aos processos gerenciais, as competências e ao estabelecimento de políticas próprias para Biblioteca, para que esta possa alcançar seu desempenho; 2) organizadora - refere-se as técnicas de organização, tais como “seleção, aquisição, catalogação, classificação, indexação”; 3) de divulgação – ocupa-se dos serviços de comunicação da existência dos mais variados materiais existentes nas Biblioteca, bem como da disponibilidade dos mesmos em diferentes fontes de informação. Inclui também, as “diferentes formas de atuação [...] conjunto de serviços a que se denominam Serviços de Disseminação”.

Conforme Luhn (1961 apud LONGO, 1978, p. 101) a DSI é aquele “serviço dentro de uma organização que se refere à canalização de novos itens de informação, vindos de quaisquer fontes, para aqueles pontos dentro da organização, onde a probabilidade de utilização, em conexão com interesses ou trabalhos carentes, é grande”.

O serviço de Disseminação Seletiva da informação (DSI), traduzido do inglês Selective Dissemination of Information (SDI), surgiu na década de 1970, decorrente do crescimento exponencial da informação, do conhecimento e da produção intelectual. Com o surgimento das novas tecnologias da informação (NTI), atualmente conhecido como Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), o serviço da DSI passa cada vez mais influenciado, e ao mesmo tempo, impulsionado por essas tecnologias (AMARAL e FREIRE, 2014; GEWEHR, 2016)

Segundo Ponte (2000), essa variação de terminologia ocorre pelo fato de que:

Durante muitos anos falava-se apenas no computador. Depois, com a proeminência que os periféricos começaram a ter (impressoras, plotters, scanners, etc.) começou a falar-se em novas tecnologias de informação (NTI). Com a associação entre informática em telecomunicações generalizou-se o termo tecnologias de informação e comunicação (TIC). (PONTE, 2000, p. 3).

Em relação à atual terminologia, Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), esta acontece decorrente do acréscimo de elementos digitais as Tecnologias de Informação e Comunicação (FONTANA e CORDENONSI, 2015).

Amaral e Freire (2014) afirmam que a Disseminação Seletiva da Informação, trata-se de:

Serviço primordial para ser desenvolvido em bibliotecas/organizações ou empresas, pois direciona as informações relevantes, e as encaminha de forma ágil, distribuindo conteúdos de qualidade e publicações mais recentes sobre as necessidades informacionais específicas do usuário. (AMARAL e FREIRE, 2014, p. 87).

Logo, o serviço da DSI tem por finalidade oferecer aos seus usuários inscritos, em intervalos regulares, uma lista personalizada contendo as novas publicações de trabalhos, que entraram na base de dados, e que possam servir aos interesses desses usuários (BAX et al, 2004).

Nas bibliotecas universitárias os serviços de Disseminação Seletiva da Informação se tornam imprescindíveis, visto que circulam um vasto universo de conhecimentos e informações importantes para que a biblioteca caminhe alinhada aos pilares da universidade a qual integra, contribuindo para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, visto que os serviços da DSI otimizam os serviços desenvolvidos na Biblioteca. Sob essa perspectiva Amaral e Freire (2014) afirmam que,

Cumprir a finalidade do ensino superior significa dentre outros aspectos, estimular o acesso ao conhecimento, promover o aperfeiçoamento cultural e profissional, e ainda fomentar o pensamento reflexivo. As bibliotecas universitárias também fazem parte deste processo, sendo consideradas por muitos como centros de recursos e promoção da aprendizagem e do conhecimento não só para comunidade acadêmica, mas, também para os interessados em geral, no caso das universidades públicas. A biblioteca tem como missão organizar, disseminar e orientar o acesso e o uso da informação, nessa condição ela tem um papel fundamental no processo de aprendizagem na medida em que gerencia as possibilidades de acesso ao conhecimento. (AMARAL; FREIRE, 2014, p. 84).

Além dos recursos utilizados para promoção dos serviços da biblioteca, outra questão que, também impacta as unidades de informação, independente de sua tipologia, refere-se à “posse versus acervo”, no qual editoras, bancos e bases de dados comercializam documentos, livros e periódicos eletrônicos por assinatura durante um período pré-determinado. Esta

situação implica na posse temporária desses documentos, que só poderão ser disponibilizados enquanto a biblioteca tiver condições financeiras para manter a renovação das assinaturas, “o que nem sempre ocorre, principalmente no âmbito das bibliotecas públicas e escolares” (VALENTIM, 2016, p. 30).

Em relação aos repositórios institucionais, tanto as bibliotecas universitárias assim como as especializadas, têm atuado de forma preponderante na realização de pesquisas e produção de conhecimentos, que se constituem importantes repositórios institucionais. Todavia, o acesso a esses repositórios geralmente são disponibilizados de forma gratuita, apenas a comunidade acadêmica da instituição (VALENTIM, 2016).

Essa restrição dos repositórios à sociedade em geral é muitas vezes frequentes nas instituições universitárias, o que acaba por revelar uma situação antagônica, visto que dentre os papéis desenvolvidos pelas bibliotecas universitárias, que vinculadas a função universitária de agir “como agente catalizador e difusor do conhecimento científico advindo das contribuições dos pesquisadores, docentes e discentes” (NUNES e CARVALHO, 2016, p. 174).

Assim, dentre as contribuições da biblioteca, tem-se também, o fato de que essas unidades de informação auxiliam na aprendizagem dos estudantes, não apenas com a disponibilização de conhecimentos existentes nos diversos documentos por ela administrada, assim como, a partir de suas ações em prol do desenvolvimento estudantil e dos pesquisadores (NUNES e CARVALHO, 2016).

Ainda nas palavras dos autores supracitados (NUNES e CARVALHO, 2016), as bibliotecas universitárias se destacam na sociedade contemporânea pelas funções que exercem em benefício do “desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social”. Para Araújo e Oliveira (2005, p.43) o papel da biblioteca universitária está em “atender às necessidades de estudo, consulta e pesquisa de professores e estudantes universitários”, porém, se ela não é capaz de corresponder a essa demanda, não está cumprindo um de seus objetivos primeiros. Visto que, a biblioteca universitária

As bibliotecas universitárias são instituições de ensino superior e estão voltadas para atender as necessidades de todos os membros da comunidade acadêmica da qual fazem parte, mas num processo dinâmico, onde cada uma de suas atividades não é desenvolvida de maneira estática e mecânica, mas com o intuito de agir interativamente para ampliar o acesso à informação e contribuir para a missão da universidade. (NUNES; CARVALHO, 2016, p. 179).

De acordo com Lubisco (2014, p. 05) as bibliotecas universitárias (BU) têm por natureza apoiar a instituição a qual é vinculada no “desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa, extensão e inovação”, assim na realização de suas funções a biblioteca se apresenta como mediadora entre os usuários e a informação.

Em relação à avaliação de bibliotecas universitárias, esta tem seu cenário marcado, no ano de 2000, por dois fatos importantes, um é destacado pela “busca de um tema de investigação para o mestrado”; e o outro, pelos problemas de fragilidades apresentados por algumas Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que pelo interím de 1997 a 2001 passou por um processo de avaliação de cursos pelo Ministério da Educação (MEC), o qual foi detectado diversos problemas, desde a inexistência de aparelhamento físico, técnico e tecnológico à oferta serviços qualificados. Essa realidade fez-se acompanhar de iniciativas voltadas à criação de um modelo de avaliação voltado a Bibliotecas universitárias (LUBISCO, 2011, p. 18).

Este fato ocorrido nas Bibliotecas da UFBA parecia não ser uma particularidade da instituição, mas uma situação generalizada em todas as Bibliotecas do país, cujas evidências já haviam sido denunciadas por Maria Luisa Monteiro da Cunha em 1973 e Antonio Miranda, dentre outros (LUBISCO, 2011). Esta situação é definida por Lubisco (2011, p.18) como um “mar de obsolescência quase generalizada – e reforçada pela falta de inserção do setor biblioteca nas metas do planejamento global da Instituição”.

A experiência vivida por parte das Bibliotecas da UFBA, ao que tudo indica, parecia ser recorrente em outras Bibliotecas universitárias em todo o país, fato que gerou reações diversas de bibliotecários junto ao MEC resultando, nos anos de 1980, na elaboração do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU)² e favoreceu a realização dos Seminários Nacionais de Bibliotecas Universitárias (SNBU) (LUBISCO, 2011).

De acordo com Garcia o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias tem por compromisso garantir,

Condições para a definição de padrões de organização e desenvolvimento de sistemas e serviços bibliográficos nas universidades — bem como dos meios de comunicação e de interligação dos sistemas — e a determinação de diretrizes para aplicação de recursos humanos, bibliográficos, financeiros, tecnológicos que garantissem a consolidação do Sistema Nacional de Bibliotecas Universitárias (GARCIA, 1991, p.5).

² Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU) criado em 1986 pelo IBICT, por meio das Portarias do MEC 287 e 288, de 24 de Abril de 1986.

Na atualidade as Bibliotecas universitárias possuem maior representatividade na sociedade, visto o papel que desempenha em benefício da ciência, tecnologia, cultura e da própria sociedade. De acordo com Nunes e Carvalho (2016, p. 174), as bibliotecas universitárias são

Espaços de difusão do conhecimento por excelência, [...] assim como todas as demais unidades de informação, têm evoluído com o passar do tempo a fim de atender não apenas às necessidades de informação do público, como também no sentido de acompanhar as mudanças no campo das tecnologias da informação e comunicação, assim como as mudanças de nível comportamental dos usuários, cada vez mais conectados.

Desta forma as Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior, hoje assumem “novas competências impostas pela Sociedade do Conhecimento”, essas incluem na atuação das Bibliotecas “políticas que focam a satisfação do usuário e a contribuição das suas ações na melhoria dos processos e dos resultados de formação dos alunos” (Tutikian e Suñé, 2011, p.13-14). Em meio a essas transições as universidades entram no rol da avaliação, e consequentemente as Bibliotecas universitárias também vem a participar desse processo avaliativo.

3 EXPANSÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

O processo de expansão da educação superior no Brasil, aponta para dois momentos importantes; o primeiro na década de 1970, com significativo crescimento do setor privado; e o segundo, durante os governos de FHC e Lula, no íterim de 1996 à 2008, verifica-se a multiplicação de instituições superiores de ensino, e conseqüentemente o aumento da oferta do número de vagas e de alunos matriculados (TAVARES, et al, 2011).

A esse processo de expansão do ensino superior, atribui-se o surgimento de mudanças quantitativas e qualitativas, pois este crescimento não somente se refere ao aumento do número de instituições cujos serviços são diferenciados, mais também, ofertas de vagas nos três turnos, maior oferta de vagas para cursos noturnos, criação de novos cursos com preços e tempo de duração diferenciados para atender a demanda profissional, diversidades de modelos. Também ocorreu mudança no perfil estudantil, estes advindos de diferentes camadas da sociedade. (DIAS SOBRINHO, 2010).

Entretanto, esse processo enfrentou resistência destacada dos que se opunham a ele. Lima (2012) aponta que

Os embates entre privatistas e militantes da escola pública ganharam centralidade nos anos de 1950 e 1960 com a Campanha em Defesa da Escola Pública formada por estudantes, educadores, movimento sindical, religiosos e correntes políticas de esquerda. (LIMA, 2012, p. 628).

Valdemar Sguissardi (2008) concorda com a autora supracitada, quando afirma que a expansão do ensino superior no Brasil vai se consolidando gradativamente pelo crescimento das instituições privadas. E acrescenta que, essa pluralidade institucional é marcada pelo domínio dos interesses mercantis, que vem aquecendo esse novo mercado em ascensão, ao qual ele chamou de “mercado educacional”, constituído por meio da “mercadorização”. (SGUISSARDI, 2008, p. 991).

O processo de mercadorização do ensino superior é definido por Boaventura de Sousa Santos (2011, p.12) em dois níveis: O primeiro “consiste em induzir a universidade pública a ultrapassar a crise financeira mediante a geração de receitas próprias, notadamente através de parcerias com o capital, sobretudo industrial”. Neste nível, então, mesmo mantendo sua autonomia e “especificidade institucional”, a universidade pública privatiza, então, parte dos serviços prestados à sociedade. O segundo nível, por sua vez, “consiste em eliminar tendencialmente a distinção entre universidade pública e universidade privada, transformando a universidade, no seu conjunto, numa empresa”.

Assim, a universidade se tornaria uma “entidade que não produz apenas para o mercado, mas que se produz a si mesma como mercado, como mercado de gestão universitária”, gerenciando planos de estudo, certificação, formação de docentes, avaliação de docentes e estudantes” (BOAVENTURA, 2011, p. 12).

O mercado educacional brasileiro, em especial, o ensino superior privado passou a ser alvo de conquista, por ser um setor que movimentava bilhões de reais anualmente. Este não poderia ficar de fora do mercado financeiro. Um fato apontado por Sguissardi (2008) foi que, entre o período de 2003 à 2006, houve uma mudança significativa, do tipo de empresa, pois muitas delas, mesmo perdendo o direito as isenções tributárias acabaram migrando do status de Instituições Superiores de Ensino (IES) fins lucrativos para o status de instituições com fins lucrativos. Sendo esta nova situação justificada pelas vantagens que se apresentavam estes últimos, tais como; maior retorno financeiro, poder se fazer dono do patrimônio, assim como maior liberdade de atuação, podendo fazer uso tanto de capital nacional, quanto estrangeiro e limitação a participação estrangeira.

Como consequência da expansão e abertura de novas vagas no ensino superior surgiram diversos problemas, comprometendo a qualidade do atendimento prestado a esses novos estudantes. Dias Sobrinho (2010, p. 199) aponta que “os sistemas não estavam, e não estão preparados para a eclosão de demandas desagregadas”. As limitações se avolumam e os problemas se multiplicam nos aspectos de “infraestrutura física, financiamentos, qualificação docente”. Além da problemática quanto ao “domínio de conteúdos disciplinares que se multiplicam e se superam com enorme rapidez”, as “transformações no mundo do trabalho e na sociedade”.

As autoras supramencionadas (2013, p. 186) definem esses papéis da seguinte forma: a regulação “se constitui umas das palavras de ordem na formação das políticas públicas de educação”, enquanto a avaliação se configura o instrumento necessário ao “alcance dos fins governamentais, no caso da educação superior toma expressão sob forma de avaliação institucional”.

Sguissardi (2008) traz, também, questionamentos importantes que se referem à expansão do ensino superior nos quais ele destaca que as principais dificuldades desse processo se relacionam a regulação, ao controle, aos padrões de reconhecimento e a acreditação, sob a responsabilidade do Estado. Este, com a obrigação de garantir um sistema de educação superior como um direito e bem público.

Com a expansão do número de Instituições de Ensino Superior no Brasil a avaliação surge como um instrumento necessário para “informar o mercado de trabalho a respeito da

qualidade e do tipo de capacitação profissional que os cursos estavam oferecendo, para indicar as IES que estariam mais ajustadas às exigências da economia” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 202).

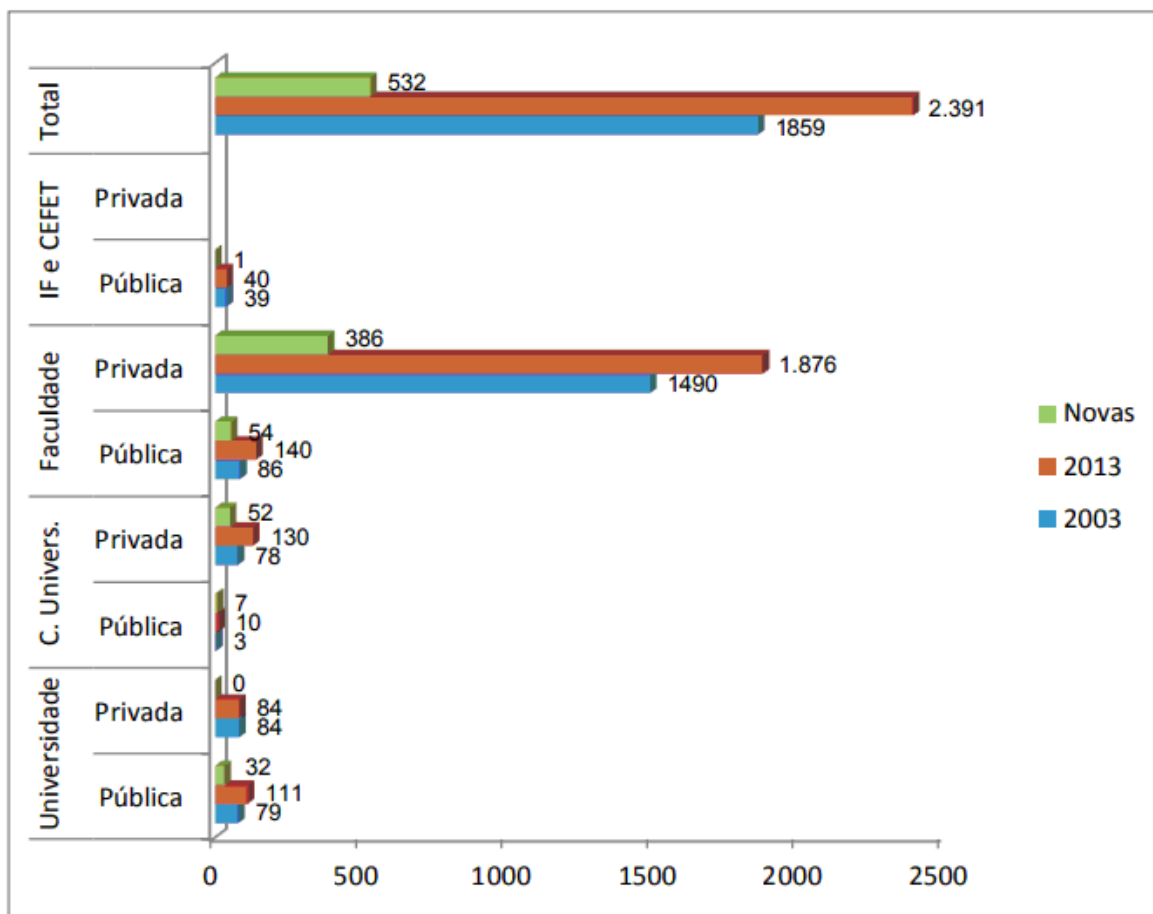
De acordo com Tavares et al. (2011, p.82) a qualidade do ensino passa a ser questionada em decorrência da expansão do número de Instituições de Ensino Superior no Brasil, em especial quando se refere

A oferta do ensino de graduação, pois a expansão de matrículas ocorrida a partir da década de 1960 permitira a disseminação de escolas com precárias condições de infraestrutura e recursos humanos. Assim, tornava-se visível a necessidade de serem desenvolvidos programas e sistemas avaliativos capazes de mensurar a produção e a eficácia das instituições de ensino superior (IES), legitimando os recursos (públicos ou privados) a elas concedidos e, ainda, redirecionando investimentos. (TAVARES et al., 2011, p.82).

Diante do exposto, verifica-se, que a vertiginosa expansão do ensino superior no Brasil, se consolidou, especialmente, pelo desdobramento do número de instituições, sendo essa justificada pela necessidade de responder as demandas sociais oriundas da modernização, do fenômeno da globalização e das crescentes exigências do maior número de estudantes em busca de formação superior profissional.

Segundo Brasil (2016), o Censo da Educação Superior realizou uma comparação dos dados relacionados ao número de Instituições de Educação Superior (IES), nos anos de 2003 e 2013, e constatou elevado crescimento das IES, em 2003 totalizavam 1.859 IES, a este número houve um acréscimo de 532 instituições, em 2013, contabilizando um total de 2.391 IES. Tomando por base, esse mesmo período, a figura a seguir apresenta uma comparação do crescimento das IES conforme sua organização administrativa, pública ou privada.

Figura 1. Comparação da quantidade de IES nos anos de 2003 e em 2013.



Fonte: (Censo da Educação Superior / Inep apud BRASIL, 2016, p. 14).

No período supramencionado, mais uma vez se evidencia a consolidação da expansão do ensino superior com predominância do setor privado, assim, conforme dados do SENSU verifica-se que o aumento do número faculdades privadas passou de 1.490 para 1.876; os Centros Universitários privados, também apresentaram um aumento significativo que passou de 78 para 130 IES, sendo sancionadas 52 por ato da transformação da organização acadêmica, enquanto que na rede pública foram criadas apenas 32 universidades federais. Nesse contexto, evidenciam-se os problemas estruturais, de recursos humanos, tecnológicos, entre outros fatores que afetam a qualidade do educação superior no país.

Essa conjuntura acaba por ilustrar a relevância da presença do Estado para garantia da oferta e de padrões mínimos da qualidade dos serviços prestados pelas IES, com a criação de normas legais, regulamentos e mecanismos sistemáticos apropriados à implementação de avaliações periódicas.

3.1 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES): ATUAL SISTEMA DE AVALIAÇÃO VIGENTE NO PAÍS

O SINAES surge em decorrência dos estudos realizados pela Comissão Especial de Avaliação do Ensino Superior (CEA)³, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula, 2003-2010), período em que Cristovam Buarque ainda era ministro do educação. Assim, em agosto de 2003 a CEA apresenta ao MEC um documento intitulado Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), cujo subtítulo propunha a ideia de “bases para uma proposta de avaliação da educação superior” (BRASIL, 2009, p.15; POLIDORI, 2009).

Essa proposta foi submetida a debates; a fóruns; a sociedade acadêmica e científica; ao parlamento; aos sindicatos; enfim a toda sociedade de um modo geral, fato que resultou em algumas contribuições ao texto original. No ano subsequente, o presidente Lula sanciona a aprovação dessa proposta em lei, estabelecendo a criação da Lei 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (BRASIL, 2009, p.15; POLIDORI, 2009).

O SINAES normatiza os processos de regulação e de supervisão da educação superior no país, estabelecendo critérios para garantir o processo de avaliação em todo sistema de ensino superior a nível nacional, contemplando a avaliação das IES, dos cursos de graduação e o desempenho dos estudantes. (BRASIL, 2004a; DIAS SOBRINHO, 2010; POLIDORI, 2006).

Ao contemplar esses três eixos, o SINAES busca garantir:

I - avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos; II - o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos; III - o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos; IV - a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações. (BRASIL, 2004a, p.1).

Esta lei visa melhorias na qualidade da educação superior, desta forma inclui diretrizes para orientar a expansão e a oferta do ensino superior, assim como, institui normas

³ Comissão Especial de Avaliação do Ensino Superior (CEA) – Comissão dirigida pelo professor José Dias Sobrinho (Unicamp), constituída para propor, indicar, analisar, e apresentar sugestões e reformulações as políticas e processos de avaliação do ensino superior. Foi estabelecida em 2003, pelo então ministro da Educação, Cristovam Buarque, Portarias de nº. 11 de 28 de abril; e de nº. 19 de 27 de maio do mesmo ano, ambas as portarias são do MEC/SESu (POLIDORI, 2009; INEP, 2009).

que asseguram a “eficácia institucional e efetividade acadêmica e social” (BRASIL, 2004a, p.1). Em especial, busca garantir o cumprimento dos compromissos e responsabilidades das instituições superiores de ensino para com a sociedade.

Para Sobrinho (2010, p. 209), o SINAES recupera um aspecto mais amplo da avaliação da educação superior, não se trata de uma “simples mudança de instrumentos”, foca a instituição como um todo, tem por objetivo a “formação integral de cidadãos-profissionais”. O SINAES procura “reconhecer a diversidade do sistema de educação superior do país, respeitar a identidade, a missão e a história das IES, entender que essas devem ser avaliadas globalmente e ainda buscar a continuidade do processo avaliativo” (POLIDORI, 2009, p. 445).

De acordo com a lei do SINAES, os processos de regulação e supervisão da educação superior se constituirão a partir dos resultados das avaliações de cursos, das instituições e dos estudantes, dessa forma os processos de credenciamento e a renovação de credenciamento das instituições, assim como os processos autorização, reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos decorrem do referencial obtido por meio dessas avaliações (BRASIL, 2004).

Em relação à execução e operacionalização dos processos avaliativos: das instituições, dos cursos e dos estudantes, estes serão de responsabilidade do Inep, “cabendo-lhe implementar as deliberações e proposições no âmbito da avaliação da educação superior, bem como produzir relatórios pertinentes para o parecer conclusivo a ser emitido pela Conaes que os encaminhará aos órgãos competentes” (BRASIL, 2004b, p. 18).

O processo de avaliação realizado pelo SINAES conta com série de instrumentos distintos e complementares, com vistas a respeitar as diferentes especificidades institucionais, organizacionais e acadêmicas, nos quais se destacam seguintes processos de avaliação: a Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES); Avaliação de Cursos de Graduação (ACG) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) (POLIDORI, MARINHO-ARAÚJO e BARREYRO, 2006; TAVARES, 2011).

A CONAES se refere a esses processos de avaliação como distintos, porém integrados, que atuam

Como partes de um mesmo sistema de avaliação, cada um destes processos é desenvolvido em situações e momentos distintos, fazendo uso de instrumentos próprios, mas articulados entre si. Eles abordarão dimensões e indicadores específicos, com o objetivo de identificar as potencialidades e insuficiências dos cursos e instituições, promovendo a melhoria da sua qualidade e relevância – e, por consequência, da formação dos estudantes –

e, ainda, fornecendo à sociedade informações sobre a educação superior no País. (BRASIL, 2004b, p.6).

De acordo com Brito (2008, p. 842) o SINAES se constitui em três componentes, cada um desses contemplam outros, conforme se apresentam a seguir

Quadro 1 – Composição do SINAES.

Avaliação Institucional	Auto-avaliação (pelas CPAs e avaliação externa <i>in loco</i> , desenvolvida pelos avaliadores institucionais capacitados pelo INEP nos moldes do SINAES).
Avaliação de Curso	Pelos pares na avaliação <i>in loco</i> , pelos estudantes, através do ADES (questionário de Avaliação Discente da Educação Superior que é enviado aos estudantes da amostra do ENADE), pelos coordenadores de curso, mediante questionário dos coordenadores e avaliações realizadas pelos professores dos cursos e a CPA.
Avaliação do Desempenho dos estudantes ingressantes e concluintes	Através de um exame em larga escala aplicado aos estudantes que preenchem os critérios estabelecidos pela legislação vigente. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é composto pela prova, o questionário de Avaliação Discente da Educação Superior (ADES) (antigo questionário sócio-econômico), o questionário dos coordenadores de curso e a percepção do aluno sobre a prova.

Fonte: (BRITO, 2008, p. 842).

Observe que a avaliação institucional acontece em duas etapas principais: no primeiro momento através de um **processo de auto-avaliação**, realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme a Lei 10.861/2004, em seu Art. 11, determina que todas as instituições devem constituir suas próprias comissões de avaliação; e no segundo, mediante avaliação institucional externa, esta se configura por **visitas *in loco***, realizadas por comissões eleitas pelo INEP para averiguação das informações protocoladas no sistema e-MEC⁴, quanto ao atendimento dos padrões qualidade, descritos nos instrumentos de avaliação, e se essas corroboram com os relatórios da auto-avaliação (BRASIL, 2004, **grifo nosso**).

Para a CONAES a avaliação da instituição se destaca como o mais importante dentro do processo avaliativo, pois integra os demais integrantes da avaliação institucional, assim essa avaliação tende a oferecer uma visão ampla, sob dois aspectos:

⁴ e-MEC – É um sistema eletrônico de gerenciamento de informações referentes aos processos de regulatórios, os quais incluem as solicitações de credenciamento e reconhecimentos de instituições de ensino superior; e a autorização, o reconhecimento e renovação de cursos. O e-MEC foi criado pela portaria Normativa Nº 40, de 12 de Dezembro de 2007, que delibera pela simplificação e racionalização de processos restritos ao meio eletrônico (BRASIL, Portaria Normativa 40, 2010).

O **objeto de análise** é o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades da IES, centrado em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão segundo os diferentes perfis e missões institucionais. Está compreendida, na avaliação da instituição, a gestão, a responsabilidade e compromissos sociais e a formação acadêmica e profissional com vistas a repensar sua missão para o futuro. **Os sujeitos da avaliação** são os conjuntos de professores, estudantes, técnico-administrativo e membros da comunidade externa, especialmente convidados ou designados (BRASIL, 2003b, p. 6, **grifo nosso**).

O processo de auto-avaliação ou avaliação interna consiste em atividades que contam com a ampla participação interna e acadêmica para construção de conhecimentos inerentes à própria instituição, analisando seus objetivos, sua missão, seus processos sociais e pedagógicos e a coerência entre as suas políticas institucionais. Essa avaliação interna permite identificar as causas dos problemas, suas fragilidades e formas de potencializar suas forças convertendo-as em conhecimentos para a aquisição de meios e recursos necessários a implantação de melhorias a instituição (BRASIL, 2009; BRASIL, 2004b). A Conaes define o processo de auto-avaliação como:

Um processo cíclico, criativo e renovador de análise e síntese das dimensões que definem a instituição. O seu caráter diagnóstico e formativo de auto-conhecimento deve permitir a re-análise das prioridades estabelecidas no Projeto Político Institucional e o engajamento da comunidade acadêmica na construção de novas alternativas e práticas. A prática da auto-avaliação como processo permanente será instrumento de construção e/ou consolidação de uma cultura de avaliação da instituição, com a qual a comunidade interna se identifique e comprometa. O seu caráter formativo deve permitir o aperfeiçoamento tanto pessoal (dos docentes, discentes e corpo técnico-administrativo) quanto institucional, pelo fato de colocar todos os atores em um processo de reflexão e auto-consciência institucional. (BRASIL, 2004b, p. 12).

No que concerne a avaliação externa, essa se consolida por meio de visitas *in loco* realizadas pelas comissões de avaliadores do MEC/INEP. As visitas se constituem em momentos importantes de verificação, pois permitem confirmar se as informações do projeto institucional convergem com as reais condições didático-pedagógicas da instituição. Essa avaliação acontece por meio de observação direta, cujos resultados servem de subsídios, aos verificadores, para formulação de juízos quanto ao credenciamento da instituição (BRASIL, 2002a).

De acordo com o manual de verificação *in loco* (BRASIL, 2002a), a avaliação das condições institucionais possibilita

Verificar se a infra-estrutura (ambientes, equipamentos e outros recursos físicos e acadêmicos apropriados) e o pessoal docente e técnico estão de fato em condições de ser colocados a serviço dos objetivos maiores da IES, explicitados em seu PDI, e, conseqüentemente, nos projetos específicos dos cursos. É o momento de estabelecer comparações entre as situações reais verificadas, as intenções declaradas e os documentos institucionais previamente examinados. (BRASIL, 2002a, p. 9).

A Avaliação de Cursos de Graduação (ACG) no âmbito do SINAES é realizada por comissões externas indicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Seus objetivos estão na avaliação da qualidade das “condições de ensino oferecido aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, as instalações físicas e a organização didático-pedagógica” (Artigo 4º, Lei nº 10.861/04), dentre outros aspectos considerados relevantes pela CONAES. (BRASIL, 2004a).

Conforme Polidori, Marinho-Araujo e Barreyro (2006, p. 432), esse tipo de avaliação já se desenvolvia no PROVÃO, porém foram incorporados novos aspectos para se adequar aos princípios dos SINAES, “esse eixo terá sua articulação com os processos de regulação por estar definido na lei que os seus resultados estão vinculados com o reconhecimento e renovação (de reconhecimento) dos cursos”.

Avaliação do desempenho dos estudantes se consolidou por meio do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), esse consiste em um exame obrigatório, prova aplicada para avaliar o rendimento dos estudantes da graduação, seus “conhecimentos, habilidades, saberes e competências, ao longo da trajetória vivenciada em cada curso, subsidia-se nas Diretrizes Curriculares, nas oportunidades de articulação teoria e prática, e no modo como as competências foram se construindo” (POLIDORI, MARINHO-ARAUJO E BARREYRO, 2006, p. 5).

O ENADE se realiza periodicamente por no máximo três anos, sua aplicação é direcionada aos alunos ingressantes, após o término do primeiro ano da graduação; e aos concluintes da graduação, nos dois casos, os estudantes são selecionados por sorteio de grupos amostrais (POLIDORI, MARINHO-ARAUJO E BARREYRO, 2006; TENÓRIO e ANDRADE, 2009). Segundo o Manual do estudante ENADE de 2014, este exame consiste em

[...] componente curricular obrigatório dos cursos de graduação do país e tem como objetivo aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e

suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. Para atender a este objetivo, a prova do Exame é constituída de duas partes: Formação Geral (FG): composta de 10 questões. Componentes Específicos (CE): composta de 30 questões, sendo 27 de múltipla escolha e 3 discursivas. (BRASIL, 2014a, p. 5).

As provas do ENADE possuem diferentes graus de dificuldades, em um primeiro momento, busca identificar os conhecimentos gerais, ou seja, conhecimentos comuns a todas as áreas; no segundo momento, a avaliação contempla as especificidades de cada curso. De um modo geral, essa avaliação visa identificar os conhecimentos, as aprendizagens e as competências adquiridas ao longo da vida acadêmica, e se esta formação profissional se relaciona ao perfil esperado, conforme diretrizes curriculares (POLIDORI, MARINHO-ARAÚJO e BARREYRO, 2006).

Para Brito, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes “não substitui o provão; nem mesmo a prova o substitui ou confunde-se com o ENC, porque o exame dos ingressantes e concluintes permite analisar o progresso dos estudantes nos itens”, segundo a autora se configura em outro modelo (2008, p. 842).

Conforme Polidori, Marinho-Araujo e Barreyro (2006) a avaliação do SINAES realizada pelo ENADE compreende uma das etapas mais importantes, pois conta com a participação dos estudantes. O diferencial do deste exame, em relação ao sistema anterior, Exame Nacional de Cursos, esta na possibilidade de se adquirir alto teor informações passíveis de serem administradas pelas instituições para geração e transformações das questões acadêmicas.

Em 2008 foram incorporados ao SINAES os indicadores de Conceito Preliminar de Curso (CPC)⁵ e o Índice Geral de Cursos (IGC)⁶. O primeiro dá subsídios à avaliação realizada no local, este é “considerado, oficialmente, o Indicador de Qualidade da Educação Superior” (IKUTA, 2016, p. 940), parte do pressuposto da aplicação de conceitos, que variam de um (01) a cinco (05), os quais implicarão na necessidade, ou não, da visitas *in loco* em

⁵ Conceito Preliminar de Curso (CPC) criado pela Portaria Normativa do MEC, N. 4 do MEC, em 05 de agosto de 2008. Estabelece a “aplicação do conceito preliminar de cursos superiores, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do SINAES pela Portaria Normativa nº 1, de 2007” (INEP, 2009, p. 292).

⁶ Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC) instituído pela portaria normativa N. 12 do MEC, em 05 de setembro de 2008 (DOU nº 173, de 8/9/2008, seção1, p. 13). O IGC “consolida informações relativas aos cursos superiores constantes dos cadastros, censo e avaliações oficiais disponíveis no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)” (INEP, 2009, p. 298).

casos de renovação de reconhecimento de cursos de nível superior (POLIDORI, 2009, p. 447; IKUTA, 2016; BRASIL, 2009).

O segundo indica a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação (Stritu Sensu e Latu Sensu), com base em um cálculo ponderado, considerando a média dos conceitos preliminares dos cursos de graduação; e no caso da pós-graduação, considera a nota da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Este indicador tem divulgação periódica anual, após os resultados do Enade e do CPC. Este indicador serve de referência, no processo de avaliação institucional, aos avaliadores externos (IKUTA, 2016; BRASIL, 2009; BRASIL, 2015).

Para o INEP, os indicadores de CPC e o de IGC

[...] orientam as avaliações realizadas no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e são medidas da qualidade dos cursos e das Instituições do país, utilizados tanto como referenciais no desenvolvimento de políticas públicas para a Educação Superior quanto como fonte de consultas pela sociedade. (BRASIL, 2013a, p. 5).

O processo de Avaliação Institucional do SINAES considera 10 (dez) dimensões, essas se aplicam tanto nas avaliações internas como externas. Essas dimensões são determinadas pela Lei n. 10.861/04 (BRASIL, 2006a), em seu art. 3 se apresentam da seguinte forma:

- I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV – a comunicação com a sociedade;
- V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
- IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. (BRASIL, 2006a).

De acordo com Ristoff e Giolo (2006, p.194), o SINAES recupera preceitos e concepções das avaliações que a antecedeu, sua formação resulta da “Proposta 12 para a educação superior”⁷. Essa proposta retoma as considerações mais relevantes do PAIUB, do processo de avaliação da CAPES, do PARU, do GERES e propõe uma revisão do ENC, dentre essas avaliações, a que mais influenciou o SINAES foi o PAIUB. Nas palavras dos autores supracitados, o SINAES

Incorporou grande parte dos princípios e diretrizes do Paiub, entre eles, o compromisso formativo da avaliação, a globalidade, a integração orgânica da autoavaliação com a avaliação externa, a continuidade, a participação ativa da comunidade acadêmica, o respeito à identidade institucional e o reconhecimento da diversidade do sistema. Diferentemente do Paiub, no entanto, o SINAES não adotou o princípio da adesão voluntária. (RISTOFF; GIOLO, 2006, p.197).

Segundo com as diretrizes do SINAES, as avaliações devem ocorrer em âmbito nacional, abarcando todas as instituições de ensino superior. Nesse sentido, cada instituição deve constituir suas Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) e a publicidade de resultados, com vistas a garantir transparência nos processos de avaliação.

O atual sistema de avaliação da Educação Superior no Brasil, SINAES, desempenha importante papel na elaboração das políticas de educação do Estado, pois é através das informações obtidas por meio desta avaliação, que torna possível ao Estado prestar contas à sociedade da qualidade dos serviços ensino, pesquisa e extensão das IES, por ele fomentadas. Com isto acaba por reforçar a “concepção e prática de avaliação segundo a qual a função de regulação e controle predomina sobre a de formação e emancipação institucional” (BRASIL, 2004, p.21).

Tavares, et al. (2011, p.84), explica que ao fazer uma retrospectiva histórica pelas propostas de avaliação desenvolvidas pelo Ministério da Educação é possível identificar concepções classificatória e formativa. Os autores aludidos (2011) destacam,

⁷ Proposta 12 para a educação superior – É uma “proposta política assumida pelo Programa de Governo do então candidato a presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, no contexto do pleito eleitoral de 2002”. Essa proposta preconiza: “rever o atual sistema de avaliação que inclui o Exame Nacional de Cursos – ENC ou Provão – e implantar um sistema nacional de avaliação institucional a partir, entre outras, da experiência do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub)”. (RISTOFF e GIOLO, 2006, p.194)

- a) [...] classificatório, regulatório – a proposta do Relatório do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES), de 1986; a lei nº 9.131/95, que instituiu o Exame Nacional de Cursos (ENC), de 1996 e a Avaliação das Condições de Oferta de Cursos de Graduação, 1997;
- b) [...] formativo, emancipatório – os debates instaurados com o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), de 1983; o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), de 1993, como iniciativa das universidades públicas; o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), de 2004, constituído por três diferentes avaliações: estudantes, cursos e instituições, esta última combinando avaliação externa e interna (TAVARES, et al., 2011, p. 84-85).

De acordo com Perrenoud (1999) essas concepções de avaliação possuem enfoques e lógicas distintas, assim como possuem outras denominações, de modo geral, a avaliação emancipatória é também conhecida por avaliação formativa; e a avaliação regulatória por classificatória.

Para Hadji (2001), Perrenoud (1999) e Saul (2006), a avaliação emancipatória ou formativa possui caráter qualitativo, possibilita o autoconhecimento do aluno, visa compreender o futuro, os pontos fortes e fracos, seus resultados estão sujeitos a produzir intervenções, tem por finalidade “contribuir para uma boa regulação da atividade de ensino (ou de formação, no sentido amplo)” (HADJI, 2011, p. 19).

De acordo com Oliveira (2010, p. 41) a avaliação emancipatória observa, também, a “dimensão social e não somente técnica, e coloca em debate as questões que demonstram possíveis contradições, necessidades e falhas, para auxiliar no processo de tomada de decisões e para redefinir os rumos a serem seguidos”.

A avaliação regulatória ou classificatória, por sua vez possui caráter quantitativo, classificatório, volta-se ao desempenho e mensuração dos resultados “a fim de criar hierarquias de excelência e supervisão dos modos de funcionamento institucional” (TAVARES, 2011, p. 82). De acordo com Comissão Especial de Avaliação – CEA a avaliação regulatória não se apresenta como uma opção ideal para a avaliação da educação superior no Brasil, pois este tipo de avaliação se baseia em:

Indicadores quantitativos que promovem um balanço das dimensões mais visíveis e facilmente descritíveis, a respeito das medidas físicas, como área construída, titulação dos professores, descrição do corpo docente, discente e servidores, relação dos servidores, dos produtos, das formaturas, volumes de insumos, expressões numéricas supostamente representando qualidades, como no caso de números de citações, muitas vezes permitindo o estabelecimento de rankings de instituições, com sérios efeitos nas políticas de alocação de recursos financeiros e como organizador social de estudantes e de profissionais. Em função disso, esta perspectiva de avaliação é denominada regulatória. (BRASIL, 2009, p. 24).

Boughton e Cintra (2005) afirmam que a avaliação classificatória exerce importantes papéis na educação

[...] O primeiro diz respeito às avaliações nacionais para todo o sistema, feitas para fornecer informações estatísticas aos órgãos federais sobre o desempenho dos estudantes, estes inseridos em diversos subgrupos divididos por critérios, tais como gênero, carga cultural, região e assim por diante. (BOUGHTON, CINTRA, 2005 p. 376).

De acordo com Tavares, et al. (2011, p. 89), o atual Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) se apresenta como um sistema misto pois a “Lei que o criou apresenta tanto características da avaliação emancipatória quanto da regulatória”, entretanto existe interesse em distinguir bem esses processos, à vista disso foram criados instrumentos diversos “objetivando assegurar o caráter sistêmico da avaliação, a integração dos espaços, momentos e distintas etapas do processo, além da informação em torno de uma concepção global única da instituição avaliada”.

Essa afirmação também é confirmada por Bernardes e Rothen (2015, p. 422), para os autores, “regulação” e “emancipação” são designações presentes na lei do SINAES, pois “ao mesmo tempo que regula as instituições de ensino superior (IES), dá autonomia para o desenvolvimento dos processos de autoavaliação institucional”.

Essas concepções são articuladas pelo SINAES, que por meio da avaliação regulatória favorece as funções inerentes ao Estado de fiscalizar, supervisionar, autorizar, credenciar, entre outras funções para fins de garantir a qualidade da educação superior; e por outro lado, a avaliação formativa, educativa⁸ permitirá a aquisição de informações que impulsionam a melhoria das obrigações institucionais, da qualidade educacional, de serviços, e institucional (SINAES, 2007).

⁸ Na literatura há uma diversidade de denominações, quanto aos tipos de avaliação “normalmente são utilizadas quando os seus autores se querem referir a algum tipo de avaliação cujo principal propósito parece ser o de melhorar o ensino e as aprendizagens tais como: [...] *avaliação formadora* (Nunziati, 1990; Abrecht, 1991); *avaliação reguladora* (Allal, 1986; Perrenoud, 1988a, 1988b); *regulação controlada dos processos de aprendizagem* (Perrenoud, 1998a, 1998b); e *avaliação educativa* (Gipps, 1994; Gipps & Stobart, 2003; Wiggins, 1998). Independentemente das características particulares de cada uma das avaliações inerentes a estas designações, todas elas se referem a uma avaliação mais orientada para melhorar as aprendizagens do que para as classificar, mais integrada no ensino e na aprendizagem, mais contextualizada e em que os alunos têm um papel relevante a desempenhar. Num certo sentido, poderemos dizer que todas são alternativas a uma avaliação que, genericamente, se caracteriza por dar mais ênfase aos processos de classificação, de seleção e de certificação, aos resultados obtidos pelos alunos, à utilização sumativa dos resultados dos testes ou à prestação de contas” (FERNANDES, 2006, p. 24-25).

3.2 O SINAES E A LEGISLAÇÃO

Desde antes da sua criação o SINAES passou por diversas reformas, que influenciaram na sua implementação. Nesse sentido, pode-se destacar a Medida Provisória 2.216-37 de 31 de Agosto de 2001, que em seu Art. 20 altera no Art. 9º, §2º, as alíneas “d”, “e” e “f” da Lei 4.024/61.

Na alínea “d” a nova redação decide que a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE) deixe de ordenar sobre os processos, e passe a deliberar sobre as normas relacionadas a “autorização, o reconhecimento, a renovação e a suspensão do reconhecimento de cursos”; na alínea “e” a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, também deixar de deliberar sobre os processos e passar a deliberar sobre as normas de, estas se referem ao “credenciamento, o credenciamento periódico e o descredenciamento de instituições de ensino superior integrantes do Sistema Federal de Ensino, bem assim a suspensão de prerrogativas de autonomia das instituições”, sendo os casos de suspensão relacionados a insuficiência de desempenho no Exame Nacional de Cursos (ENC); e na alínea “f” a Câmara de Educação vai deixar de decidir quanto aos estatutos das universidades para deliberar sobre a realização periódica do credenciamento e o credenciamento institucional (BRASIL, 2001, art. 20; BRASIL, 2001, art. 9º, §2º, “d”, “e” e “f”).

De acordo com Souza e Fernandes (2015, p.5), essa “alteração mexeu em um dos princípios básicos da Educação pós-CF/88, o que trata da gestão democrática, tanto à definição de políticas públicas quanto à sua execução e avaliação”.

Em relação aos princípios, garantias, avaliação e qualidade da educação, a CF/88 traz importantes contribuições para o ensino no país, como pode ser constatado no título VIII, Capítulo III, Seção I, que dispõe sobre princípios de igualdade, gratuidade e garantia de qualidade da educação, assim como institui autonomia didático, administrativa, financeira e patrimonial as universidades. E, em seu Art. 209 Art. 209. estabelece a livre iniciativa rede privada, em obediência as seguintes condições: “I–cumprimento das normas gerais da educação nacional; II–autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1988).

É importante observar, que desde a Constituição de 1988 ocorreram sucessivas Medidas Provisórias até chegar nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), esta aprovada pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e por diversos Decretos. Nesse ínterim “houve

indiscutivelmente um progresso no reconhecimento legal da importância da Avaliação associada à idéia de melhoria da qualidade” (BRASIL, 2009, p.33).

Tavares et al (2011, p. 83) acrescenta, que o processo de avaliação do ensino superior já acontecia mesmo antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, LDB/1961), por meio de “inspeção e fiscalização”, mas esta função deixou de valer com o fim vigência da ditadura, ressurgindo novas propostas de avaliação da educação superior com a Constituição Federal de 1988.

Entretanto foi no governo de Collor (Fernando Collor de Mello), que se abriu as “portas do setor educacional” a exploração comercial, com isto “tornou-se clara a dupla importância do tema da avaliação para a política de Educação Superior do país”, a partir daí surgem os exames nacionais como instrumentos necessários ao controle e a reforma (TAVARES, 2011, p. 83-84).

De acordo com Tenório e Andrade (2009, p.36) a “avaliação tem se constituído em um elemento central nas políticas de educação no Brasil”, essa temática ganha importância a partir dos anos de 1980, visto ser instituída legalmente pela Constituição Federal, como condição necessária a garantia da qualidade da educação.

Para Tenório e Andrade (2009), a avaliação serve ao Estado como importante instrumento de análise, controle e gerenciamento das políticas públicas, em especial, das políticas voltadas ao ensino superior, visto altos custos de manutenção desse setor. Assim, o Estado viabiliza a expansão, o oferecimento e manutenção desse bem público, por meio da avaliação da qualidade dos serviços, da regulação, da autorização e do credenciamento.

Dentre as legislações que antecederam o SINAES, destacam-se as seguintes leis e decretos sobre a organização e avaliação do ensino superior: Lei n.º 9.131/1995; Lei n.º 9.394/1996; Decreto n.º 2.026/1996; Decreto n.º 2.306/1997; e o Decreto n.º 3.860/2001.

A Lei n.º 9.131 de 24 de novembro de 1995 institui a criação do novo Conselho Nacional de Educação e altera os Arts. 6º, 7º, 8º e 9º da Lei n.º 4.024/1961. A nova redação determina ao Ministério da Educação e do Desporto as funções de “formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem” (Art. 6º da Lei n.º 4.024/61). A presente Lei, também, estabelece ao Conselho Nacional de Educação as funções “normativas” e “deliberativas” em colaboração junto ao Ministério da Educação e do Desporto (BRASIL, LEI 9.131, 1995).

No que se refere aos processos de avaliação da educação, a Lei n.º 9.131/95 em seu Art. 9º, §1º imputa à Câmara de Educação Superior a emissão de pareceres e decisões pertinentes aos assuntos educacionais, os quais podem se desatacar: os problemas

relacionados ao ensino fundamental, médio, especial e tecnológico, e respectiva análise dos processos de avaliação destas modalidades de ensino; dispor a respeito das normas curriculares propostas pelo MEC; e análise da aplicação da legislação à educação básica (BRASIL, LEI 9.131, 1995).

Em nível de avaliação da Educação Superior, ainda em seu Art. 9º da Lei nº 9.131/95, §2º são atribuídos a Câmara de Educação Superior: a análise e decisão dos resultados da avaliação da educação superior; sugerir e acompanhar a elaboração e execução do Plano Nacional de Educação (PNE); decidir sobre as diretrizes curriculares para graduação, assim como, sobre os relatórios encaminhados ao MEC para autorização, reconhecimento de cursos, credenciamento e reconhecimento de instituições de educação superior; dispor sobre os estatutos e regimentos das universidades instituições de educação superior de todo o sistema federal de ensino; determinar sobre o reconhecimento de cursos de mestrado e de doutorado, com base nos resultados da avaliação dos cursos pelo MEC. (BRASIL, LEI 9.131, 1995).

Dentre as obrigações da supracitada Lei, em seu Art. 3º determinou a realização de avaliações periódicas de cursos e de instituições superiores de ensino, estas impostas no sentido de orientar a política educacional do MEC. De acordo com Brasil (2009, p. 37), esse tipo de avaliação antecede as ideias da nova LDB, pois “tanto as diretrizes da política educacional para o ensino superior como a acreditação de instituições, cursos e habilitações, estavam vinculados aos processos de avaliação” realizados pelo MEC.

A Lei n.º 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 determina a criação da nova LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação), esta apresenta os “princípios e fins” da educação a nível nacional. Desta forma, em seu Art. 3º, pode-se observar os princípios: da igualdade para acesso a educação; a liberdade ao ensino, pesquisa e a arte; a gratuidade do ensino; a garantia da qualidade da educação; e o fato de relacionar a educação as práticas sociais e a formação profissional para o trabalho (BRASIL, 1996, p. 1).

Dentre os princípios citados, a questão da qualidade da educação é abordada pela LDB como dever do Estado com a educação pública para a garantia de “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem” (BRASIL, 1996, p.1).

A nova LDB inclui diretrizes e políticas visando à melhoria da qualidade da educação superior. Neste sentido a avaliação se apresenta como um viés necessário à garantia da qualidade do ensino. Em seu art. 9º, dispõe sobre as incumbências da União, ainda neste

artigo destacam-se os incisos V, VI, VII, VIII e IX, que tratam de avaliação e acreditação, conforme exposto a seguir:

- V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;
- VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;
- VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;
- VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;
- IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. (BRASIL, 1996, p.1).

Nesses incisos a questão da qualidade da educação se apresenta como ponto central, porém para sua consolidação precisam ser respeitadas todas essas colocações, os quais determinam a inclusão de normas gerais direcionados aos cursos da graduação e da pós-graduação; assegurar o processo de avaliação da educação, desde o ensino fundamental ao ensino superior; e formalização dos processos de avaliação por meio dos atos de autorização e reconhecimento de cursos, e credenciamento e recredenciamento institucional.

De acordo com documentos oficiais do Ministério da Educação, essa Lei incluiu importantes contribuições para “estruturação da educação nacional, dando ênfase aos processos de avaliação visando à melhoria da qualidade de ensino e, como recurso para a regulação do setor, a acreditação de instituições e cursos” (BRASIL, 2009, p.35). É mediante a essa nova conjuntura que avaliação da educação superior ganha destaque no rol das políticas educacionais.

Em relação aos atos de autorização, reconhecimento e credenciamento, em seu Art. 46, da Lei 9.394/96, instituem prazos determinados com renovação periódica, após processo legal de avaliação. No parágrafo 1º deste artigo determina que, quando os resultados forem insatisfatórios será determinado um prazo para que sejam saneadas as deficiências detectadas pela avaliação, esse fato ensejará a realização de uma nova avaliação. Após este segundo momento, se não atendidas às correções das deficiências identificadas, a instituição poderá sofrer sanções, essas aplicadas “conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento” (BRASIL, 1996, p. 19).

No Art. 16º da referida Lei também ordena sobre a estruturação do sistema federal de ensino, este integra: “I - as instituições de ensino mantidas pela União; II - as instituições de

educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada; III - os órgãos federais de educação” (BRASIL, 1996, p. 5). Quanto autonomia universitária dessa estrutura, a Lei traz em seu Art, 54º as disposições legais os quais estende a autonomia às “instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base na avaliação realizada pelo Poder Público”, desta forma uma instituição superior de ensino da rede privada pode gozar de autonomia, sem necessariamente se tratar de uma universidade, desde aprovada por avaliação pelo poder público (BRASIL, 1996, p. 22).

É importante ressaltar, que a Lei 9.394/96, em seus Arts. 9º e 87º propõe a elaboração e envio do Plano Nacional de Educação (PNE), esta em “colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios” (BRASIL, 1996, p. 3), cuja proposta deveria ser enviada no máximo, após um ano ao Congresso Nacional, constando as metas e diretrizes a serem executadas em um período de dez anos, estando em conformidade com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. (BRASIL, 1996).

O Decreto n. 2.026/96 regulamentava os procedimentos relacionados aos processos de avaliação de cursos e de instituições de ensino superior. Já o Decreto n. 2.306/1997 regulava a organização da educação superior. Porém, ambos foram revogados pelo Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, que passou a dispor sobre as duas matérias, abrangendo avaliação e regulação da educação superior.

Em 2001 a avaliação vem acompanhada pela introdução de parâmetros de qualidade instituídos pelo Plano Nacional de Educação⁹ (PNE) de 2001, Lei n. 10.172/2001, que determina a União a implementação de um sistema de avaliação da educação a nível nacional, designando critérios necessários à verificação da qualidade do ensino de todo o sistema educacional, constituindo os princípios legais para avaliação desse setor (TENÓRIO e ANDRADE, 2009)

Após sancionada a Lei 10.172/2001, em julho deste mesmo ano, entra em vigência o Decreto 3.860, acarretando mudanças nas normas de avaliação institucional e de cursos. Em decorrência a essas mudanças o mecanismo de Avaliação das Condições de Oferta (ACO), também vem a sofrer alterações em sua nomenclatura, que passou a ser intitulado de Avaliação das Condições de Ensino (ACE) (POLIDORI, MARINHO-ARAÚJO E BARREYRO, 2006; POLIDORI, 2009).

⁹ O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece normas, orientações, estratégias e finalidades para elaboração de uma política de educação decenal, no qual os Estados, os Municípios e o Distrito Federal são responsáveis pela elaboração de seus respectivos planos (Brasil, 2001).

Polidori, Marinho-Araújo e Barreyro (2006, p. 03) acrescentam, que as políticas educativas, posteriormente geradas foram baseadas no Exame Nacional de Cursos os “demais foram sendo desenvolvidos pontualmente e, principalmente, para atender a legislação referente à autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento de cursos de graduação e credenciamento e credenciamento de IES”.

Em 2004 foi aprovada a Lei 10.861 em 14 de abril de 2004, que estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), seu objetivo está em “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes”.

Conforme expresso no artigo primeiro, inciso primeiro da Lei Nº 10.861/2004, o SINAES visa à melhoria contínua da qualidade da educação superior ofertada país, sua finalidade está na

[...] melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004a, p. 1).

Em seu Art. 6, estabelece a instituição da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES¹⁰) e suas atribuições, essas consistem em: apresentar e apreciar estratégias, diretrizes e dinâmicas de avaliação das instituições, dos cursos e dos estudantes; encaminhar para aprovação do MEC a lista dos cursos, cujos estudantes irão participar do ENADE; analisar relatórios, emitir pareceres e sugerir recomendações ao desenvolvimento das instituições; e dentre outras obrigações, caberá também a realização de orientações para sistematização e designação de comissões avaliativas.

Para avaliação das Instituições de Ensino Superior o MEC veio a aprovar a Portaria n. 2.051, em 9 de julho de 2004, esta sucedeu a Lei 10.861/2004. A Portaria n. 2.051 determina os procedimentos de avaliação do SINAES, no qual estabelece que o objetivo da avaliação institucional consiste em “identificar o perfil e o significado da atuação destas

¹⁰ Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) – Criada pela Lei 10.861/2004, em seu Art. 6º, no âmbito do Ministério da Educação, órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES. O CONAES é composto por: 01 (um) representante do INEP; 01 (um) representante da CAPES; e 03 (três) representantes do MEC, sendo 1 (um) obrigatoriamente do órgão responsável pela regulação e supervisão da educação superior (BRASIL, SINAES, 2004a, p.3).

instituições, pautando-se pelos princípios do respeito à identidade e à diversidade das instituições, bem como pela realização de auto-avaliação e de avaliação externa”.

Em seu capítulo primeiro trata dos objetivos e finalidades dos SINAES, no capítulo subsequente apresenta as atribuições e competências do CONAES, as quais incluem indicar e avaliar os processos e dinâmicas para avaliação das instituições, dos cursos, dos estudantes, assim como de seus respectivos prazos.

De acordo com a portaria supracitada, também cabe a CONAES determinar sobre os preceitos para constituição das comissões de avaliação, analisar relatórios e deliberar sobre eles; e com base nos resultados da avaliação, elaborar recomendações para o desenvolvimento das instituições de ensino superior; dentre outras atribuições, cabe também, a CONAES a realização de reuniões ordinárias e extraordinárias, as primeiras realizadas mensalmente; e as segundas, sempre que convocadas pelo Ministro da Educação.

A Portaria n. 2.051/2004, também determina à CONAES atribuições necessárias para efetivação das prerrogativas constantes no art. 6º da Lei no 10.861/2004, dentre as quais estão: regularização do processo de avaliação voltado a oferta de ensino superior com qualidade; concessão de subsídios informacionais ao Ministério da Educação para que este venha a elaborar políticas educacionais a médio e a longo prazo; oferecer apoio as IES para realização de avaliações periódicas com vistas ao cumprimento da missão institucional e a favorecer melhorias conforme os diferentes formatos institucionais.

A CONAES, cabe também, assegurar a coerência entre os instrumentos e as práticas de avaliação dos SINAES; examinar os relatórios de avaliação do INEP e remetê-los ao MEC; garantir a continuidade do processo de avaliação nos três eixos propostos pelo MEC, da avaliação de cursos, de estudantes e de instituições; assim como, pode-se citar, dentre outras atribuições, a promoção de seminários e de reuniões com assuntos de competência para dar ciência a sociedade sobre o desenvolvimento da avaliação, e ao mesmo tempo, criar uma cultura de avaliação da educação superior.

Segue a base legal do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que evidencia o pensamento do Estado sobre a avaliação da educação superior no Brasil. Nessa lógica, o INEP vem a incorporar: a Portaria MEC 300/2006; a Portaria MEC 563/2006; o Decreto 5.773/2006; e a Portaria MEC 1.027/2006.

A Portaria MEC 300/2006 foi outorgada pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad, em 30 de janeiro de 2006. Esta estabelece a criação do Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do SINAES. No Art. 2º da referida portaria determina a obediência ao que está disposto no § 1o do art. 3o da Lei no 10.861/2004, desta

forma o instrumento deverá analisar “quanto às universidades, pontuação específica pela existência de programas de pós-graduação stricto sensu, considerando satisfatório o funcionamento de pelo menos um programa de doutorado e três programas de mestrado” (BRASIL, 2006d).

O Ministério da Educação ao levar em consideração as leis: nº 9.394/96, nº 10.172/2001 e nº 10.861/2004 resolve sancionar a Portaria MEC 563 em 21 de fevereiro de 2006, esta aprova o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do SINAES.

Todo esse aparato legal que veio sendo aprovada ao longo dos últimos serviu para dar respaldo ao processo de avaliação da educação superior no país, visto que o processo avaliativo fornece informações pertinentes para tomada de decisões de cunho pedagógico, administrativo, institucional e político. Assim a legislação que envolve o SINAES vem integrando novos elementos normativos, os quais ordenam sobre os processos avaliativos, de regulação e de supervisão.

Dessa forma, no decorrer desses quatorze anos de avaliação dos SINAES, verificam-se mudanças no processo avaliativo os quais se podem citar as mudanças ocorridas nos instrumentos de avaliação que sofreram atualizações e/ou incorporação de novos instrumentos avaliativos, sendo os mais recentes aprovados em outubro de 2017.

3.3 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO SINAES

Para efetivação dos processos de Avaliação Institucional, de cursos e do desempenho dos estudantes, o SINAES dispõe de instrumentos que amparam a apreciação dos atos de credenciamento e credenciamento das IES; bem como, atos de autorização, de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Assim, a CONAES e a Daes (Diretoria e Avaliação da Educação Superior) do INEP formularam o Instrumento de Avaliação Institucional Externa, com base nos princípios e diretrizes do SINAES, sendo esses instrumentos revistos regularmente de modo a garantir, por meio dos processos avaliativos, a qualidade da educação superior e conseqüente desenvolvimento do país. (BRASIL, 2009).

Neste sentido, o Inep elabora instrumentos necessários ao processo de avaliação, esses definem os critérios a serem observados pelos avaliadores e, paralelamente, asseguram transparência por parte do Sistema Nacional de Avaliação (SINAES). Dessa forma, têm-se dois instrumentos de avaliação, um para avaliação de cursos; e outro, para avaliação de

instituições¹¹. Ambos são organizados por dimensões ou por eixos/dimensão. De acordo com Brasil (2016, p. 57), “cada um deles formados de indicadores construídos para que a qualidade destes cursos e instituições seja observada”.

Assim, os indicadores, já construídos tornarão possível apontar para os critérios a serem analisados em um processo avaliação. Ainda nas palavras de Brasil (2016, p. 57), “estes critérios de análise, quando agrupados em uma análise sistêmica e global, devem ser todos considerados e avaliados”.

Para alcançar o objetivo principal desta pesquisa tomamos como base o INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA, este dá subsídios aos atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica, visto que foi trabalhado avaliação institucional e não de cursos, o que também, corroborou com a realização desta pesquisa apenas na Biblioteca Central da UFPB, por ser esta a responsável pelo recebimento da comissão do MEC/INEP, quando da realização de avaliação institucional, essa definida por BRASIL como:

A avaliação institucional é, portanto, o instrumento central do Sistema e concretiza-se pela autoavaliação da instituição interna e pela avaliação externa que, realizadas de forma combinada e complementar, têm por objetivo conhecer as potencialidades e as oportunidades de melhoria da IES, tratar da adequação de seu trabalho no que se refere às demandas sociais, atemporais e novas, identificar o grau de envolvimento e o compromisso de seus professores, estudantes, servidores e demais membros vinculados à comunidade acadêmica. (BRASIL, 2016, p. 19).

De acordo com Brasil (2009, p. 110) para realização dos procedimentos metodológicos da avaliação institucional, levam-se em conta vários recursos, os quais incluem procedimentos quantitativos e qualitativos. Pode-se dizer que ao realizar uma avaliação institucional, eixo infraestrutura, no item Biblioteca, não é suficiente saber a quantidade de títulos ou volumes que existem na Biblioteca, faz-se mister verificar a “adequação dos livros e periódicos existentes à formação dos estudantes [...] ou ainda, o seu impacto no ensino e na

¹¹ Esta pesquisa foi realizada com base nos Instrumentos de Avaliação dos SINAES vigentes até o ano de 2017, assim o instrumento de avaliação considerado para esta pesquisa foi Instrumento de Avaliação Institucional Externa, publicado em agosto de 2014. Frise-se, que no final do ano de 2017 foram propostos novos instrumentos de avaliação de cursos de graduação e de instituições de educação superior, porém apesar desses novos instrumentos terem sido aprovados, por meio de portaria, e publicados em 31 de outubro de 2017, os mesmos somente passarão a ser usados em março de 2018, ou seja, período ulterior a realização desta pesquisa. Essa informação poderá ser verificada no link a seguir: (<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=58571>).

pesquisa, as condições de uso e acesso ao acervo, o tipo de cultura de leitura que está sendo consolidada, o que fazer para melhorar, etc”.

Em respeito à Lei 10.861/2004, o Instrumento de Avaliação Institucional Externa se organiza em cinco eixos, que integram as dez dimensões do SINAES, conforme pode ser visualizado na tabela a seguir:

Quadro 2 – Organização dos Eixos dos SINAES.

EIXOS	DIMENSÕES
Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão: 8 (Planejamento e Avaliação) do SINAES. Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.
Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional	Dimensões: 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.
Eixo 3 – Políticas Acadêmicas	Dimensões: 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão) 4 (Comunicação com a Sociedade) 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES.
Eixo 4 – Políticas de Gestão	Dimensões: 5 (Políticas de Pessoal) 6 (Organização e Gestão da Instituição) 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.
Eixo 5 – Infraestrutura Física	Dimensão: 7 (Infraestrutura Física) do SINAES.

Fonte: (BRASIL. MEC/INEP. SINAES, 2014b, p. 2).

Conforme esse instrumento a avaliação deverá contemplar a análise de todos os indicadores em cada um dos eixos. Para cada indicador observado é atribuído um conceito, em escala crescente de 1 a 5, conforme valores referenciais de qualidade. Assim análise e aplicação dos conceitos devem coincidir com as seguintes descrições:

Quadro 3 - Descrição e atribuição de conceitos.

CONCEITO	DESCRIÇÃO
1	Quando o indicador avaliado configura um conceito NÃO EXISTE(M)/ NÃO HÁ, NÃO ESTÃO RELACIONADAS.
2	Quando o indicador avaliado configura um conceito INSUFICIENTE.
3	Quando o indicador avaliado configura um conceito SUFICIENTE.
4	Quando o indicador avaliado configura um conceito MUITO BOM/MUITO BEM.
5	Quando o indicador avaliado configura um conceito EXCELENTE.

Fonte: (BRASIL, 2014b, p. 3).

Lembrando que, após a atribuição dos conceitos, esses precisam ser justificados de forma coerente com contexto revelado. A avaliação também incidirá na confrontação das

informações concedidas pelas instituições superiores de ensinos, via protocolo no e-Mec, com as informações constatadas no local, ou seja, com as reais condições percebidas.

Cada Eixo avaliado possui um peso que corresponde ao tipo de avaliação realizada, desta forma a tabela a seguir apresenta atribuição de pesos aos cinco eixos do Instrumento de Avaliação Externa do SINAES de 2014, sendo esta nova orientação definida pela Portaria N° 92, de 31 de janeiro de 2014 (BRASIL, 2014c).

Quadro 4 - Quadro dos pesos dos eixos para os atos de credenciamento, reconhecimento e transformação de organização acadêmica (presencial).

EIXOS	Credenciamento	Recredenciamento e	Número de
		Credenciamento	indicadores
1 Planejamento e Avaliação Institucional	10	10	5
2 Desenvolvimento Institucional	20	20	9
3 Políticas Acadêmicas	20	30	13
4 Políticas de Gestão	20	20	8
5 Infraestrutura	30	20	16
TOTAL	100	100	51

Fonte: (BRASIL, Ministério da Educação. Portaria N° 92, de 31 de janeiro de 2014)

Vale salientar, que tanto na avaliação institucional, como na avaliação de cursos a participação da Biblioteca é obrigatória nesse processo avaliativo, porém para cada uma dessas modalidades de avaliações existem instrumentos específicos que norteiam seus respectivos processos avaliativos, e em ambos a Biblioteca se apresenta dentro da dimensão que se refere à infraestrutura.

O quadro a seguir apresenta os indicadores do Eixo 5 (Infraestrutura física) nesse eixo se observam as “condições que a IES apresenta para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão” (BRASIL, 2014, p.22). No respectivo quadro os indicadores que se referem à Biblioteca são os itens: 5.9 Biblioteca: infraestrutura física; 5.10 Biblioteca: serviços e informatização; e 5.11 Biblioteca: plano de atualização do acervo.

Quadro 5 - Quadro do Eixo 5.

Nº	EIXO/INDICADOR
5	Eixo 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA
5.1	Instalações administrativas
5.2	Salas de aula
5.3	Auditório(s).
5.4	Sala(s) de professores
5.5	Espaços para atendimento aos alunos
5.6	Infraestrutura para CPA
5.7	Gabinetes/estações de trabalho para professores em Tempo Integral - TI
5.8	Instalações sanitárias
5.9	Biblioteca: infraestrutura física
5.10	Biblioteca: serviços e informatização
5.11	Biblioteca: plano de atualização do acervo
5.12	Sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente
5.13	Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação
5.14	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física
5.15	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços
5.16	Espaços de convivência e de alimentação

Fonte: (BRASIL, 2014c).

Para melhor compreensão do processo de avaliação desses itens iremos trazer algumas informações sobre o Instrumento de Avaliação Institucional Externa de 2014, esta publicação mais atual, também oferece orientações para os “atos de credenciamento, credenciamento e transformação da organização acadêmica (presencial)” (BRASIL, 2014b, p. 01), conforme esse documento:

1. Cada indicador apresenta, predominantemente, um objeto de análise;
2. Para os indicadores que contemplam o termo “**Análise Sistêmica e Global**”, a comissão deverá seguir somente os aspectos estabelecidos no respectivo indicador, **baseando-se nas informações contidas no PDI** e nos documentos oficiais da Instituição de Educação Superior (IES); (**grifo nosso**);
3. Alguns indicadores têm aplicabilidade correspondente ao ato ou à organização acadêmica, conforme orientação inserida no próprio indicador. Os indicadores “não aplicáveis” não serão computados no cálculo final do Conceito Institucional (CI); (BRASIL, 2014b, p. 02).

A partir dessas informações iremos para análise do eixo 5, especificamente para os indicadores que remetem aos critérios de avaliação da Biblioteca, e dessa forma buscar compreender as considerações que contemplam a avaliação desses indicadores, e em especial, identificar como essas informações vem sendo absorvidas pelo SISTEMOTECA da UFPB. Nos quadros que se seguem constam apenas às informações referentes à avaliação institucional, no que concerne a avaliação do Eixo infraestrutura, Biblioteca.

Quadro 6 – Organização dos Eixos dos SINAES - Infraestrutura

5.9 Biblioteca: infraestrutura física.	1	Quando não existe infraestrutura física para biblioteca.
	2	Quando a infraestrutura física atende de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos e plano de expansão física.
	3	Quando a infraestrutura física atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos e plano de expansão física.
	4	Quando a infraestrutura física atende muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos e plano de expansão física.
	5	Quando a infraestrutura física atende de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos e plano de expansão física.

Fonte: (BRASIL, 2014b, p. 26).

Quadro 7 – Organização dos Eixos dos SINAES – Serviços e informação

5.10 Biblioteca: serviços e informatização.	1	Quando não existem serviços e informatização da biblioteca.
	2	Quando os serviços da biblioteca atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.
	3	Quando os serviços da biblioteca atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.
	4	Quando os serviços da biblioteca atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.
	5	Quando os serviços da biblioteca atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.

Fonte: (BRASIL, 2014b, p. 26).

Quadro 8 – Organização dos Eixos dos SINAES – plano de atualização e acervo

5.11. Biblioteca: plano de atualização do acervo.	1	Quando não existe plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital).
	2	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) implantado atende de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.
	3	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) implantado atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.
	4	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) implantado atende muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.
	5	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) implantado atende de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.

Fonte: (BRASIL, 2014b, p. 27)

Conforme pode ser observado o item 5.11 Biblioteca atualização do acervo remete a necessidade de existir coerência com o PDI, assim em respeito a essa orientação se faz conveniente à observação do Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006, que orienta a elaboração de PDI, cujas indicações para infraestrutura, consistem em:

Detalhar salas de aula, **Biblioteca**, laboratórios, instalações administrativas, sala de docentes, coordenações, área de lazer e outros;

Biblioteca:

Quantificar acervo por área de conhecimento (livros e periódicos, assinatura de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários, enciclopédias, vídeos, DVD, CD Rom's e assinaturas eletrônicas);

Espaço físico para estudos;

Horário de funcionamento;

Pessoal técnico-administrativo;

Serviços oferecidos;

Formas de atualização e cronograma de expansão do acervo. (BRASIL, 2006b, p.8, **grifo nosso**).

As informações acima apresentam algumas especificidade a serem observadas pelas comissões de avaliação, vale ressaltar que essas informações também são de grande utilidade ao(s) Bibliotecários gestor(es), visto a necessidade de orientar e organizar a sua Biblioteca fazendo uso dos instrumentos do SINAES, não apenas como um instrumento de regulação, mas com vistas a garantir a melhoria contínua da qualidade de sua unidade de informação, alinhado suas atividades a propostas pedagógicas e missão institucional.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

A proposta da presente dissertação analisou o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba, e como este utiliza os instrumentos do SINAES no processo de avaliação institucional externa realizada pelo MEC/INEP.

Esta seção contempla a definição do enfoque metodológico, quanto a classificação, a natureza, os procedimentos e instrumentos escolhidos, conforme os que melhor se adequarem para atingir os objetivos desta pesquisa. Gil (2007) define pesquisa como

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos . A pesquisa desenvolve-se por um processo construído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação dos resultados. (GIL, 2007, p. 17).

Nesse sentido a presente pesquisa se caracterizou como sendo qualitativa, descritiva e explicativa, cujo objetivo geral se propôs em Analisar o sistema de Bibliotecas da UFPB ante o processo de avaliação institucional e as possíveis contribuições dos instrumentos dos SINAES ao SISTEMOTECA, na visão dos gestores. Essa análise permitiu não somente compreender a atuação do SISTEMOTECA em meio a uma avaliação institucional, mas também, reforçar a importância dos instrumentos dos SINAES no processo avaliação institucional, em especial para o sistema de Bibliotecas da UFPB.

Segundo Minayo (2010), a metodologia qualitativa

[...] é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. [...] as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos. [...] propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação. Caracteriza-se pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo em estudo. (MINAYO, 2010, p.57).

De acordo com Deslandes, Romeu e Minayo (2009, p.25) a pesquisa qualitativa se constrói por “conceitos, proposições, hipóteses, métodos, e técnicas” próprias, e se desenvolve em fases: “(1) fase exploratória; (2) trabalho de campo; (3) análise e tratamento do material empírico e documental”, a esses processos de trabalhos, os autores nomearam de

“Ciclo de pesquisa”, que não se encerra com os resultados, pois produzem novos conhecimentos, que geram novos questionamentos.

Para tanto, buscou-se seguir as etapas: elaboração dos instrumentos de coleta de dados, nesse caso foi proposta a realização de entrevistas semi-estruturadas; envio do projeto para análise na plataforma Brasil, antes mesmo de se iniciar a pesquisa de campo; coleta de dados; transcrição das entrevistas e análise de dados; escrita da dissertação; agendamento e defesa da Dissertação; e envio de Relatório final com documento devolutivo e dissertação na íntegra via notificação a plataforma Brasil para obtenção da certidão definitiva.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA

Para melhor compreensão do universo desta pesquisa buscou-se (re) construir um breve histórico da Universidade Federal da Paraíba, bem como, a história do seu SISTEMOTECA.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi criada em 1955 através da Lei estadual nº. 1.366, sendo originalmente chamada de Universidade da Paraíba. Somente após a sua federalização, em 13 de dezembro de 1960, por meio da Lei nº. 3.835, que passou a ter a nomenclatura atual, incorporando as estruturas universitárias multicampi.

A UFPB visa à criação, a disseminação e aplicação do conhecimento com o propósito de servir e atender a sociedade, em especial se preocupa com a formação profissional e o desenvolvimento sustentável do Estado da Paraíba e do Brasil.

Atualmente conta com os Campus de João Pessoa (I), Campus de Areia (II), Campus de Bananeiras (III) e o Campus de Mamanguape e Rio Tinto (IV) e um Sistema de Bibliotecas (SISTEMOTECA), formado por um conjunto de unidades que inclui a Biblioteca Central e dezessete (17) Bibliotecas Setoriais, que são integradas funcionalmente, visando atuar de forma harmônica junto às atividades fins da UFPB. (PDI, 2014; CONSUNI, 2009).

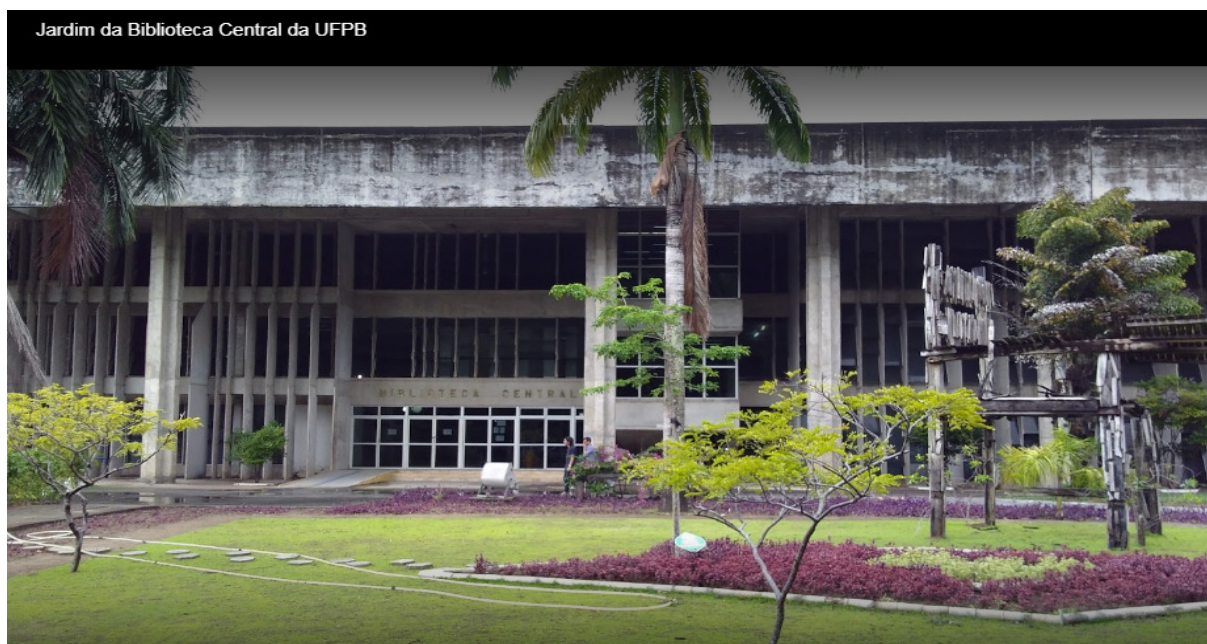
O SISTEMOTECA é definido pela Resolução nº 31/2009, do Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba - CONSUNI como:

É um conjunto de Bibliotecas integradas sob os aspectos funcional e operacional, tendo por objetivo a unidade e harmonia das atividades educacionais, científicas tecnológicas e culturais da UFPB, voltadas para a coleta, tratamento, armazenagem, recuperação e disseminação de informações, para o apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão. (UFPB, 2009, p.2).

De acordo Resolução N° 31/2009 (Regimento Interno do Sistema de Bibliotecas da UFPB), cabe à direção Biblioteca Central o planejamento, a direção, controle e avaliação do SISTEMOTECA, assim como, possui o papel prestar “apoio técnico e administrativo aos órgãos competentes da Reitoria no que cerne à seleção e capacitação dos recursos humanos necessários ao funcionamento do Sistema” (UFPB, 2009, p. 23).

A Biblioteca Central (BC) teve início em 1961 por meio do Regimento da UFPB, mas sua efetivação só veio a acontecer em agosto de 1967 com o estabelecimento da construção do prédio, sendo a primeira proposta de Estruturação da Biblioteca Central elaborada pelo Bibliotecário Edson Nery da Fonseca, com o projeto "Teoria da Biblioteca Central". Em 1976, treze Bibliotecas Setoriais foram incorporadas a Biblioteca Central, e em 1980 foi aprovado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) o regulamento do Sistema de Bibliotecas (UFPB, BC, 2015).

Imagem 1 – Foto do Jardim da Biblioteca Central da UFPB



Fonte: (UFPB, Biblioteca Central, 2017).

As iniciativas da avaliação institucional na UFPB acontecem desde 1994, através do PAIUB. Conforme Pereira o “contexto político institucional daquele momento possibilitou que o PAIUB-UFPB fosse implementado com resultados positivos, no âmbito da graduação, da pós-graduação e da extensão” (2006, p. 16-17), tais como: a formulação dos “perfis dos cursos de graduação”, instituição do “Banco de Dados de Extensão”, e produção de seminários voltados à avaliação institucional.

Com o encerramento do PAIUB em nível nacional pelo Ministério da Educação, essa proposta de avaliação acabou por não se firmar nesta instituição de ensino, mas ainda assim, essa iniciativa resultou na criação da Comissão de Avaliação da Institucional (CAVI). Esta comissão continuou trabalhando na elaboração de projetos direcionados à realização de melhorias para a instituição, posteriormente essa veio a assumir a coordenação do “processo de avaliação interna necessário à implantação e à operacionalização dos Relatórios de Atividade Docente – RADs” (PEREIRA, 2006, p. 17-18).

Sucessivamente decorreram outras atribuições no sentido da avaliação, nesse período já existia a “ideia de elaborar um projeto de auto-avaliação”, e em 2002, sob a iniciativa da Pró-Reitoria de Graduação em colaboração com a CAVI, instituiu-se a “Avaliação dos Docentes pelos Discentes”, instrumento de avaliação criado pela Comissão de Avaliação da Graduação (CAVAC).

E em 2004, para atender as exigências legais, Lei 10.861 (SINAES), que dentre outras imposições, estabelece a criação de Comissão Própria de Avaliação (CPA) nas IES, na UFPB esse processo teve como ponto de partida a CAVAC. Atualmente a UFPB está conta com Conceito Institucional (CI) 4, conforme última avaliação institucional realizada em 2013, vale salientar que em breve estaremos participando de novas avaliações institucionais, sendo a Biblioteca partícipe, também, desse processo.

4.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Optou-se por ter como universo da pesquisa o SISTEMOTECA da Universidade Federal da Paraíba. Os sujeitos da nossa pesquisa serão os servidores/gestores da Biblioteca Central, sediada no Campus I., visto ser esta Unidade de Informação responsável pela coordenação geral das atividades do SISTEMOTECA.

Richardson (2012, p. 158) esclarece “que as interpretações de população e amostra não são fixas”, pois o “que em uma ocasião é uma população, em outra pode ser urna amostra ou vice-versa”. O referido autor (2012) define o universo como

Conjunto de elementos que possuem determinadas características. Usualmente, fala-se de população ao se referir a todos os habitantes de determinado lugar. Em termos estatísticos, população pode ser o conjunto de indivíduos que trabalham em um mesmo lugar, os alunos matriculados em uma mesma universidade, toda a produção de refrigeradores de urna fábrica, todos os cachorros de determinada raça em certo setor de uma cidade etc. (RICHARDSON, 2012, p. 157-158).

Ainda nas palavras do autor supracitado (2012), amostra por sua vez é

Cada unidade ou membro de uma população, ou universo, denomina-se elemento, e quando se toma certo número de elementos para averiguar algo sobre a população a que pertencem, fala-se de amostra. Define-se amostra, portanto, como qualquer subconjunto do conjunto universal ou da população. Assim, por exemplo, se se quiser estudar o estado nutricional das crianças brasileiras, a população seria todas as crianças brasileiras; uma amostra ou subconjunto dessa população poderia ser todas as crianças escolares da cidade de João Pessoa (RICHARDSON, 2012, p. 158).

Essa foi uma pesquisa de natureza aplicada, cujos objetivos visam “gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos” (SILVEIRA, CÓRDOVA, 2009, p.35).

Quanto aos objetivos realizou-se pesquisa descritiva e explicativa, com vistas a explorar uma série de informações a respeito do SISTEMOTECA da UFPB; dos Instrumentos de avaliação dos SINAES; uso desses instrumentos por parte do Sistema de Bibliotecas da UFPB; e as possíveis contribuições desses Instrumentos ao Sistema de Bibliotecas da UFPB.

De acordo com Gil (2007, p.43) “uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado”. O autor acrescenta (2007), que as pesquisas descritivas

[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. [...] Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação. Nesse caso, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. (GIL, 2007, p.42).

A Universidade Federal da Paraíba dentro da sua estrutura organizacional possui um sistema de Bibliotecas formado pela Biblioteca Central (BC) e dezessete (17) Bibliotecas Setoriais, sendo a BC a unidade gestora desse sistema. E por esse motivo se estabeleceu a realização desta pesquisa aos servidores/gestores lotados na Biblioteca Central da UFPB.

Dentro do universo de gestores da Biblioteca Central, decidiu-se por limitar a pesquisa as coordenações e chefias dos setores, cujas atividades se relacionam aos indicadores dos Instrumentos dos SINAES, sendo estes: a direção da Biblioteca Central; a chefia da Secretaria; o coordenador da Divisão de Serviços aos Usuários (DSU); e o coordenador da Divisão de Desenvolvimento das Coleções (DDC), assim como, as respectivas chefias de

Seção de Seleção (SSE) e da Seção de Intercâmbio (SIM). Desta forma a pesquisa se propôs a entrevistar sete (07) servidores/gestores distribuídos conforme o quadro a seguir:

Quadro 9 - Divisões e seções da Biblioteca Central e quantitativo de respondentes

DIVISÕES E SEÇÕES	QUANTIDADE DE SERVIDORES/GESTORES POR DIVISÃO/SEÇÃO
Direção	02 - gestores – o Diretor e o Vice-diretor
Secretaria	01 – Chefe da Secretária
Divisão de Desenvolvimento das Coleções (DDC)	01 – gestor - Coordenador da DDC
• Seção de Seleção (SSE)	01 – gestor – Chefe da SSE
• Seção de Intercâmbio (SIM)	01 – gestor – Chefe da SIM
Divisão de Serviços ao Usuário (DSU)	01 – gestor – Coordenador da DSU
Nº TOTAL DE PARTICIPANTES	07 - gestores participantes

Fonte: (UFPB, Biblioteca Central, 2017).

Dos servidores/gestores que constam na tabela acima, apenas o gestor coordenador da Divisão de Desenvolvimento das Coleções (DDC) não pôde participar da entrevista, visto que, no momento da pesquisa de campo, este se encontrava afastado das suas atividades laborais para capacitação de pós-graduação *Stricto Sensu*. Sendo assim, foram entrevistados seis (06) servidores/gestores, sendo esta amostra considerada satisfatória do ponto de vista metodológico.

Com o intuito de conhecer quem são os nossos entrevistados, e paralelamente compreender melhor, o porquê de algumas respostas foi criado um quadro do perfil dos entrevistados, porém para preservar a identidade dos participantes, substituímos seus nomes reais por pseudônimos. Com isto, todas as falas serão reveladas por nomes fictícios e fonte distinta, neste caso foi adotada a fonte *Itálico*.

Dentre as características apresentadas no quadro que se segue, achou-se conveniente retirar a informação que se refere à formação acadêmica, visto que apenas um (01) dos entrevistados é formado em administração, enquanto os demais possuem formação em biblioteconomia. Sendo assim, evitou-se colocar a formação acadêmica do entrevistado, mesmo que ao lado do seu nome fictício, para evitar a identificação do administrador pelos demais colegas de trabalho.

Quadro 11 - Perfil dos entrevistados

PERFIL DOS ENTREVISTADOS					
Participante (pseudônimo)	Nível de escolaridade	Tempo de serviço em outra Instituição de Ensino Superior (Público ou Privada)	Tempo na instituição	Tempo como coordenador/gestor na Instituição	Tempo como coordenador/gestor na Biblioteca Central
Marta	Especialização	-----	39 anos	1 ano e 3 meses	1 ano e 3 meses
Maria	Pós-Graduação Mestrado	3 anos Instituição Pública	5 anos	3 anos	1 ano
Marisa	Pós-Graduação Mestrado	18 anos, sendo 13 anos como gestora, em Instituição Pública e Privada	2 anos	2 anos	2 anos
José	Pós-Graduação Mestrado	1 ano Instituição Pública	10 anos	1 ano e 3 meses	1 ano e 3 meses
João	Pós-Graduação Mestrado	-----	9 anos	9 anos	1 ano e 3 meses
Marcos	Pós-Graduação Mestrado	5 anos, sendo 02 anos como gestor em Instituição Pública e Privada.	3 anos	2 anos	2 anos

Podemos perceber que todos têm ensino superior, sendo a maioria mestre nas áreas de educação, políticas públicas, ciência da informação e organizações aprendentes, cujas formações refletem o comprometimento, desses gestores, com a qualificação e atualização profissional. Kober (2004, p. 154) define a qualificação profissional como “a preparação do cidadão através de uma formação profissional para que ele ou ela possa aprimorar suas habilidades para executar funções específicas demandadas pelo mercado de trabalho”.

Quanto ao tempo de serviço em Instituição de Ensino Superior foi solicitado, também, que especificassem se experiência anterior a UFPB ocorreu em instituição de natureza pública ou privada.

Sob esse aspecto, Marcos e Marisa foram os que informaram ter experiências anteriores a UFPB, tanto em instituições públicas como em instituições privadas. Com isto, esperava-se que suas respostas refletissem suas vivências e experiências passadas, pois seria bastante enriquecedor, visto que a dinâmica e realidade das instituições de natureza privadas para as de natureza públicas são bem distintas. Porém, os entrevistados se limitaram a responder conforme suas vivências ocorridas apenas na Biblioteca Central.

De acordo com Pegoraro (2008, p.28) são entidades de caráter público (autarquias) “quando são criadas ou incorporadas, mantidas e/ou administradas pelo poder público federal, estadual e municipal, e são privadas quando são criadas, mantidas e/ou administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado”.

Logo as entidades de caráter público são regidas pelo regime jurídico-administrativo, cujos princípios basilares norteadores estão expressos no Art. 37 caput da Constituição Federal de 1988, no qual cabe a administração pública “direta e indireta de qualquer dos

Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” obedecer aos “princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (BRASIL, CF. 1988, p. 36).

Sendo assim, tem-se que considerar os princípios que regem o serviço Público, estes por sua vez, não se aplicam ao setor privado. Desta forma, ao se tomar como exemplo o Princípio da Legalidade, este implícito no artigo 5º da CF “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (BRASIL, 1988, p. 2). Na doutrina, Helly Lopes Meirelles leciona que,

A legalidade como princípio de administração significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e as exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. (MEIRELLES, 1998, p.67).

Assim, um servidor de instituição pública só pode fazer o que a lei determina, enquanto que um funcionário de uma instituição da rede privada é permitido fazer tudo aquilo que a lei não proíbe. Note que a natureza das instituições influencia nas ações e decisões tomadas pelos gestores, fato que poderia trazer para esta pesquisa ricas experiências por parte dos gestores do SISTEMOTECA, partícipes desse estudo.

De acordo com a tabela de perfil, Maria e José apresentaram ter tido experiências em outras instituições de ensino superior, ambos informaram que, assim como na UFPB a outra instituição, também se tratava de uma instituição pública de ensino superior.

Conforme Maria foram cinco (5) anos de UFPB, sendo três (3) anos como gestora em Biblioteca Setorial e um (01) ano como gestora na Biblioteca Central. Durante a pesquisa foi possível observar, nas respostas da entrevistada, os reflexos de suas experiências anteriores a Biblioteca Central.

João apesar de não ter tido experiências anteriores em outras instituições de ensino, o entrevistado traz consigo uma trajetória de nove (09) anos de UFPB, e o mesmo período atuando como gestor na própria instituição. Observou-se, que João, assim como Maria, trouxe para esta pesquisa suas vivências e experiências passadas em bibliotecas Setoriais.

Marta informou estar na instituição a 39 (trinta e nove) anos, o qual chegou a atuar em vários departamentos e setores, porém conforme pode ser observado no quadro, esta é a sua primeira experiência como gestora, o qual vem atuando a 01 (um) ano e 03 (três) meses como gestora.

4.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Quanto ao procedimento adotado foram realizadas pesquisas documental-bibliográfica e pesquisa de campo, seguido das análises das narrativas dos participantes da pesquisa, sendo estas obtidos mediante aplicação de entrevistas semi-estruturadas.

Para realização da entrevista foi elaborado um roteiro previamente definido, conforme o apêndice A, sendo todas gravadas, com autorização prévia dos entrevistados, com a finalidade de facilitar a análise das informações obtidas.

Minayo (2010, p. 261-262) define a entrevista semiestruturada como sendo um roteiro “[...] que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”.

Para realização da análise documental e bibliográfica. Desta forma, foram considerados documentos que compreendem as Bibliotecas universitárias, sua atuação, caracterização e avaliação; os instrumentos de avaliação Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; a Legislação voltada à avaliação da educação superior; as bibliografias e documentos referentes à avaliação da educação superior e de Bibliotecas universitárias.

Ainda nessa fase da pesquisa foram analisados o Sistema de Bibliotecas da UFPB; sua institucionalização; suas políticas; suas normas e regimento; a página, on line, da Biblioteca Central; o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); entre outros documentos que incluíam a UFPB e o seu SISTEMOTECA. Com isso, buscou-se responder o seguinte questionamento: Como o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba utiliza os instrumentos do SINAES no processo de avaliação institucional externa?

Para tal, deu-se um olhar especial para o requisito infraestrutura física da Biblioteca, visto ser um requisito importante de análise para este estudo, cujos parâmetros de avaliação estão especificados no Instrumento de Avaliação Institucional do SINAES.

Além da pesquisa documental e bibliográfica, também, foi realizada a pesquisa de campo, pois esse tipo de pesquisa “caracteriza as investigações em que para além da pesquisa científica bibliográfica e/ou documental, se coletam dados junto de pessoas, utilizando diversos tipos de pesquisa (ex-post-facto, pesquisa ação, pesquisa participante, etc.)” (FONSECA, 2002, p.32). Conforme Gil (2002, p. 53), “[...] o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido, ele mesmo, uma experiência direta com a situação de estudo”.

4.4 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Para a viabilização desta foi pesquisa solicitada a autorização da Direção do SISTEMOTECA, para que esta permitisse o acesso às dependências da Biblioteca Central e aos documentos institucionais do sistema de bibliotecas. Em um segundo momento, esta pesquisa foi submetida à aprovação do Comitê da Ética na Plataforma Brasil, e após anuência do comitê, partimos para pesquisa de campo.

As atividades da pesquisa de campo tiveram como ponto de partida, o contato inicial com participantes para agendar a realização da entrevista nos dias e horários mais adequados aos mesmos. Dos seis (06) entrevistados, somente foi possível contatar, via telefone, três (03) desses, os demais foram solicitados pessoalmente a participar da pesquisa, nos mesmos dias de realização das entrevistas que já estavam previamente agendadas.

Há que se ressaltar a inclusão no cronograma do tempo demandado para realização de cadastro, submissão e apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), antes mesmo de ser iniciada a fase da coleta de dados. Desta forma, a presente pesquisa de campo teve início em período ulterior ao dia 23 de novembro de 2017, conforme status de situação da versão do projeto como aprovado pelo CEP.

No período de agendamento para realização das entrevistas, dois dos participantes se encontravam de férias, e por contra desse contratempo foi necessário se esperar o retorno dos mesmos para conclusão da pesquisa, estes retornaram no início de dezembro de 2017.

Após o agendamento foram realizadas as entrevistas, no qual todos os entrevistados assinaram um termo com esclarecimentos sobre a pesquisa, os quais incluíam informações a respeito da presente pesquisa, seus objetivos, finalidade e o que se pretendia conseguir com ela. Nesse caso, a pesquisa se propunha a apresentar contribuições ao Sistema de Bibliotecas com vistas a melhorias no funcionamento e na oferta de serviços oferecidos a comunidade, apontando sugestões ao Sistema de Bibliotecas da UFPB quanto ao uso dos instrumentos de avaliação dos SINAES, sendo esta uma pesquisa de relevância social e institucional.

Neste termo, também foi solicitada autorização para realização da entrevista, resguardando o anonimato e a participação voluntária, assim como foi explicado aos entrevistados, que a participação nesta pesquisa não oferecia complicações legais, visto que nenhum dos procedimentos usados oferecia riscos à dignidade, e que poderia apenas causar alguma forma de inibição ou de desconforto pelo fato de a mesma ser gravada.

Foram realizadas três (03) entrevistas no final do mês de novembro de 2017, sendo que o primeiro entrevistado já aguardava a visita, os outros dois foram convidados

pessoalmente a participar da entrevista e sem aviso prévio, estes se depuseram a participar de imediato. No início de dezembro de 2017 foram concluídas as entrevistas, sendo duas (02) agendadas previamente; e a última em decorrência das que foram agendadas anteriormente, pois coincidiu no mesmo dia e horário convenientes para os entrevistados.

No que se refere à entrevista, nas palavras de Gerhardt, et al (2009, p. 73), para que esta “seja adequadamente realizada, é necessário, antes de mais nada, que o entrevistador seja bem recebido. Algumas vezes, o grupo de pessoas a ser entrevistado é preparado antecipadamente, mediante comunicação escrita ou contato prévio”.

Apesar, de não ter sido possível contatar antecipadamente com todos os servidores/gestores que participaram desta pesquisa, as entrevistas transcorreram de forma tranquila. De modo geral, os entrevistados, pareciam estar à vontade e satisfeitos por cooperar, assim como, foram muito solícitos e não apresentaram restrições quanto à gravação de suas falas.

Vale ressaltar uma situação específica de um entrevistado, que se colocou a disposição para responder por escrito, pois o mesmo apresentou a preocupação de querer ajudar, quanto à transcrição de sua fala e perguntou se poderia levar o roteiro para responder em casa. Informou também que, tendo em vista já estar próximo ao final do seu expediente de trabalho, não queria que suas respostas pudessem ser afetadas pelo tempo exíguo, e com isto deixar de repassar alguma informação de possível interesse a pesquisa.

No entanto, como a proposta desta pesquisa foi à realização de uma entrevista, não foi possível acordar que o entrevistado respondesse em casa, visto que descaracterizaria o instrumento de coleta de dados. Gerhardt, et al (2009, p. 73, **grifo nosso**) explica que a **“entrevista difere do questionário e do formulário pela posição do pesquisador (entrevistador): no caso do questionário, este é respondido pelo entrevistado sem a presença do entrevistador”**. O tempo de duração das entrevistas variou entre, 18 e 25 minutos, sendo todas realizadas nos ambientes de trabalho dos entrevistados, dentro dos seus respectivos horários de expediente.

Ao término das entrevistas, a presente pesquisa contou com 06 participantes servidores/gestores, sendo que a proposta inicial era para contemplar sete (07) gestores, porém um deles não pôde participar em virtude de afastamento para conclusão de mestrado, conforme explicado anteriormente.

Em seguida fomos para etapa da análise temática dos dados. De acordo com Minayo (2010, p. 316, grifo do autor) a análise temática “consiste em descobrir os núcleos de sentido

que compõem uma comunicação cuja *presença* ou *frequência* signifique alguma coisa para o objeto analítico visado”.

Segundo a autora (2010) supramencionada, a análise temática ocorre em três momentos: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados obtidos, conforme a seguir:

Pré-análise consiste na escolha dos documentos a serem analisados e na retomada das hipóteses e dos objetivos iniciais da pesquisa [...] Exploração do material consiste essencialmente numa operação classificatória que visa alcançar o núcleo de compreensão do texto [...] Tratamento dos resultados obtidos e interpretação os resultados brutos são submetidos (tradicionalmente) a operações estatísticas simples (porcentagens) ou complexas (análise fatorial) que permitem colocar em relevo informações obtidas. (MINAYO, 2010, p. 316-318).

De acordo com Bardin (c1977, p. 41) a análise temática é um exemplo de análise de conteúdo, que “pode ser uma análise dos ‘significados’”, mas também pode ser “uma análise dos “significantes” (análise lexical, análise dos procedimentos)”. Em contrapartida, o tratamento descritivo apesar de ser a primeira fase da análise, não se constitui um procedimento específico da análise de conteúdo. Ainda nas palavras do supracitado autor (c1977, p. 135), a análise temática “consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”.

A fase da análise de conteúdo é definida por Bardin (c1977) como

Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, c1977, p. 48)

Para Moraes (1999), a análise de conteúdo:

Constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Essa metodologia de pesquisa faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias. (MORAES, 1999, p. 01).

Conforme Gerhardt, et al (2009, p. 84) citando Minayo (2007), a análise de conteúdo no âmbito funcional se:

Inicia pela leitura das falas, realizada por meio das transcrições de entrevistas, depoimentos e documentos. Geralmente, todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processos de produção de mensagem. Esse conjunto analítico visa a dar consistência interna às operações.

Para realizar a análise dos dados obtidos de forma operacional, foram definidos os seguintes passos:

- 1) Análise das entrevistas a partir das transcrições de todo conteúdo das respostas dos entrevistados;
- 2) Realização de leitura atenciosa, destacando em cada uma das respostas, expressões, descrições ou idéias para elaboração de explicações qualitativas ou quantitativas, como possíveis respostas as questões desta pesquisa;
- 3) Elaboração de um quadro – com a divisão do texto em temas principais, que poder ter subtemas. Para elaboração deste quadro, seguiu-se orientações de Bardin (1977). Nesse sentido, houve um esforço para identificar temáticas, buscando classificá-las e dividindo-as de acordo com seus significados.
- 4) No que tange ao tratamento e interpretação dos resultados, analisou as características relacionadas ao tema central; fez-se observação de contradições nas falas, concordâncias e discrepâncias; análise das descrições das respostas, colocadas em categorias, essas criadas por meio do agrupamento das ideias centrais, do mesmo sentido ou equivalente, que conduziram a descrições organizadas possíveis de construir sínteses provisórias para o alcance dos objetivos propostos.

A etapa da análise de conteúdo consistiu numa das etapas finais, no qual foram analisados todos os documentos e informações obtidas. Nessa fase, nos debruçamos nas entrevistas para identificar com atenção as convergências e divergências nas respostas dos entrevistados, assim como, pudemos observar o que apareceu de novo e quais informações se aproximaram como possíveis respostas a nossa questão de pesquisa. Com isto se pretendeu realizar inferências possíveis de responder a problemática levantada neste trabalho, em prol do alcance dos objetivos desta pesquisa, e desta forma poder apresentar contribuições ao Sistema de Bibliotecas com vistas a melhorias no processo de avaliação institucional externa.

5 SISTEMOTECA DA UFPB E SINAES

Neste capítulo discutimos os dados obtidos a partir das entrevistas realizadas na Biblioteca Central com os gestores da Direção; Secretaria; Divisão de Serviços aos Usuários; Seção de Seleção; Seção de Intercâmbio. As demais divisões e seções não foram contempladas para esta pesquisa, por não estarem diretamente relacionadas ao processo de avaliação externa realizada pelo MEC/INEP, e por esse motivo não se relacionam com o uso dos instrumentos de avaliação dos SINAES, na execução das suas atividades.

Para realização da entrevista foi aplicado o mesmo roteiro (apêndice A) para todos os gestores, com o intuito de se obter subsídios informacionais necessários ao alcance do objetivo principal desta pesquisa.

O roteiro da entrevista se estruturou considerando os objetivos específicos desta pesquisa: discutir os aspectos teóricos referentes às Bibliotecas universitárias de instituições públicas de ensino; examinar documentos institucionais do SISTEMOTECA, legislação vigente em avaliação, entre outros documentos pertinentes ao atual processo de avaliação da educação superior – SINAES; e Caracterizar a atuação do Sistema de Bibliotecas da UFPB no processo de avaliação institucional.

Nesse sentido, foi elaborado um roteiro com dez (10) perguntas, as quais contemplaram: a Biblioteca Central (serviços, acervo, infraestrutura, e recursos informacionais); SISTEMOTECA da UFPB e Avaliação institucional externa; Documentos institucionais do SISTEMOTECA; Legislação e documentos de avaliação – SINAES; Instrumentos de avaliação do SINAES.

Por meio da entrevista, procuramos visualizar o entendimento que os atores têm sobre a Biblioteca Central, frente ao processo de avaliação externa realizado pelo MEC/INEP; assim como, identificar o conhecimento desses gestores à respeito dos instrumentos de avaliação dos SINAES; e caracterizar a atuação da gestão SISTEMOTECA da UFPB tendo em vista o processo de avaliação institucional realizado pelo MEC/INEP.

5.1 BIBLIOTECA CENTRAL: SERVIÇOS, ACERVO, INFRAESTRUTURA, E RECURSOS INFORMACIONAIS

Iremos discutir aspectos referentes a Biblioteca Central a partir de perguntas referentes aos serviços oferecidos; ao acervo e desenvolvimento de coleções; a infraestrutura; aos recursos informacionais e tecnológicos disponibilizados aos usuários.

Em relação aos serviços disponibilizados aos usuários da Biblioteca Central, questionamos se estes estavam adequados aos parâmetros do MEC. Vale salientar, que essa pergunta se baseou no Eixo 5 do Instrumento de Avaliação Institucional, item 5.10. Com isto pretendíamos obter informações quanto aos aspectos profissionais, ao acervo, a existência de banco de dados, quanto à automação de serviços, horário de funcionamento e geração de relatórios.

Para Marisa em relação aos serviços disponibilizados on line, segundo ela *“tem a renovação via web, que dá essa facilidade ao aluno, os serviços em si, disponibilizados via Web, quanto mais serviços, mais os usuários vão ter essas facilidades”*. A entrevistada abordou, também, a questão da necessidade de se realizar treinamento ao usuário, *“porque eu sei que existe o do Portal Capes, DSI (Disseminação Seletiva da Informação), ter acervo, também é importante ter essa relação com os usuários [...] não sei se tem algum tipo de treinamento com relação a esses recursos”*.

Marisa trouxe questionamentos interessantes, visto que o treinamento ao usuário pode ser visto como um dos serviços oferecidos pela referência, considerando que os serviços de referência consistem em “assistência direta e pessoal dentro da biblioteca a pessoas que buscam informações para qualquer finalidade, e também as diversas atividades biblioteconômicas destinadas a tornar a informação tão acessível quanto seja possível” (HUTCHINS, 1973, p. 4).

Para Shera (1966, p. 21), o serviço de referência “abrange todo o espectro que inclui desde uma vaga noção de auxílio aos leitores até um serviço de informação muito esotérico, muito abstrato e altamente especializado”.

Já a Disseminação Seletiva de Informação (DSI), mencionada por Marisa, é a tradução de *Selective Dissemination of Information* (SDI), este se trata de um serviço que pode ser personalizado com vistas a atender as necessidades informacionais de cada usuário, segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 130), definem a DSI como “difusão automática, selecionada, permanente e personalizada de informações correntes, relativas a assuntos específicos”.

Para Marcos “*Em parte, os serviços que a Biblioteca Central disponibiliza, hoje, não contempla todo padrão do MEC*”. E apesar de, anteriormente, o entrevistado ter afirmado desconhecer os instrumentos dos SINAES, este apresentou conhecimento quanto ao que é analisado pela comissão avaliadora do MEC.

Vale lembrar, que a comissão avaliadora se baseia e segue os Instrumentos de Avaliação de Cursos e de Avaliação Institucional, e em ambos, a Biblioteca é analisada na dimensão que trata da infraestrutura.

Assim, Marcos ao fazer a seguinte afirmação “*A Biblioteca se enquadra na infraestrutura da avaliação do MEC, que vai caber questão de serviços, acervo, estrutura física [...] recursos tecnológicos*”, acabou por revelar o conhecimento de alguns indicadores avaliados pela comissão avaliadora dos SINAES, porém necessariamente, isso não indica conhecimento dos instrumentos de avaliação. Essa menção aos indicadores dos SINAES pode estar associada ao conhecimento adquirido a partir de sua experiência em avaliações as quais já participou.

O entrevistado questionou em relação à infraestrutura física, que na sua opinião é um ponto negativo, pois segundo ele “*falta a plataforma*”, mas de maneira geral, avaliou que os serviços disponibilizados pela BC são “*bem satisfatórios*”.

Os demais entrevistados concordaram, que os serviços disponibilizados pela BC atendem de maneira ‘satisfatória’, porém ainda tem margem para melhorar. Como pode ser observado nas palavras de José e Maria,

Segundo José,

Confesso que eu não conheço esse instrumento do MEC, e os parâmetros que o MEC coloca. Vou te fala de experiência um pouco de usuário. Eu me coloco muito na posição de usuário quando vou experimentar alguns serviços que nós temos aqui. De modo geral avalio que eles estão a contento, mas é claro que há um espaço de melhoria muito grande. (grifo nosso)

Maria, por sua vez, posicionou-se da seguinte forma “*Acho que pode melhorar, [...] não tiraria um conceito cinco, a nota máxima, acho! Precisa de mais computador, espaço climatizado, mobiliário mais ergonômico, não chega há um cinco, mas atende parcialmente*”.

Ainda relacionado à temática, Biblioteca Central, procuramos identificar como esses gestores analisam os aspectos referentes às condições e atualização do acervo, assim como, em relação aos recursos informacionais/tecnológicos disponibilizados aos usuários. Sobre esta temática,

Marcos afirmou que,

Com relação ao acervo, percebe-se hoje que a Biblioteca central tem investido muito com relação à aquisição de material informacional e neste ano corrente a gente tem uma compra de R\$ 1.000,00 (Um Milhão de Reais) que contemple tanto o material informacional do acervo para Biblioteca Central, como também para as Setoriais que está subordinado a Biblioteca. Com relação aos recursos informacionais aqui já contempla as bases digitais, ao portal de periódicos da CAPES, a Minha Biblioteca, que o usuário tem acesso pelo SIGAA, além dela tem a Ebrary, tem muitos livros na área.

Ainda relacionado a esse questionamento, Marcos fez algumas pontuações, segundo ele “*a questão do acervo, considero adequado*”. *Em relação aos recursos tecnológicos e em termo de sistema e de portais, que são bem difundidos e disponibilizados na Biblioteca central, também considero adequados*”.

Segundo Marcos,

Se fosse pontuar numa escala de 0 a 10, eu daria nota 9. Com relação tanto do acervo, como recursos informacionais disponibilizados. Esse 1 que falta com relação de esta sempre atualizando como Raganathan fala, que a Biblioteca é sempre um organismo em crescimento. Que agente continue sempre crescendo para tentar chegar sempre a esse “dez”, que seja uma meta que agente deve sempre está correndo atrás dela.

Observe, que entrevistado apresentou sua resposta com atribuição de notas, porém não quis atribuir uma nota máxima, pois com isso a Biblioteca não teria mais o que crescer, assim quebraria “*um princípio da nossa área que é sempre crescer*” (MARCOS).

Com base nas cinco Leis da Biblioteconomia de Ranganathan¹², o entrevistado citou a quinta lei “*A Biblioteca é um organismo em crescimento*”. Segundo Sousa e Targino (2016, p. 25), essa lei “*atua como fundamento à gestão organizacional das bibliotecas como organismos sociais*”.

Ainda nas palavras das autoras supramencionadas (2016) a Biblioteca se apresenta como uma organização social, esta tem como condição principal ser uma entidade em crescimento constante, para tal, requer o planejamento de suas ações face ao desenvolvimento no universo de usuários.

¹² Em 1928 Ranganathan formulou cinco leis que se tornaram axiomas da biblioteconomia, sendo essas publicadas em 1931 sob o *The five laws of library Science*. As cinco leis da Biblioteconomia são: 1. Os livros são para usar; 2. A cada leitor o seu livro; 3. A cada livro o seu leitor; 4. Poupe o tempo do leitor; 5. A biblioteca é um organismo em crescimento. Essas se apresentam como princípios básicos a serem utilizadas nas mais diversas atividades das Bibliotecas (LUCAS; CORRÊA e EGGERT-STEINDEL, 2016).

Segundo Lucas, Corrêa e Eggert- Steindel (2016, p. 40), a quinta lei parte do princípio do crescimento constante biblioteca, e quando ela “não puder mais crescer, [...] ela pode reproduzir e dar ‘crias’”, ou seja, “auxiliar na criação e no desenvolvimento de bibliotecas setoriais ou pontos de leitura”.

Marisa informou que o acervo e os recursos informacionais correspondem aos padrões e indicadores estabelecidos nos instrumentos dos SINAES, para ela “*os cursos que mantém diálogo com a Biblioteca estão preparados, porque a dinâmica é essa*”. Quanto aos periódicos também “*inclusive os digitais, eles tem aceitação total [...] os e-books [...] entrava como bibliografia complementar [...] Eu acho que ela, a Biblioteca, atende bem*”.

No entanto, na visão dos demais entrevistados o acervo se encontra desatualizado, conforme pode ser observado na fala de João “*Em relação ao acervo físico é um acervo defasado, eu falo pela Biblioteca Central*”.

A esse respeito, José se colocou da seguinte forma,

A gente tem um grande quantitativo de acervo, mas a minha impressão é que ele está desatualizado em muitos aspectos. Tenho uma crítica também à outra ponta desse processo, os coordenadores de curso, os professores de um modo geral, demoram para mandar as listas de indicação bibliográficas para suas Setorias [...] isso acaba atrapalhando. Agente tem uma organização burocrática na aquisição dos livros que precisa ser observadas [...] muitas vezes já passou o prazo, até o livros que ele indicou já tem uma edição superior [...] Eu acho que o nosso acervo peca, ele precisa ser “melhor”... não digo em termos quantitativos, mais em qualidade!”

Em relação a outros recursos informacionais, João fez a seguinte afirmação,

*De geral agente vem com trabalho, digamos exitoso porque temos o periódico da CAPES, temos e-books. Nós assinamos a minha Biblioteca é muito importante para graduação, tem a PROQUEST, que está havendo mudança de plataforma e a base Ebrary. Certo, então [...] em relação a periódicos da Capes, alguns e-books que nos temos, a Target também que é de normas técnicas. Então eu acredito que agente está bem sim. **Podemos melhorar sempre!** [...] mas se envolver equipamentos de informática, computador, esse suporte agente ainda precisa melhorar.*

Vemos na fala de João uma preocupação em fazer a Biblioteca crescer, no qual o entrevistado apresenta crescimento do acervo por meio de assinatura de periódicos e de biblioteca digital. Em suas palavras, João deixa claro que ainda tem espaço para realização de melhorias quando se refere aos equipamentos de informática. O que nos remete, novamente, a quinta lei de Ranganathan “*A Biblioteca é um organismo em crescimento*”, pois há de se pensar em crescimento constante, assim uma “biblioteca não precisa necessariamente nascer

grande, ela pode começar pequena [...] e crescer aos poucos” (LUCAS, CORRÊA e EGGERT- STEINDEL, 2016, p. 40). Porém para que isso aconteça naturalmente, faz-se necessário

Boa estrutura e oferecendo bons serviços, o número de usuários deve crescer; mais livros serão incorporados ao acervo; os espaços poderão ser melhorados ou ampliados; novos equipamentos e serviços podem ser oferecidos; as atividades culturais ou educativas devem ser oferecidas e aumentar, atraindo mais usuários e alimentando o ciclo de crescimento da biblioteca. E tudo isso deve ser acompanhado do crescimento da equipe de profissionais, a fim de dar conta de todas as demandas (LUCAS; CORRÊA e EGGERT-STEINDEL, 2016, p. 40)

Para compreender melhor a questão da atualização do acervo da Biblioteca Central, pedimos que nossos colaboradores informassem como ocorre o processo de desenvolvimento de coleções da BC. Em relação a esse questionamento, nem todos apontaram ter conhecimento sobre o assunto, como foi informado por José e Marisa.

Marcos, no entanto, discorreu como ocorre o processo de Desenvolvimento de Coleções da Central, mostrando bastante aproximação com o tema. De acordo com o entrevistado esse processo ocorre da seguinte forma,

*Nós temos três formas de aquisição de material para compor esse acervo e para que ele possa continuar crescendo, correspondendo a questão anterior, que a Biblioteca é um organismo em crescimento. Então para que ele se mantenha crescendo de forma saudável sem engordar, sem inchar, existem três formas, que hoje agente trabalha, **que é a aquisição por compra, aquisição por permuta e aquisição por doação**. Por compra se faz através de recursos que é disponibilizado pela Reitoria, que disponibiliza “x” valor e nos gerenciamos conforme a necessidade do usuário, no caso a demanda da estatística do uso daquele material, questão de se precisa substituir, ou não, então agente faz essas compras conforme essas necessidades, e em primeiro lugar o usuário. Com relação à permuta se faz trocas entre Bibliotecas, pode ser entre Setoriais da UFPB, pode ser Bibliotecas de outros Estados, ou até mesmo fora do país. Ex. Um livro que eles têm interesse e nós temos em duplicata, por outro que nós temos interesse e eles têm em duplicata, então agente faz essa troca entre as nossas duplicatas, assim continua adquirindo informação essencial para a Biblioteca Central. Tem a doação que é realizada pelos próprios usuários, a comunidade da UFPB, usuários externos de João Pessoa ou de diferentes Estados do Brasil, com é o caso de professores que vem de fora e doam pra gente. Dessa forma agente vai desenvolvendo a coleção, selecionando os materiais que são essenciais, de forma que o acervo continue crescendo conforme as necessidades dos nossos usuários, que é ele em primeiro lugar que devemos servir. Então a projeção para o desenvolvimento da coleção se faz dessa forma.*

Marcos explicou, também, que para o desenvolvimento de coleções da Biblioteca Central não é possível tomar por base o mesmo processo de aquisição de uma Biblioteca Setorial, visto que estas se baseiam nos planos de cursos “*o nosso aqui seriam todos os cursos. Então, nós teríamos que ter todas as ementas de todos os cursos para analisar, avaliar...*” (**grifo nosso**). Então partindo dessa colocação, perguntei se isso já não acontecia, ou seja, se a Biblioteca Central já não realizava essa função de atender todos os cursos. A esse novo questionamento, Marcos respondeu que, “*Hoje ocorre, mas não na sua plenitude, porque não tem como um setor mensurar todos os cursos de toda a UFPB. Se fosse fazer as Setoriais não teriam suas existências. Mas, a gente faz esse procedimento e orienta como se deve fazer*”.

Ainda sobre o desenvolvimento de coleções da Biblioteca Central, João e Maria informaram que foi criada uma comissão, envolvendo vários profissionais da área, para elaboração de uma nova Política de Desenvolvimento de Coleções, visto que a “*política atual é de 1991, e em cima dela estamos fazendo esse processo de atualização em conjunto com o sistema, então são vários Bibliotecários do SISTEMA e da Central, trabalhando nesse processo*” (MARIA).

A partir das respostas dos entrevistados, observou-se que a projeção e o desenvolvimento de coleções da Biblioteca Central não ocorrem de forma aleatória, visto que existe uma Política de Desenvolvimento de Coleções. E apesar da sua antiguidade, conforme foi mencionado por Maria, este documento vem dando respaldo as práticas de desenvolvimento de coleções até os dias atuais, servindo este também, de base para elaboração de uma nova política ou de atualizações.

É importante esclarecer que a atualização desta política se faz de extrema importância para que sejam revistas questões que se tornaram obsoletas, assim como, pela necessidade da inclusão de informações, as quais melhor se adéquam ao cenário desenhado pela sociedade da informação. Para Takahashi (2000, p. 5), “a sociedade da informação não é um modismo. Representa uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia, havendo quem a considere um novo paradigma técnico-econômico”.

Para Assmann (2000), a sociedade da informação

É a sociedade que está atualmente a constituir-se, na qual são amplamente utilizadas tecnologias de armazenamento e transmissão de dados e informação de baixo custo. Esta generalização da utilização da informação e dos dados é acompanhada por inovações organizacionais, comerciais, sociais e jurídicas que alterarão profundamente o modo de vida tanto no mundo do trabalho como na sociedade em geral. [...] A mera disponibilização crescente

da informação não basta para caracterizar uma sociedade da informação. O mais importante é o desencadeamento de um vasto e continuado processo de aprendizagem. (ASSMANN, 2000, p. 08-09).

Assim, como todas as organizações, a Biblioteca também sofre influência das transformações advindas do contexto da sociedade da informação e do conhecimento, esta realidade exige, cada vez mais, uma atualização dos processos e funções tradicionais da biblioteca, com o uso cada vez maior das novas tecnologias de informação. Visto que, a biblioteca como uma organização social precisa acompanhar as transições do cenário a qual está inserida, com a implantação de modernas e criativas formas de atender as demandas informacionais de seus usuários. Neste sentido, Valentim (2016) afirma, que

As bibliotecas vêm se tornando espaços de conhecimento, cujo reconhecimento social tem aumentado significativamente. Por outro lado, as bibliotecas enfrentam vários desafios neste novo milênio, uma vez que as transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas têm impactado diretamente as estratégias de ação, a mediação da informação, os objetivos dos serviços prestados e as finalidades dos produtos elaborados aos diferentes públicos. (VALENTIM, 2016, p. 19).

Retomando a temática referente à atualização do acervo e ao processo de desenvolvimento de coleções, observou-se também, que a maioria dos entrevistados considera o acervo desatualizado. Isso nos fez refletir em relação aos recursos financeiros disponibilizados a Biblioteca Central para atualização e o desenvolvimento de suas coleções Central. Sob esse aspecto Maria explicou que,

Este ano a Biblioteca Central teve a autonomia na distribuição dos valores entre as Setoriais atendendo a um teto máximo que foi estabelecido, eu acho que pra área de saúde. Então as Setoriais são quem ficam responsáveis por fazer dentro da bibliografia básica e complementar a solicitação aos docentes para preencher as planilhas. E este ano a Biblioteca Central teve um valor separado que ainda vai ser adquirido, porque esse ano de 2017 já está terminando, mas vão ser as compras de 2018, porque o orçamento só chegou agora (grifo nosso).

De acordo com João

Ao longo dos últimos anos não se foi feito um investimento, ou não se repassou investimento próprio, ou um valor digamos razoável para aquisição de acervo. Já há uma mudança, por exemplo, esse ano nós conseguimos R\$120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais) [...] somente para livros nacionais para Biblioteca Central e R\$ 11.000 (Onze Mil Reais) para livros internacionais (grifo nosso).

Marta completou que essa verba que foi destinada a BC para aquisição de livros, vai ser investida para realizar a atualização da coleção de referência, assim como serão acatadas as sugestões dos usuários.

A partir dessas colocações, infere-se que a dotação orçamentária disponibilizada para composição e atualização do acervo, não vinha sendo realizada de forma satisfatória. Percebe-se este fato quando a maioria dos entrevistados considera a Biblioteca Central como uma unidade de informação que possui um acervo desatualizado, em termos de assistir a comunidade acadêmica e de contemplar todos os cursos da instituição.

Em relação ao que foi colocado pelos entrevistados, observou-se também, grande ênfase em relação aos investimentos realizados na BC, em 2017, para aquisição de livros.

De acordo com Maia e Lucena (2018), esse ano marcou o início de várias iniciativas, que não se limitaram a investimentos para o desenvolvimento de coleções e atualização do acervo. Dentre as várias realizações, os autores supramencionados (2018, p. 02), destacaram: a “reforma do telhado, reforma elétrica, aquisição de novos equipamentos, [...] desbaste e descarte no acervo, a aquisição de mobiliário novo, a implantação do serviço de segurança RFID, implantação do serviço de auto-atendimento e criação de novos espaços”.

Sabe-se, no entanto, que a realização desses feitos demanda investimento de capital, este requer dotação orçamentária. Logo, infere-se que a gestão maior desta Instituição e da Biblioteca Central vem realizando um trabalho administrativo aplausível, visto que essas conquistas não são frutos de trabalhos unilaterais, e sim pelo comprometimento dessas gestões em viabilizar a concretização desses resultados.

Desta forma, pôde-se verificar, que a questão de atualização do acervo não somente depende da existência de uma Política de Desenvolvimento de Coleções, mas de fatores administrativos e financeiros.

Em relação à participação da Biblioteca junto ao Plano de Desenvolvimento Institucional, inquirimos como o SISTEMOTECA se projeta nesse processo. Marta e Marisa informaram desconhecer. De acordo com Marta *“Não sei! Constituímos uma comissão para elaboração do novo PDI, e com ajuda da CODEPLAN estamos começando a colocar metas, as atividades que são as ações, e agente esta com foco em todo o sistema não é só na Biblioteca Central”*

Segundo Maria no PDI atual *“são mínimas as informações que contemplam, é só quantitativo de acervo, serviços, de forma geral e pinacoteca”*. A entrevistada, assim como Marta informou a criação de uma comissão de planejamento para elaboração do próximo PDI. Segundo Maria, no PDI atual *“não existe o eixo Biblioteca. Está assim, tipo infraestrutura,*

mento e existe, mas está tudo junto: laboratório, Biblioteca, sala de aula, quando no instrumento do MEC a Biblioteca é um eixo separado que deveria ser contemplado”.

Conforme pode ser observado Maria questiona algumas informações constantes no atual PDI, que segundo ela deveria ter um eixo específico para Biblioteca. Essa colocação da entrevistada acabou por nos fazer refletir a respeito da importância do conhecimento dos instrumentos de avaliação do SINAES, visto que nos instrumentos de avaliação do SINAES não existe um eixo específico para Biblioteca.

Assim no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação a avaliação contempla três dimensões, que correspondem respectivamente à avaliação da: organização didático-pedagógica; corpo docente e tutorial; e infraestrutura. Enquanto no Instrumento de Avaliação Institucional Externa são dez dimensões, no qual a Biblioteca está inserida no Eixo 5, infraestrutura Física, que corresponde à dimensão 7, está incluída a avaliação das “salas de aula, Biblioteca, laboratórios, instalações administrativas, sala de docentes, coordenações, área de lazer e outros” (BRASIL, 2006, p.2).

Logo não estaria correto afirmar que as informações constantes no atual PDI estariam incorretas, por inserir a Biblioteca dentro do eixo infraestrutura. Porém, ao se considerar as seguintes informações de Maria “*são mínimas as informações e a gente quer trabalhar para construir nosso planejamento, com base no que o SINAES solicita*”, faz-se necessário explorar melhor as orientações constantes no Instrumento de Avaliação Institucional Externa para que possamos enriquecer as informações a serem colocadas, quando da elaboração dos próximos PDIs”.

De acordo com Marcos a projeção da Biblioteca Central no PDI acontece “*com base no próprio modelo que o PDI nos disponibiliza, a gente preenche com essas informações basicamente um relatório fazendo uma projeção quadrienal pra atingir esses objetivos dentro do PDI período da instituição*”.

No que se refere à estrutura física da Biblioteca Central, elaboramos uma questão voltada à acessibilidade e inclusão, tendo como intenção provocar os colaboradores entrevistados a pensar melhor sobre essa questão. Visto que a Biblioteca se insere no requisito de infraestrutura, nos instrumentos de avaliação do SINAES.

De acordo com João, a BC tem uma seção voltada para pessoas com deficiência, que é a Seção de Inclusão para Usuários com Necessidades Especiais (SIUNE), essa “*seção foi toda construída, ou grande parte, em quase toda a sua totalidade para braile*”, o que para o entrevistado não corresponde à proposta dessa gestão. Para João, a seção SIUNE deveria atender a todas as pessoas com deficiência e não apenas visual.

De acordo com João e Maria, uma das iniciativas tomadas pelos gestores da BC foi promover o deslocamento da sessão SIUNE do primeiro andar para o térreo para facilitar o acesso da seção às pessoas com deficiência.

Frise-se que essa mudança do setor para o térreo favorece a acessibilidade, não somente para os usuários da seção SIUNE, que hoje corresponde ao público com deficiência visual, visto a composição deste acervo ser todo braile. Mas também favorece os demais usuários: pessoas com dificuldades de locomoção, cadeirantes, idosos, gestantes.

Sobre esta discussão Maria afirma: *“estamos trabalhando [...] a possibilidade de ampliar a questão do piso tátil, que só tem na frente da biblioteca; ampliação da porta para acesso de cadeirantes. Em relação ao acervo foi realizado o espaçamento das estantes, atendendo ao espaçamento mínimo para poder ter acesso de cadeirantes”* (MARIA). Essa iniciativa de minimizar obstáculos para viabilizar a acessibilidade na BC demonstra o compromisso e respeito dos gestores aos seus usuários, porém para obtenção maior sucesso nessa empreitada, faz-se essencial o uso da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS de 2004 (ABNT - NBR – 9050)¹³, que trata da “acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”.

A ABNT NBR 9050 em seu item 8.7 inclui recomendações específicas para Bibliotecas e centros de leitura. Assim, de acordo com o item 8.7.1, nas “bibliotecas [...] os locais de pesquisa, fichários, salas para estudo e leitura, terminais de consulta, balcões de atendimento e áreas de convivência devem ser acessíveis, conforme os padrões também estabelecidos pela norma 9050, em seu item 9.5 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p.88).

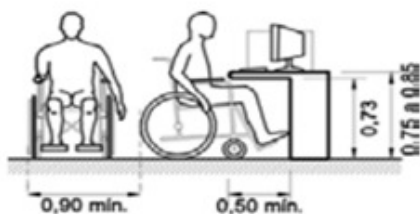
Já em seu item 8.7.2 define percentual de mesas acessíveis e adaptáveis a acessibilidade, no qual deve ser: “pelo menos 5%” de mesas acessíveis, dentre essas pelo menos 01 (uma) acessível conforme 9.3; e “pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p.88).

No item 8.7.3 institui a distância que deve ser considerada “entre estantes de livros [...] no mínimo 0,90 m de largura” conforme imagem a seguir. Ainda no item 8.7.3 se encontram os parâmetros para os corredores, assim “nos corredores entre as estantes, a cada

¹³ A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é “responsável pela elaboração das Normas Brasileiras (ABNT NBR), elaboradas por seus Comitês Brasileiros (ABNT/CB), Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS) e Comissões de Estudo Especiais (ABNT/CEE)”. Logo, entende-se que NBR – é a abreviação de Normas Brasileira. Assim: N (Norma) e Br (Brasileira NBR). (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, [s.d.], p.01).

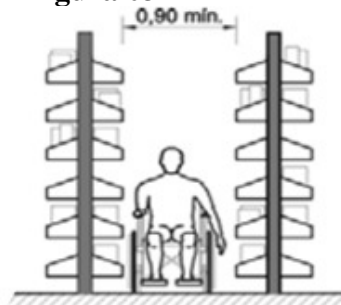
15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se a rotação de 180°, conforme 4.3” (*Ibidem*).

Figura 02



Vista lateral
Terminais de consulta – Exemplo

Figura 03



Vista frontal
Estantes em bibliotecas – Exemplo

Fo

nte: (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p.88)

O item acima, refere-se à área de circulação. Este item contempla os parâmetros sobre a largura ideal para: (1) deslocamento de cadeirantes em linha reta; (2) “transposição de obstáculos isolados”; (3) “Área para manobra de cadeiras de rodas sem deslocamento”; e (4) “Manobra de cadeiras de rodas com deslocamento” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p.88).

Ainda em relação ao questionamento que trata da infraestrutura e acessibilidade, José também comentou sobre a adequação do espaço físico, com redefinição do layout, conforme mencionados anteriormente por Maria. Segundo ele essas mudanças foram pensadas para “receber cadeirantes, assim como, com deficiência visual e outros tipos de deficiência”. José também, informou que “uma das preocupações foi que houvesse parâmetro em relação ao espaço para locomoção de cadeirantes”.

Porém, segundo o mesmo entrevistado, apesar de haver uma preocupação com o acesso e circulação de cadeirantes nos ambientes de estudos, pesquisas e acervo, esta realidade apresenta uma contradição, a qual ele apresentou com a seguinte provocação “Curiosamente, isso é irônico até! É que esse cadeirante não chegará aos primeiros e segundo andar, porque as nossas plataformas não estão funcionando”.

Vale salientar, que são nesses andares superiores onde se encontram a maior parte do acervo da Biblioteca Central, assim os usuários cadeirantes, dificuldades de locomoção ou com quaisquer tipos de limitação de mobilidade ficarão restritos a realização de seus estudos e pesquisas, apenas no andar do térreo.

Outro fator, que implica em barreiras de acesso aos andares de cima é a inexistência de rampas de acesso para esses andares. Fato, que também pode é observado em meio a uma avaliação institucional, podendo inclusive cair em diligência.

Ainda em relação ao questionamento infraestrutura e acessibilidade, observou-se quase uma unanimidade quanto à problemática das plataformas da Biblioteca Central, sendo esta colocada por João como “*dificuldade maior, no que diz respeito a acessibilidade em relação às plataformas. Cadeirante, por exemplo: para utilizar a Biblioteca, ele tem dificuldade se quiser ir para o primeiro, segundo andar*”. Ainda nas palavras do entrevistado,

Existem propostas que estão sendo colocadas para solucionar problemas relacionados a questões de acessibilidade na Biblioteca Central a gente vem, também, colocando no planejamento 2018 diversos serviços de melhorias de acessibilidade, parte de sinalização, sinalização tátil na Biblioteca, reformas nos banheiros para melhor receber pessoas que necessitam. Basicamente é isso, agente tem também uma auxiliar de Biblioteca que esta lotada na Biblioteca Central, atualmente ela é vice-presidente do Comitê de Inclusão e Acessibilidade, então isso vai nós ajudar muito em projetos e ações da Biblioteca, com vistas a uma melhor acessibilidade.

João, também comentou, sobre a falta de manutenção das plataformas, segundo ele “[...] *tem uma dificuldade que é sobre os equipamentos de acessibilidade, por exemplo: plataformas, então não há contrato de manutenção assinado entre a universidade e a empresa*”. Em relação a essa situação, Maria e Marta se colocam de forma semelhante.

De acordo com Maria,

As plataformas, infelizmente no que diz respeito à instituição como um todo falta manutenção, enfim está sem manutenção. Agente está sem o uso da plataforma, entretanto eles têm acesso à informação, ao catálogo eles têm acesso, e quando eles precisam de um determinado título, a referência pega e disponibiliza, e ele consulta ali mesmo, no caso no térreo.

Marta informou que esse é um problema não só da Biblioteca Central, mas comum a todos que aderiram as plataformas em seus centros, para ela as “*plataformas quebradas, foi uma experiência que não deu certo aqui dentro da universidade*”. Marcos e os demais entrevistados, igualmente, questionaram a plataforma como um problema estrutural da Biblioteca Central.

Em relação a outras iniciativas da BC em relação à inclusão foram citadas por Maria: “*chegamos a oferecer um curso de iniciação a libras para melhor atender o aluno surdo*”, outra situação informada foi à realização de diálogo com a UFRN para atualização do SIGAA para servidor com deficiência visual”.

Ainda tratando da temática acessibilidade, Valentim (2016) sugere para pessoas com deficiência visual a utilização de recursos de software, tais como:

Software de sintetizador de voz; teclado com sintetizador de voz; navegadores com ampliação de telas para pessoas com visão subnormal; software que possibilita digitar diretamente ou importar um texto de um editor de texto convencional para uma impressora braile; entre outros. No que tange aos recursos para surdos, podem ser citados: software transformador de som em linguagem brasileira de sinais (Libras); aparelhos auditivos para pessoas com baixa audição; luvas que transformam os movimentos das mãos (Libras) em som; sinais de alerta; entre outros. Nesse intuito, as bibliotecas têm se preocupado em capacitar pelo menos um profissional em libras. (VALENTIM, 2016, p.36)

Como pôde ser observado, os entrevistados têm consciência de que a estrutura física ainda está aquém, e apesar dos esforços desses gestores em melhor atender a comunidade acadêmica, admitem que a estrutura atual da BC acaba por influenciar o andamento funcional desta Unidade de Informação, conforme pode ser observado nas palavras de Marcos *“Então com relação ao acolhimento, eles têm esse acolhimento, mas com relação a infra-estrutura já não são tão bem acolhidos”*.

E apesar do desconhecimento dos instrumentos de avaliação do SINAES, e consequentemente dos itens avaliados em meio a uma avaliação externa, os entrevistados apontaram para existência de problemas de infraestrutura que influenciam nos resultados, quando da realização de uma avaliação externa.

5.2 SINAES: VISÃO DOS GESTORES

Neste item temos como objetivo discutir a percepção dos gestores a respeito da avaliação institucional externa e do uso dos instrumentos de avaliação do SINAES. Neste sentido, questionamos os entrevistados sobre o possível conhecimento a respeito dos instrumentos do SINAES. Curiosamente dos seis (06) entrevistados, cinco (05) responderam desconhecer os instrumentos de avaliação dos SINAES e acabaram por trazer novos elementos que nos fez refletir, não somente sobre o processo de avaliação externa, mas também, fez emergir questões referentes à estrutura organizacional da Biblioteca Central e ao planejamento. Conforme pode ser observado no decorrer das entrevistas.

Marcos e José responderam não conhecer “nenhum” instrumento de avaliação; João afirmou não conhecer um instrumento específico, e completou *“Eu não sei se é instrumento específico, seriam os critérios para aquisição da Bibliografia básica e complementar”*, o

entrevistado acabou por mencionar um dos indicadores existentes no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, este usado pela comissão de avaliadores do MEC, quando da realização de avaliação de cursos.

Vale salientar, que João veio de Biblioteca Setorial, o qual informou já ter participado de avaliação de cursos, o que justifica essa menção a um indicador específico do Instrumento de Avaliação de Cursos.

Sobre esta temática, Marisa informou ter experiências em avaliação em outra instituição de ensino, anterior a UFPB, mas como fazia muito tempo em que tinha trabalhado com avaliação, a mesma não soube responder; e Marta, apesar de ter experiência de 39 (trinta e nove) anos de instituição, informou não ter nenhuma experiência com avaliação e por esse motivo não sabia quais eram os instrumentos de avaliação, conforme expresso em sua fala: *“não sei quais são os instrumentos que eles usam”*.

Por outro lado, esse não conhecimento de Marta pode ser justificado pelo fato de ser esta sua primeira atuação como gestora. Outro aspecto interessante pode estar relacionado à estrutura organizacional desta unidade de informação, que se apresenta em departamentos (direção, setores administrativo e contábil, divisões e seções) cujas atividades e tarefas de mesma natureza são organizadas seguindo uma mesma linha de ação, esses passam a ter diferentes responsabilidades departamentais ou divisionais, sendo este tipo de estrutura denominado por muitos autores como departamentalização.

Segundo Oliveira (2002, p. 120), departamentalização é o "agrupamento, de acordo com um critério específico de homogeneidade, das atividades e correspondentes recursos (humanos, financeiros, materiais e equipamentos) em unidades organizacionais". Para Leone (2000, p.113-114) esse tipo de estrutura organizacional “se destina a separar as atividades de uma empresa de acordo com a natureza de cada uma delas, procurando maior eficiência nas operações”.

Sobre essa temática, Maximiliano (2000, p.295) apresenta os “chamados critérios de departamentalização”, estes consistem em critérios para “dividir tarefas entre unidades de trabalho chamadas departamentos”. Segundo Oliveira (2013, p. 81) existe dez (10) tipos de departamentalização, os quais podem ser constituídos por critérios de “quantidade, por turno, funcional, territorial, por produtos e serviços, por clientes, por processos, por projetos, matricial” e “mista”.

De acordo com Barbalho (2012, p. 11) “tradicionalmente, em se tratando de departamentalização, as bibliotecas universitárias estão, na sua grande maioria, organizadas por função”.

A Biblioteca Central em sua estrutura organizacional agrupa atividades afins em departamentos da seguinte forma: a Diretoria, Vice-Diretoria, Secretaria Administrativa, Setor de Contabilidade e por três (03) Divisões, estas se subdividem em onze (11) Seções.

Dentro dessas divisões existe uma especialização de tarefas análogas, conforme realizadas em seções específicas, assim: a **Divisão de Processos Técnicos** contempla as seções de Catalogação e Classificação e a seção de Manutenção do Patrimônio Documental; a **Divisão de Desenvolvimento das Coleções** possui as seções de Seleção, Intercâmbio e de Compras; e a **Divisão de Serviços ao Usuário**, por sua vez, inclui as seções de Referência, Circulação, Periódicos, Inclusão para Usuários com Necessidades Especiais e Coleções Especiais. Sendo esse tipo de departamentalização adotado pela BC muito parecido com o que Maximiano (2000) define de departamentalização por função.

Para Maximiano (2000, p. 295), o “primeiro critério que se deve adotar, para dividir uma organização em departamentos, é o critério de funções. Assim, uma organização segue o critério funcional de departamentalização quando cada departamento corresponde a uma função principal”. O autor supramencionado (2000) explica, que

A ênfase desloca-se das funções para outros níveis para outros critérios. Isso significa apenas que as funções se deslocam para outros níveis hierárquicos ou outras posições no organograma. Em todos os tipos de organização, as funções sempre estão presentes. Por essa razão, todas as estruturas organizacionais, com exceção das organizações de projetos, são chamadas estruturas funcionais. (MAXIMIANO, 2000, p. 298).

Dentre as particularidades da organização funcional, observa-se que a centralização de “especialistas funcionais” acaba por favorecer o “desenvolvimento da experiência e da competência técnica” (MAXIMIANO, 2000, p. 298). Ainda nas palavras de Maximiano (2000) existem três (03) importantes estruturas de departamentalização derivadas da “estrutura funcional básica”, estas correspondem à departamentalização por produtos, por clientes e por áreas geográficas.

Segundo Oliveira (2013, p. 87), as vantagens da departamentalização por função estão “especialização do trabalho, maior estabilidade, maior segurança, maior concentração e uso de recursos especializados, satisfação profissional, maior economia, foco específico, tarefas rotineiras, produtos e serviços relativamente estáveis”.

Em relação à especialização, Maximiano (2000, p. 298) informa que, com aumento desta e da “competência” é possível “absorver novas técnicas e conceitos relacionados com as operações de cada área funcional”. Logo a “especialização do trabalho”, torna-se um fator

positivo em resposta a situações específicas, pois permite o agrupamento de profissionais, em um departamento específico, com maior aprofundamento sobre um determinado ramo, assunto ou função. Em contrapartida, corre o risco de “isolamento” decorrente dessa especialização, visto a concentração desse pessoal nos departamentos (OLIVEIRA, 2013, p. 87).

Logo, infere-se que a resposta de Marta ao afirmar não conhecer os instrumentos de avaliação do SINAES, pode estar relacionada a esse ‘isolamento’ apontado por Oliveira (2013). Visto que a entrevistada tem um longo período de vivência na instituição, que lhe permitiu certo grau de especialização nos departamentos em que trabalhou. No entanto, a mesma não veio a ficar lotada em um departamento específico, que lhe permitisse a participação em eventos de avaliação externa ou experiências relacionadas ao uso dos instrumentos do SINAES.

Percebe-se, também, o reflexo desse isolamento, num outro momento em que Marta vem a ser questionada sobre o conhecimento da existência de possíveis documentos (manuais, regimento, normas, entre outros) disponibilizados pela Biblioteca Central para orientar o SISTEMOTECA para uma avaliação externa. No qual Marta responde “*Quem pode responder melhor é a DSU, que é quem recebe*”, mais uma vez é possível confirmar as vantagens da especialização nos departamentos, como é o caso da citada DSU, pois parece ser o setor especialista para resolver estas questões. Mas o que se fazer quando se depara diante de um problema, cuja solução não dependa de um departamento específico?

Isso, nos faz refletir, também, sobre questões relacionadas a “pouca propensão à cooperação interdepartamental” e “dificuldades para resolver problemas que não pertencem precisamente a nenhum dos departamentos” embora, neste caso específico, não se trate necessariamente de falta de cooperação e/ou de um problema a ser resolvido. Essas são situações apontadas por Maximiano (2000, p. 299) como sendo desvantagens do critério de organização funcional.

Maria, por sua vez, demonstrou ter conhecimento de um dos instrumentos de avaliação do SINAES, pois em sua resposta ela informou o nome de um dos instrumentos avaliativo, conforme resposta a seguir “*o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação e a Distância, que é o que a Biblioteca é contemplada, no geral quando é avaliado os critérios, pontuações...*”. E apesar da entrevistada não conhecer o outro instrumento de avaliação, Maria foi quem apresentou ter um pouco mais de familiaridade com o tema.

É importante esclarecer, que são dois os instrumentos de avaliação do SINAES: o Instrumento de Avaliação Institucional Externa e o Instrumento de Avaliação de Cursos de

Graduação. O primeiro norteia os atos de credenciamento e reconhecimentos das IES, assim com dá subsídios aos processos de transformação da organização acadêmica; o segundo delibera sobre os atos de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de cursos.

Observe que esse primeiro momento serviu para iniciar, junto aos entrevistados, a temática da avaliação, especificamente quanto ao trato dos instrumentos de avaliação do SINAES. Lembrando que esses instrumentos são muito importantes em meio ao processo avaliativo, pois foram criados para nortear todos os profissionais envolvidos no processo de avaliação da educação superior, sejam eles: avaliadores, gestores de instituições públicas ou privadas ou integrantes das CPAs.

O Instrumento de Avaliação Institucional Externa foi criado com base nos princípios do SINAES, este compreende a importância do “respeito à diversidade, à identidade das IES, à qualidade da educação superior, além da equalização dos indicadores e das escalas destinadas à avaliação institucional”. (BRASIL, 2016, p. 33).

Em relação aos instrumentos dos SINAES, notou-se quase uma unanimidade quanto ao desconhecimento desses instrumentos por parte dos entrevistados. Este fato pode, talvez, estar relacionado à mudança recente da gestão, o que pode ter implicado na pouca familiaridade com o tema, Avaliação Institucional.

Há de se considerar, que essa nova gestão atua na Biblioteca Central um pouco mais de 01 (um) ano, o que implica em um período relativamente curto para ocorrências de avaliações institucionais, considerando que a última avaliação Institucional Externa da UFPB, realizada pelo INEP/MEC, ocorreu no período de 03 a 06 de junho de 2013 (BRASIL, 2013), período anterior a essa gestão. Outro fato importante foi a aprovação da Portaria nº 60, em 18 de janeiro de 2017, pelo Ministro de Estado da Educação, que aprova o reconhecimentos da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, pelo período de 8 (oito) anos¹⁴, não havendo tempo hábil para a realização uma avaliação institucional nessa nova gestão.

Ainda sobre a temática avaliação, realizamos questionamentos com intuito de identificar quais documentos, além dos instrumentos dos SINAES, que são usados pelo SISTEMOTECA no processo de avaliação. A ideia de realizar esses questionamentos teve como propósito identificar quais são as iniciativas e/ou documentos que a Biblioteca Central, gestora do SISTEMOTECA, dispõe para instruir o sistema de Bibliotecas da UFPB para a ocorrência de processos avaliativos, ou seja, se a Biblioteca tem outro algum outro tipo de

¹⁴ Essa informação, também, pode ser verificada no endereço eletrônico (<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>) pelo código 00012017011900014.

documento, além dos documentos orientadores oficiais de avaliação disponibilizados pelo SINAES.

E sob posse dessas informações seria possível conhecer possíveis iniciativas (cursos, palestras, workshop, etc) e/ou documentos (manuais, regimento, normas, sistema eletrônico, entre outros) disponibilizados pela Biblioteca Central para subsidiar o SISTEMOTECA em meio ao processo avaliativo.

Em relação às iniciativas da BC para assistir o SISTEMOTECA quanto ao processo avaliativo externo, mais uma vez, houve quase uma unanimidade quanto ao desconhecimento dessas iniciativas, conforme pode ser observado em suas falas: assim Marcos e Marta afirmaram desconhecer iniciativas neste sentido.

No entanto, Maria afirma a ocorrência de eventos na BC, que indicam iniciativas inerentes ao tema, segundo a entrevistada

*“No máximo que eu tenho conhecimento: um curso, já teve palestra de uma professora sobre avaliação do MEC. Agente planejou para Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, mas acabou não dando certo, por causa das intervenções que teve aqui na Biblioteca. [...] tirar as dúvidas deles por telefone e pessoalmente, as orientações são essas, e algum tipo de informação, **não tem nenhum instrumento**, e apresentar os instrumentos que o MEC preconiza” (grifo nosso).*

A partir das informações prestadas pela entrevistada, observou-se a existência de iniciativas para dar assistência aos profissionais bibliotecários do sistema, quanto aos processos de avaliação externa. Porém, parece se tratar de situações pontuais, como foi o caso do curso e palestra citados. Quando a entrevistada diz não ter nenhum instrumento, ela se refere à inexistência de um documento formal interno de orientação ao processo de avaliação direcionado ao SISTEMOTECA da UFPB.

Neste sentido, verifica-se que o apoio da Biblioteca Central ao sistema de Bibliotecas acaba por se efetivar por meio de dúvidas que são tiradas, quando solicitadas. Essas, por vezes, parecem acontecer em iminência às avaliações.

Desta forma, tem-se que considerar o planejamento do processo de avaliação com antecedência, e durante todo esse momento a Biblioteca Central e o SISTEMOTECA precisam se comunicar. De acordo com Almeida (2005) a função primeira da avaliação

É produzir conhecimentos relativos à unidade de informação, à organização em que esta se situa e a seu ambiente, para servir de subsídio ao planejamento tanto na fase de elaboração do plano, programa ou projeto, quanto na fase de implementação das ações. A avaliação possibilita a

escolha certa, ou seja, a correta definição dos objetivos no momento da concepção do plano. Na implementação do plano, produz informações que contribuem para a maior produtividade e para a melhoria da qualidade. No final do processo, permite comparar resultados esperados e conseguidos, conhecer o nível de satisfação do público-alvo e os efeitos do planejamento na unidade de informação, na organização e no ambiente (ALMEIDA, 2005, p.11).

Por isso, é importante trazer a cultura de avaliação para dentro da biblioteca, ao invés de tratá-la como um evento que ocorre para responder a uma exigência legal, a que todas as instituições superiores estão sujeitas. De acordo com Almeida (2005) a avaliação,

Não ocorre no vácuo, mas como parte do processo do planejamento e da tomada de decisões. [...] não deve ser uma ocorrência isolada, um evento, mas um processo contínuo por meio do qual serviços, programas e projetos são examinados, isolada ou conjuntamente, a fim de garantir o cumprimento de objetivos e metas (ALMEIDA, 2005, p.12-13).

Sob esse aspecto é preciso refletir ‘avaliação’, não apenas como um processo, que se inicia e termina com a visita da comissão de avaliação do MEC. Trata-se de um momento que precisa ser pensado e planejado previamente. E, como todo planejamento é preciso pensar o hoje, nas atividades realizadas, nas metas traçadas, onde se pretende chegar, o que se pretende alcançar, e qual o caminho que deve ser trilhado para o alcance dos objetivos propostos.

Nas palavras de Peter Drucker (1992, p. 89), o planejamento não se trata de uma “tentativa de predizer o que vai acontecer. O planejamento é um instrumento para raciocinar agora, sobre que trabalhos e ações serão necessários hoje, para merecer um futuro. O produto final do planejamento não é a informação: é sempre o trabalho”. Maximiliano (2000), explica que planejar consiste em,

Definir objetivos ou resultados a serem alcançados. É definir meios para possibilitar a realização de resultados. É interferir na realidade, para passar de uma situação conhecida a outra situação desejada, dentro de um intervalo de tempo. É tomar no presente decisões que afetem o futuro, para reduzir sua incerteza (MAXIMINIANO, 2000, p. 175).

Tem-se que considerar que avaliação e planejamento estão intimamente ligados, pois a avaliação acontece com o objetivo de gerar conhecimentos necessários ao planejamento, e ao mesmo tempo, permite verificar se houve o cumprimento do que foi planejado, já o planejamento, muitas vezes, decorre de um processo avaliativo. (OLIVEIRA, 2010).

Assim, cabe a gestão do SISTEMOTECA trabalhar o tema ‘avaliação’ de forma sistemática, visto que se trata de um tema de extrema importância para o planejamento e para implantação de melhorias.

Outrossim, trata-se de um evento que já ocorre com periodicidade mediante avaliação externa, então, porque esperar que essas informações avaliativas venham como resultado de uma avaliação externa? Quando na verdade, parte das informações já sai da própria instituição por meio do PDI e dos relatórios elaborados pela CPA; e a outra parte, vem da confrontação das informações protocoladas no e-Mec com a realidade presenciada pela comissão de avaliadores, mediante a visita *in loco*.

Com isto, compete à direção do Sistema de Bibliotecas se fazer mais presente quanto ao tema avaliação, em especial, no processo de avaliação externa, ao invés de esperar ser acionada, pelas Bibliotecas Setoriais, para atuar como mediadora desse processo.

Embora a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFPB conduza o processo de auto avaliação institucional, o qual inclui as dez dimensões de avaliação do SINAES, cuja Biblioteca já está inserida na dimensão 7, que corresponde à Infraestrutura Física. Nada exige a Biblioteca Central de introduzir práticas de auto avaliação com base nos instrumentos de avaliação dos SINAES, não somente em sua unidade de informação, mas em todo o sistema de Bibliotecas da UFPB.

Para Polidori, Marinho-Araujo e Barreyro (2006)

A auto-avaliação busca, em primeira instância o auto-conhecimento, que favorece a construção de uma cultura da avaliação na instituição e permite também que as IES se preparem, de uma forma mais aprofundada, para as diversas avaliações externas a que são submetidas freqüentemente [...] No entanto, a intenção não é que a IES se adapte ao modelo de avaliação externa, mas sim, crie uma prática de avaliação e de reflexão imprescindíveis para o bom desenvolvimento de uma instituição. (POLIDORI, MARINHO-ARAUJO e BARREYRO, 2006, p. 431).

Assim, faz-se mister que as iniciativas citadas por Maria (*cursos, palestras, etc.*) passem a acontecer de forma mais regular, contando com a participação de todos que fazem parte do sistema de Bibliotecas, de modo que as Bibliotecas Setoriais, como parte do sistema, também tenham condições de se anteciparem ao momento da avaliação, sem ocorrência de ‘surpresas’, visto que estas já vão ter planejado esse momento, e o conceito de avaliação que desejam conquistar.

Em relação à existência de possíveis documentos (manuais, regimento, legislação, sistema eletrônico, entre outros), que Biblioteca Central dispõe ao SISTEMOTECA como subsídio ao processo avaliativo externo. Com este questionamento buscamos identificar se existia algum documento de instrução ao sistema de Bibliotecas além dos disponibilizados pelo SINAES. Para essa indagaçãoobtemos as seguintes respostas:

Marcos e Maria responderem usar os relatórios emitidos pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

Maria explicou que o uso desses relatórios serve para

Fazer levantamentos de quantitativo de acervo para atender a Bibliografia dos cursos, em geral eles pedem regimento institucional, quando agente tem relatório da Biblioteca para ser apresentar, esses são os documentos que agente apresenta. Aqui na Biblioteca Central eu só recebi duas visitas.

Como já foi esclarecido, não houve avaliação institucional nessa gestão, assim as avaliações que Maria se referiu, foram duas (02) avaliações de cursos que ocorreram na Biblioteca Central.

Ainda para a pergunta em questão João, a princípio, pareceu não compreender o que fora questionado, e acabou por direcionar sua resposta a documentos solicitados pela comissão avaliadora do MEC, quando da visita *in loco*

Quando da visita [...] aqui na Central as avaliações que ocorreram enquanto a nossa gestão, eu não estive a frente [...] então até onde eu sei, [...] documento específico não é apresentado. Pelo menos na avaliação do MEC que eu peguei, que eu tenho ciência, os avaliadores vinham com uma relação da bibliografia do determinado curso e faziam a busca, pedia-se para se fazer a busca no catálogo, no SIGAA. E faziam perguntas sobre equipamentos de informática, quantos computadores disponíveis aos usuários. Então documento específico, assim, olha documento tal, número tal, resolução tal... não. Quando da visita do MEC, não me foi citado nenhum.

Então, para que houvesse uma melhor compreensão do questionamento, a pergunta foi imediatamente reformulada, com questionamentos relativos ao tema. E, para melhor esclarecimento informei que a pergunta se relacionava a possível existência documentos gerados/disponibilizados pela Biblioteca Central para preparar o nosso Sistema de Bibliotecas da UFPB para avaliação externa. Desta forma perguntei se nós tínhamos algum documento, neste sentido, com a seguinte questão: Existe algum documento interno para que possamos instruir o nosso SISTEMOTECA para uma avaliação externa? Como por exemplo, manuais,

regimento, normas, sistema eletrônico, entre outros. E após o esclarecimento da referida questão, João respondeu “*Não, se você fala no âmbito de sistema, um manual que se faz para todos utilizarem, não há!*”.

A partir dessas respostas, inferiu-se inexistir iniciativas formais por parte da Biblioteca Central para assistir o SISTEMOTECA no processo de avaliação externa, porém em relação a documentos que corroboram para essa mesma finalidade foram citados o Regimento Institucional e os relatórios emitidos pelo sistema SIGAA.

Ainda em relação à avaliação se procurou identificar se há preparação contínua, e se esta ocorre mediante planejamento anterior ao recebimento do MEC, ou em iminência dele.

Segundo Marta “*Agente aqui não é informado de maneira antecipada quando vem a visita do MEC, de repente chega um telefonema, nada formalizado*”. Porém, quando se fez entender o porquê desse questionamento, e que este não estava relacionado a falhas de comunicação, e sim, a preexistência de um planejamento direcionado a preparação do SISTEMOTECA para avaliação externa. A entrevistada reviu sua resposta, e se colocou da seguinte forma,

A Biblioteca está sempre preparada para receber não só o MEC, mas toda a comunidade universitária e também a sociedade que precisa utilizar algum serviço da Biblioteca. Então, pela vinda do MEC não existe esta preparação não, a Biblioteca já está preparada (grifo nosso).

De fato, essa indagação, acaba por corroborar com o resultado obtido na avaliação institucional ocorrida em 2013, que numa escala de 1 a 5, a UFPB obteve conceito 4. Outro importante acontecimento foi a prorrogação do credenciamento da UFPB por de 8 (oito) anos¹⁵ pela Portaria nº 60 de 2017 do MEC.

Maria se colocou de forma semelhante à Marta, pois para ela não existe uma preparação somente por causa da avaliação do MEC, chegou a fazer a seguinte exclamação “*Contínua no que diz respeito à formação de profissionais, oferecer algumas palestras, trocar dúvidas, tirar as dúvidas dos profissionais*”, já em relação à Biblioteca “*uma preparação assim, Oh... Vai receber!!!*”, esse não era o caso. Para Maria, já ocorria uma preparação diária, tais como “*manter o acervo organizado, fazer no caso a seção de compras a parte dela de compras, encaminhar para as setoriais, que é o trabalho enquanto sistema*”, mas não em virtude da avaliação externa.

¹⁵ Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012017011900014

Os demais entrevistados discordaram do que foi dito por Maria e Marta, eles informaram não haver nenhum planejamento voltado ao processo de avaliação externa, e que essa preparação, segundo Marisa “*só ocorre mediante avaliação externa, quando vêm os avaliadores do MEC*”. Já nas palavras de João “*Preparação contínua, não! Você diz contínua, seria algo mais permanente, já formatado, que com um tempo você apresenta? Realmente nesse um ano de gestão, nossa, não foi colocada essa preparação contínua. De fato, não há!*”.

José em sua fala, também afirmou inexistir preparação ou planejamento voltado à avaliação externa, assim como, apontou para falta de comunicação entre os atores envolvidos no processo de avaliação.

De acordo com José

*Não há nenhum tipo de preparação, essa avaliação muitas vezes é informada a Central, nem mesmo de forma oficial. O professor vem aqui numa segunda-feira informada que na quarta haverá avaliação, de maneira que os bibliotecários que vão acompanhar esse processo ficam sabendo em cima da hora, no máximo eles manda um e-mail dizendo a lista de livros de lá da bibliografia básica e complementar que estão interessados [...] Do que eu acompanho sobre isso é sempre uma função reativa, **nunca houve planejamento, eu desconheço se houve**, também não posso afirmar que nunca houve na vida, **mas no tempo que eu estou aqui desconheço esse tipo de planejamento (grifo nosso)**.*

Observe que a temática planejamento aparece novamente, desta vez nas palavras do entrevistado, e como dito anteriormente, avaliação e planejamento estão muito próximos, pois é a partir do processo de avaliação, que se define o “processo de escolha de prioridades, à alocação de recursos e à definição de métodos e processos técnicos e operacionais, fornecendo, desta forma, subsídios para o planejamento organizacional e para a mudança” (ALMEIDA, 2005, p.13).

É interessante observar que o entrevistado, assim como Marta, questionaram inexistir comunicação prévia para o recebimento de uma avaliação externa, ambos concordaram ser um evento que acontece “*nada formalizado*” (Marta), e nas palavras de José “*nem mesmo de forma oficial*”. Segundo Maximiano (2000, p. 287), o “sistema de comunicação é o ingrediente que junta às unidades de trabalho da estrutura e possibilita seu funcionamento coordenado”.

Ainda nas palavras do autor supramencionado (2000, p. 282) a “comunicação é o processo de transferir e receber informações. Informações são dados organizados que possibilitam a análise de situações e tomada de decisões”. De acordo com Matos (2014, p.02)

o termo comunicação deriva de “*latinoCommunicare*”, cujo significado está em “partilhar, tornar comum”.

Assim é através da comunicação que os vários seguimentos da organização se articulam para funcionar como um todo (MAXIMIANO, 2000). Entende-se que a Biblioteca é uma organização, e como em toda organização, os processos comunicacionais devem estar presentes. Uma vez que, a comunicação nas organizações oportuniza esclarecimentos, orientações e trocas de informações necessárias as tomadas de decisões, assim como, viabiliza a integração e o inter-relacionamento pessoal e entre departamentos de maneira em que todos passem a conhecer e atuar em prol dos objetivos organizacionais com maior potencialização dos resultados.

Neste sentido, Tarapanoff (1989, 1989, p.103) caracteriza a Biblioteca como uma “organização social” e de “prestação de serviços” a primeira, influenciada pela sociedade a qual está inserida; a segunda, “deve adequar o seu produto (informação processada) à demanda”, assim “qualquer mudança significativa que ocorra na sociedade deve ser acompanhada pela biblioteca”.

Assim, deve-se considerar que a biblioteca é uma organização que faz uso constate da informação e da comunicação. Segundo Chiavenato (2000, p.142), a “comunicação é a troca de informações entre indivíduos. Significa tornar comum uma mensagem ou informação. Constitui um dos processos fundamentais da experiência humana e da organização social”.

Segundo Baldissera (2009) a comunicação organizacional inclui três importantes dimensões,

A organização comunicada (fala autorizada); a organização comunicante (fala autorizada e demais processos comunicacionais que se atualizam sempre que alguém estabelecer relação direta com a organização) e a organização “falada” (processo de comunicação que, não sendo a partir de relações diretas com a organização, referem-se a ela) (BALDISSERA, 2009, p. 116)

Sabe-se que a comunicação nas organizações é de suma importância, pois inclui integralmente todas as formas de comunicação usadas e/ou desenvolvidas pela organização, de modo a viabilizar sua interação ao seu público interno e externo (SCROFERNEKER, 2006).

Portanto a Biblioteca, por se tratar de uma organização deve manter sua comunicação interna bastante ativa com os demais setores e departamentos de sua própria unidade de informação, igualmente precisa estar em constante comunicação com as demais bibliotecas do

sistema, departamentos, coordenações e Centros da UFPB. Visto, que é por meio dos mais diferentes grupos de interesses, assim como, pelos diversos meios de comunicação dentro da organização, que se obtêm conhecimentos necessários ao planejamento, a orientação das políticas organizacionais e ao andamento correto das atividades.

Em se tratando de auto avaliação foi elaborada uma questão com intenção de saber como ocorre a relação da Biblioteca Central com a CPA (Comissão Própria de Avaliação) da UFPB, visto ser esta a responsável pela condução do processo de avaliação interna da instituição. Para esta indagação, Marcos e Marta responderam existir uma relação amistosa entre a Biblioteca Central e a CPA da UFPB.

Segundo Marta: “*Sempre que precisa, o relacionamento é muito bom!*”. Marcos dá indicações de haver uma boa interação entre a CPA e a Biblioteca Central quando afirma:

Já participei de seminários da CPA fazendo essa integração entre a comissão e os profissionais da Biblioteca Central para que haja essa interação já tendo em vista a avaliação do MEC. Esse ano de 2017 teve um encontro desses, mas não deram continuidade. Mas com base nos encontros que já ocorreram, eu vejo que essa integração serviu para melhor orientar os profissionais da BC de como receber o MEC, sobre o que precisa, e quais são os instrumentos que devem ser usados para melhor facilitar na hora do recebimento do MEC. Então, nesse sentido, a relação entre a CPA e a Central considero bem quista.

Já os quatro outros entrevistados informaram desconhecer, inexistir ou demonstraram estabelecer relações negativas. Conforme pode ser observado a seguir na narrativa de José:

Não existe essa relação. O que existe é basicamente uma resposta de basicamente o que se é pedido. Os processos chegam solicitando tais dados, e aí volta aquela questão do PDI que os dados se referem à número de material bibliográfico, espaço físico, área ocupada, área destinada ao acervo, área destinada aos usuários para leitura.... dados estatísticos.. Mas como sempre essa relação se dá de forma reativa a CPA (JOSÉ).

Maria respondeu ser uma relação negativa, segundo ela:

É negativa, avalio negativamente! Se a gente quiser informações[...]eu vou lá e busco, não chegou a um ano que estou aqui não, mas eu nunca vi esse diálogo com, diferentemente da Biblioteca, porque agente também está aqui, as pessoas quando precisam vem aqui, mas agente está sempre tentando está onde os usuários estão, mandando comunicação, redes sociais, enfim, mas eu sinto um distanciamento entre a comissão CPA. (MARIA, grifo nosso).

De acordo com a resposta de Maria, infere-se que ela avalia de forma negativa, por considerar que a CPA deveria estar atuando de maneira mais presente, dialogando com a Biblioteca Central, pois suas palavras deixam entender que a CPA não se faz visível junto aos seus usuários.

Porém, para compreender melhor o porquê dessa afirmação perguntei à entrevistada como a CPA procedia, quando acionada pela Biblioteca Central. A esse novo questionamento Maria se colocou da seguinte forma,

Eu não sei se já se chegou a procurar, o que eu procurei até hoje foi site. Eu não tive esse contato ainda, acho que agora agente vai ter mais necessidade, inclusive porque agente está nesse processo de inclusão no PDI de forma mais eficaz, talvez essa comunicação vá precisar. (MARIA)

De acordo com as colocações feitas pelos entrevistados, a maioria que analisou a relação da Biblioteca Central com a Comissão Própria de Avaliação inexistente, negativa ou informou desconhecer a existência desse relacionamento.

Mais uma vez, percebe-se a questão do isolamento citado por (OLIVEIRA, 2013), assim como parecem existir falhas na comunicação entre os departamentos, pois os que tiveram contato com a CPA informaram que esta se faz presente e age de forma ativa. Enquanto que os demais questionaram ocorrer o oposto. Neste caso é possível que as respostas dos entrevistados sejam influenciadas por comunicação deficiente, por barreiras na comunicação ou pela falta dela. A comunicação deficiente é uma das características denominada por Oliveira (2013), como sendo uma das desvantagens da departamentalização funcional, visto que estas constituem em:

Especialização do trabalho (isolamentos); Insegurança das pessoas; Responsabilidade na alta administração; Comunicação deficiente; Baixa adaptabilidade; Visão parcial da empresa; Resistência às inovações e mudanças; Baixo cumprimento de prazos e orçamentos. (OLIVEIRA, 2013, p. 87).

Segundo Oliveira (2013) o isolamento causado pela especialização nos departamentos pode gerar falhas na comunicação (barreiras), visto que cada departamento possui suas próprias prioridades e objetivos. Kunsch (2003, p. 74-75) aponta para várias barreiras que podem impedir ou dificultar a fluidez da comunicação, dentre as quais se podem citar Barreiras administrativas/burocráticas, estas “decorrem das formas como as organizações

atuam e processam suas informações; distância física; especialização das funções-tarefas; relações de poder, autoridade e espaço; posse das informações, entre outras”.

Para Chiavenato (2010), barreiras na comunicação:

São restrições ou limitações que ocorrem dentro ou entre as etapas do processo de comunicação, fazendo com que nem todo sinal emitido pela fonte percorra livremente o processo de modo a chegar incólume ao seu destino. O sinal pode sofrer perdas, mutilações, distorções, como também ruídos, interferências, vazamentos e, ainda, ampliações ou desvios. O boato é um exemplo típico da comunicação distorcida, ampliada e, muitas vezes, desviada. (CHIAVENATO, 2010, p. 426).

Conforme Marcos é comum acontecer seminários realizados pela CPA para orientar os profissionais, quanto ao recebimento do MEC na instituição. Com isto, infere-se que nem todos, os departamentos da BC, parecem tomar conhecimento desses eventos. Assim, cabe a direção da Biblioteca Central rever a questão da comunicação interna entre departamentos, ou até mesmo, solicitar aos gestores/coordenadores desses departamentos uma postura mais proativa, de ir em busca da CPA, e com isto, pensar melhor o processo de auto avaliação dentro do sistema de Bibliotecas da UFPB.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Sistema de Bibliotecas da UFPB frente o processo de avaliação institucional externa foi motivada pela maior compreensão de como o sistema de bibliotecas da UFPB utiliza os instrumentos de avaliação do SINAES, assim como identificar, as possíveis contribuições desses instrumentos para implantação de melhorias no SISTEMOTECA da UFPB.

As fontes de informação desta pesquisa contemplaram a análise de documentos institucionais da UFPB e do SISTEMOTECA, tais como regimento, PDI, página on line da Biblioteca Central, entre outros documentos. Também foram consultadas Leis, Decretos, os instrumentos de avaliação do MEC e bibliografias referentes à avaliação do ensino superior, tipologias de bibliotecas e bibliotecas universitárias, bem como, documentos referentes ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com ênfase a avaliação de bibliotecas universitárias.

Como dito desde o início deste trabalho, nosso objetivo principal visou analisar o sistema de Bibliotecas da UFPB ante o processo de avaliação institucional e as possíveis contribuições dos instrumentos do SINAES ao SISTEMOTECA, na visão dos gestores, com isto analisamos os aspectos teóricos referentes aos tipos de bibliotecas, documentos institucionais do SISTEMOTECA, bem como pertinentes ao atual processo de avaliação da educação superior – SINAES.

Caminhamos, e durante a pesquisa buscou-se identificar informações referentes aos padrões de avaliação estabelecidos pelos Instrumentos dos SINAES para Bibliotecas universitárias, e sob posse dessas informações alinhar as atuais práticas organizacionais do SISTEMOTECA da UFPB. Para construção da presente pesquisa, nós contamos com a colaboração dos servidores/gestores da Biblioteca Central, que ao participarem das entrevistas trouxeram importantes contribuições, apontando pontos positivos e negativos que influenciam nos resultados em meio a uma avaliação institucional externa.

No decorrer da pesquisa chegamos a determinadas sínteses provisórias, os quais se podem destacar o desconhecimento da maioria dos gestores quanto aos instrumentos de avaliação do SINAES. Assim, esta pesquisa acabou por revelar que cinco (05), dos seis (06) entrevistados não conheciam os instrumentos de avaliação dos SINAES.

Porém, essa constatação não pode ser considerada uma verdade absoluta, visto que se trata de uma nova gestão, que ainda está se ajustando aos novos processos e dinâmicas da BC, assim, este fato pode ter refletido certo desconhecimento, por parte da maioria, em relação aos

instrumentos de avaliação do SINAES, em especial, ao Instrumento de Avaliação Institucional Externa.

Contraditoriamente, também vimos nas falas de parte dos entrevistados certo conhecimento quanto a alguns indicadores do instrumento de avaliação de cursos. Esta situação se relaciona ao fato de alguns desses gestores terem vindo de Bibliotecas Setoriais, assim, a partir de suas respostas, percebeu-se certa ênfase na Bibliografia básica e complementar dos cursos. E, mesmo não sabendo informar qual era o instrumento de avaliação, suas respostas refletiam experiências vividas em relação avaliação de cursos, sendo para este tipo de avaliação usado um instrumento específico de avaliação.

Outra questão, que também foi quase uma unanimidade dentre os entrevistados, referiu-se a problemas relacionados à infraestrutura, em especial, no que se refere à acessibilidade, assim o item 'plataforma' foi mencionado por todos, como sendo um o problema maior. Visto que o acervo bibliográfico e os ambientes de estudo se situam nos primeiro e segundo andar, dessa forma tem-se na Biblioteca Central uma grande barreira quando se refere à acessibilidade a esses ambientes disponibilizados aos usuários.

Portanto, essas questões que podem ser colocadas como uma possibilidade de provocar Biblioteca Central repensar a preparação do SISTEMOTECA para o processo de avaliação externa. Visto que, os instrumentos dos SINAES são recursos facilitadores no processo de avaliação externa, assim como se faz importante pensar no processo de autoavaliação a ser realizado pelo próprio sistema de bibliotecas.

Neste sentido, a presente pesquisa sugere a promoção de oficinas, palestras, cursos entre outros eventos com o intuito de promover o conhecimento dos instrumentos de avaliação dos SINAES, ou até mesmo, de se fazer pensar em criar um documento interno a ser usado pelos gestores do SISTEMOTECA, este baseado nos instrumentos de avaliação do SINAES. Sendo essas iniciativas necessárias ao conhecimento e uso dos instrumentos de avaliação do SINAES, como instrumento propulsor de melhorias da qualidade dos produtos e serviços da biblioteca, e não apenas como uma exigência legal que ocorre nas instituições superiores de ensino.

Conforme observado nas entrevistas, ainda há uma lacuna entre a CPA e a Biblioteca Central, assim, sugere-se que a Biblioteca Central busque estreitar seus laços com a CPA, para melhor viabilizar a participação da biblioteca no processo de avaliação externa. No que se refere à questão acessibilidade, sugere-se a adoção dos padrões estabelecidos na ABNT/NBR 9050, visto que esta estabelece padrões de acessibilidade em edificações, dentre as quais incluem as bibliotecas e centros de leitura. A referida NBR inclui recomendações

relacionadas a parâmetros antropométricos, de comunicação e sinalização, de acessos e circulação, assim como oferece orientações quanto às estruturas adequadas para acessibilidade em Sanitários, equipamentos urbanos e mobiliários.

No que se refere à gestão e a infraestrutura da Biblioteca Central, esta pesquisa apresenta algumas sugestões, visto que os serviços e produtos informacionais desenvolvidos e ofertados ao público sofrem influência direta desses dois fatores.

A infraestrutura da BC apresentou grande problemática, dessa forma sugere-se a elaboração de um projeto de ampliação da estrutura física, a ser implantado em período pré-determinado, visando ampliar e modernizar a estrutura física e os recursos materiais da Biblioteca, tais como: mobiliário, rede lógica, renovação das instalações elétricas, troca de equipamentos, construção de rampas e substituição das plataformas por elevadores. Sendo, que este projeto deve ser realizado com a participação de engenheiros, arquitetos, e também de bombeiros, visto fazer-se necessário pensar a infraestrutura em sua totalidade, inclusive questões de segurança patrimonial e de pessoal.

É importante esclarecer que a execução de um projeto com essa amplitude, requer imenso investimento financeiro, porém há de se pensar primeiramente num plano a ser seguido, para então verificar as prioridades, como foi o caso da realização do serviço de retelhamento da Biblioteca Central, um importante serviço realizado no final do ano de 2017, como sendo uma das prioridades da atual gestão.

O projeto, por sua vez, trata-se de um empreendimento lógico de planejamento, cujas ações não são repetitivas, sendo planejado para atingir determinado objetivo. Para Vargas (2003, p.5), “é um empreendimento não repetitivo, caracterizado por uma seqüência clara e lógica de eventos, com início, meio e fim, que se destina a atingir um objetivo claro e definido, sendo conduzido por pessoas dentro de parâmetros predefinidos de tempo, custo, recursos envolvidos e qualidade.”

É importante, também, acionar as Bibliotecas Setoriais e assisti-las, quanto à elaboração de planejamentos e projetos de melhorias na infraestrutura e segurança de suas Setoriais, lembrando que estes devem ser realizados em parcerias com as suas Direções acadêmicas, visto que é a direção de Centro quem aprova ou veta esses tipos de solicitações.

Como pôde ser observado, de maneira geral, a UFPB em termos de avaliação institucional vem sendo bem avaliada. Conforme credenciamento aprovado pelo Ministro de Estado da Educação, por mais 8 (oito) anos. Porém, os entrevistados analisaram ruim a infraestrutura, então se a universidade vem sendo bem avaliada, qual a participação da BC

nesse resultado positivo, visto que suas condições reais divergem de um bom resultado em uma avaliação externa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. C. B. de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2. ed. rev. e ampl. Brasília: Brique de Lemos, 2005.
- AMARAL, M. R.; FREIRE, G. H. de A.. A disseminação seletiva de informações no contexto das organizações aprendentes e a importância do seu desenvolvimento em bibliotecas universitárias. **MPGOA**, João Pessoa, v.3, n.2, p. 69-93, 2014.
- ARAÚJO, E. A.; OLIVEIRA, M. de. A produção do conhecimento e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, M. de (Coord.). **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 29 a 43.
- ARGOLLO, R. S. N. de; TENÓRIO, R. M. SINAES na perspectiva de membros da CPA: implantação, condução e avaliação. In. **Avaliação educacional: desatando e reatando nós / José Albertino Carvalho Lordêlo, Maria Virgínia Dazzani (organizadores)**. – Salvador: EDUFBA, 2009.
- ASSMANN, H. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 7-15, maio-ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ci/v29n2/a02v29n2.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Conheça a ABNT**. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/abnt/conheca-a-abnt>>. Acesso em: 06 abr. 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2.ed. Rio de Janeiro, 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação: referências. Rio de Janeiro, p. 24. 2002.
- BALDISSERA, R. Comunicação Organizacional na perspectiva da complexidade. **Organicom**. a. 6, edição especial, n. 10/11, 2009. Disponível em: <<http://revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/viewFile/194/294>>. Acessado em: 22 março 2018.
- BARBALHO, C. R. S. Estrutura organizacional de Bibliotecas Universitárias: subsídio para sua composição. In: XVII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias - SNBU, 2012, Gramado. **Anais do XVII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias - SNBU**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. p. 1-14.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, c1977.
- BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 131-152, março. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772008000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 jan. 2018.

BASTOS, P. P. Z. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base. **Revista Economia**, v. 7, n. 4, p. 239-275, dez. 2006.

BAX, M. P. et al. Sistema Automático de Disseminação Seletiva. In: IFLA M&M, 2004, São Paulo, **Anais...**, São Paulo: USP, 2004. Disponível em: <http://www.fernando.parreiras.nom.br/publicacoes/dsi_ifla.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2017.

BERNARDES, J. dos S.; ROTHEN, J. C. Comissão Própria de Avaliação: dois lados de uma mesma moeda. Fundação Carlos Chagas, **EAE Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 26, n. 62, p. 420-446, maio-ago. 2015. Acesso em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2966>>. Acessado em: 02 de jul. de 2017.

BERTAGNA, R. H. ; TUPPY, M. I. N. Avaliação do ensino superior: algumas reflexões a partir da experiência da UNESP/Rio Claro. In. **VIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Congresso Ibero-Americano sobre violência nas escolas – CIAVE**. Formação de professores. Edição internacional, 2008. Acesso em: 26 de Jun. de 2017. Acessado em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/apresentacao.html>>.

BORGES, M. C. de A. A visão de educação superior do Banco Mundial: recomendações para a formulação de políticas educativas na América Latina. **RBP AE** – v.26, n.2, p.367-375, mai./ago. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19722/11493>>. Acessado em: 25 de Jun. de 2017.

BOUGHTON, D.; CINTRA, A. H. R. **Avaliação**: da teoria à prática. Ana Mae Barbosa, Arte/Educação Contemporânea Consonâncias Internacionais. 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

_____. **Decreto-Lei nº 93**, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1937. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 abr 2017.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota Metodológica**: indicadores de qualidade da educação superior 2012. Brasília, DF, Inep, out. 2013a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/notas_tecnicas/2012/nota_metodologica_indicadores_2012.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Lei n. 10.861, de 14 de Abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Fy2yimhZjAAJ:www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> . Acesso em: 08 jul. 2016.

_____. **Lei Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências - PNE. Brasília, DF, 2001. Acesso em: 22 jul. 2017. Acessado em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>.

_____. **Lei Nº 9131 de 24 de novembro de 1995**, altera dispositivos da Lei Nº 4.0424 de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. LEI Nº 7.505, DE 2 DE JULHO DE 1986b. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 jul. 1986. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7505.htm>. Acesso em: 08 abr. 2018.

_____. MEC. CONAES. INEP, SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**, 2010. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/institucional/2010/instrumento_avaliacao_institucional_externa_recredenciamento.pdf>. Acesso em: 01 fev 2017.

_____. MEC. INEP. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES**. Brasília, 2015. v.5.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Superior, MEC/SESu. **Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, PAIUB**. Brasília, 1994. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002072.pdf>>. Acesso em: 10 de Jun. de 2017.

_____. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES. **Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior**. Brasília, DF, 2004b.

_____. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES. **Roteiro de autoavaliação institucional: orientações gerais**. Brasília, DF, 2004c.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior: diretrizes e Instrumento**. Brasília, DF, 2006a.

_____. Ministério da Educação. COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - CONAES. **Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior**. Brasília, DF, 2004b.

_____. Ministério da Educação. COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - CONAES. **Roteiro de autoavaliação institucional: orientações gerais**. Brasília, DF, 2004c.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior: diretrizes e Instrumento**. Brasília, DF, 2006a.

_____. Ministério da Educação. INEP. **Manual do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade 2014**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/manuais/estudante/manual_do_estudante_2014.pdf>. Acessado em: 04 jul. 2014.

_____. Ministério da Educação. INEP. **Resumo técnico do exame nacional de cursos**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Censo+da+educa%C3%A7%C3%A3o+superior+2003+resumo+t%C3%A9cnico/3fa49740-ca6c-4424-be13-72275824e311?version=1.3>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

_____. Ministério da Educação. INEP. **SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: da concepção à regulamentação. 5. ed. Brasília, DF, 2009. 328 p.

_____. Ministério da Educação. INEP. **Documento Orientador de Avaliação Institucional na Modalidade de Educação Presencial**. Brasília, DF, 2016.

_____. Ministério da Educação. Instrução Normativa nº 4, de 31 de maio de 2013. Estabelece os critérios para a dispensa de visita de avaliação *in loco* pelo INEP. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Republicada-Instrucao-Normativa-004-2013-07-29.pdf>>. Acesso em: 30 de Jun. de 2017.

_____. Ministério da Educação. Portaria Interministerial n. 1442, de 10 de agosto de 2006c. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Seção 1, Brasília, DF, n. 154, p. 18-19, 11 de ago. 2006c. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/pnll>>. Acesso em: 17 abr 2018.

_____. Ministério da Educação. Portaria MEC Nº 1.027, de 15 de maio de 2006, dispõe sobre o banco de avaliadores e a Comissão Técnica de Acompanhamento e Avaliação. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 92, 15 maio 2006. Seção 1, p. 9.

_____. Ministério da Educação. Portaria Nº 1.264 de 17 de outubro de 2008, aprova, em extrato, o instrumento de avaliação externa das instituições de ensino superior do SINAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 203, 20 out. 2008. p. 22.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Nº 92**, de 31 de janeiro de 2014c.

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação... **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 de dez. 2010- Seção I - p. 23. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa Nº 1 de 10 de janeiro de 2007, estabelece o calendário de avaliações do ciclo avaliativo do SINAES para o triênio 2007 a 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 8, 11 jan. 2007. p. 7.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Portaria n. 130, de 14 de julho de 1993**. Cria Comissão Nacional de Avaliação com o objetivo de estabelecer diretrizes

e viabilizar a implementação do processo de avaliação institucional nas universidades brasileiras. In: Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras. Brasília, DF: SESu, 1994. p. 33.

_____. Ministério da Educação. SESu/MEC. **Manual de Verificação *in loco* das condições institucionais**: credenciamento de instituições não-universitárias Autorização de cursos superiores (Ensino presencial e a distância). Brasília, DF. Setembro de 2002a.

_____. Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior. Brasília, Setembro 2003b.

_____. Ministério da Educação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**. Brasília, 2014. Acessado em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2015/instrumento_institucional_072015.pdf>. Acesso em: 10 de Jan. de 2017.

_____. Ministério da Educação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**. Brasília, 2014. Acessado em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2015/instrumento_institucional_072015.pdf>. Acesso em: 10 de Jan. de 2017.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Relatório**: Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES), Brasília, DF, 1986a. Acessado: <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/geres.pdf>. Acesso em: 18 de jun. de 2017.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas – SNBP**. Rio de Janeiro, 1992

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007a. Institui o eMEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações dos processos de regulação. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 1**, de 10 de janeiro de 2007. Calendário de avaliações do Ciclo Avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES para o triênio 2007/2009. 2007b. ; . (2008a). Disponível em <http://download.inep.gov.br/download/superior/institucional/Portaria%20Normativa%20MEC%20n%C2%BA1%20de%2010.01.2007.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Portaria n. 300**, de 30 de janeiro de 2006d. Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Disponível em: <<http://www.brasilus.com.br/images/portarias/outubro2017/dia06/portaria300.pdf>>. Acessado em: 02 abr. 2018.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 10.753, de 30 de outubro de 2003c**. Institui a Política Nacional do Livro. Brasília, DF,

2003c. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.753.htm>. Acesso em: 22 abr 2018.

_____. Presidência da República. Decreto nº 5.773, De 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 09 mai 2006.

_____. Presidência da República. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDB. Acessado em : < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm >. Acesso em: 02 de nov. de 2016.

_____. CNE/CES. **Resolução Nº 10 de 11 de março de 2002**, dispõe sobre o credenciamento, transferência de mantença, estatutos e regimentos de instituições de ensino superior.

_____. CNE. **Resolução CNE/CES nº 3, de 14 de outubro de 2010**. Regulamenta o Art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de universidades do Sistema Federal de Ensino. Disponível em: <<http://mecsrv125.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. Presidência da República. Casa Civil. DECRETO N.º 2.026, DE 10 DE OUTUBRO DE 1996. Estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 10 de out. 2000. Acesso em: 25 de Jun. de 2017. Acessado em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7824.htm>.

BRESSER PEREIRA, L. C. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, nº 45, p. 49-96, 1998

_____. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p. 51-72, Mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a03.pdf>>. Acesso em: 04 de abril de 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; FONSECA, P. C. D.; BASTOS, P. P. (orgs.). Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia. Escola de Economia de São Paulo, **Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP**, n.191, jun., 2009. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2663/TD%20191%20-%20Luiz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf;jsessionid=49042A088C1BA7D87B14329D63D3A6F4?sequence=1> >. (Ensaio para livro sobre Getúlio Vargas). Acesso em: 16 jun. 2017.

BRITO, M. R F. de. O SINAES e o ENADE: da concepção à implantação. **Avaliação** (Campinas) [online]. 2008, vol.13, n.3, p. 841-850.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 27. Vozes. 2013.

CANO, Wilson. América Latina: notas sobre a crise. **Econ. soc.**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 603-621, Dec. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182009000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 jul. de 2017.

_____. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 444-460, Set. 2015. Avaliado em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v35n3/1809-4538-rep-35-03-00444.pdf>>. Acessado em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572015v35n03a04>>. Acesso em: 01 de maio de 2017.

_____. Da década de 1920 a de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. **R. Políticas de Públicas**, São Luís, v.16, n.1, p. 79-90, jan./jun. 2012. Acesso em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1179>>. Acessado em: 04 de jul. de 2017.

CASTRO, C. A. Ensino e Biblioteca: diálogo possível. **Transinformação**, Campinas, ano 15, n.1, p. 63-72, jan.-abril, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v15n1/05.pdf>>. Acesso em: 25 Out. 2017

CHIAVENATO, I. **Administração nos Novos Tempos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

_____. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CUNHA, L. A. Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 101, p. 20-49, jul. 1997. Acessado em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/254.pdf>>. Acesso em: 18/06/2017.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet De Lemos, 2008.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã**: o ensino superior da Colônia à Era Vargas. São Paulo: UNESP, 1980. 299p.

DESLANDES, S. F., ROMEU, J.; MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa Social**: teoria método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.

_____. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Campo e caminhos da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil. In: FREITAS, L. C. de (Org.). **Avaliação**: construindo o campo e a crítica. Florianópolis: Insular, 2002b. p. 13-62.

DODEBEI et al. Bibliotecas universitárias brasileiras: uma reflexão sobre seus modelos. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/biblio_2010/bibli-universitaria>. Acessado em: 15 abr 2018.

DOXSEY J. R.; DE RIZ, J. **Metodologia da pesquisa científica**. ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, 2002-2003.

DRUCKER, P. F. **Administrando para o futuro**: os anos 90 e a virada do século. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1992.

DRUMOND, A. M.; SILVEIRA, S. de F. R; SILVA, E. A. Predominância ou coexistência?: modelos de administração... **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 48, n. 1, p. 3-25, Feb. 2014 . Acessado em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 maio 2017.

DURHAN, E. ; SCHWARTZMAN, S. (orgs) **A avaliação superior**: contextos e experiências. São Paulo: Edusp, 1990.

ELLIS, M. Documentos sobre a primeira Biblioteca pública oficial de São Paulo. **Revista de história** , São Paulo, v.8, n. 30, p. 23-35. 1975.

FÁVERO, M. de L. de A. **A Universidade no Brasil**: das origens à Reforma Universitária de 1968. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FERNANDES, D. Avaliação Para a teoria Uma formativa. **Revista Portuguesa de Educação**, 2006, 19 (2), p. 21-50. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.ou?id=37419203>>. Acessado em: 06 julho de 2017.

FONSECA, J. J. S. da. **Metodologia da Pesquisa Científica**. UECE – Universidade Estadual do Ceará, Curso de Especialização em Comunidades Virtuais de Aprendizagem – Informática Educativa, Ceará 2002.

FONTANA, F. F.; CORDENONSI, A. Z.. TDIC como mediadora do processo de ensino-aprendizagem da arquivologia. **ÁGORA**, Florianópolis, v. 25, n. 51, p. 101-131, jul./dez. 2015.

FREITAS, M. O. de. **Políticas Públicas**: experiências em educação, cultura, comunicação e cidadania. In: III Encontro de Pesquisa Comunicação e Cidadania. Mestrado em Comunicação da UFG. Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Cidadania. Goiânia, 10 a 12 de Novembro de 2009.

GARCIA, M. L. A. **Plano nacional de bibliotecas universitárias**: planejamento e permanência. [Brasília: Finep], 1991.

GERHARDT, T. E. et al. Estrutura do projeto de pesquisa. In. GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. p. 65-88. (Série Educação a Distância).

GEWEHR, D. **Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) na escola e em ambientes não escolares**. 2016, 136f. Dissertação (Mestrado em Ensino)- Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2016.

GHIRALDELLI JUNIOR, G. **História da Educação Brasileira**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

Griboski, C. M.; Fernandes, I. R. Avaliação da Educação Superior: como avançar sem desqualificar. In: Deise Mancebo; Mariluce Bittar; Vera Lucia Jacob Chaves. (Org.). **Educação Superior: expansão e reformas educativas**. Maringá - PR: EDUEM, 2012, v. 1, p. 99-126.

HADJI, C. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

HUTCHINS, M. **Introdução ao trabalho de referência em bibliotecas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

IKUTA, C. Y. S. Sobre o Conceito Preliminar de Curso: concepção, aplicação e mudanças metodológicas. **EAE Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 938-969, set.- dez. 2016. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/ae/article/view/4039>>. Acesso em: 11 de jul. de 2017.

JEZINE, E.; SERRANO, R. M. S. M. Princípio da autonomia universitária na avaliação institucional: entre a emancipação e a regulação. In: JEZINE, E. **Políticas de educação superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

JOSETTI, C. C.; ARAÚJO, R. V. C. Educação nas décadas de 1920 a 1950 no Brasil: alfabetização de adultos em questão. **Revista Eape**, Revista de Estudos Sobre a Educação Pública, Brasília, v.1, n.1, ago. 2013.

KOBER, C. M. **Qualificação Profissional: uma tarefa sísifo**. São Paulo: Formato, 2004.

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. rev., atual. e ampl. São Paulo: Summus, 2003.

KURAMOTO, H. Biblioteca digital brasileira: integrando a ICT brasileira. In: MARCONDES, Carlos H.; KURAMOTO, Hélio; TOUTAIN, Lídia Brandão; SAYÃO; Luís. **Bibliotecas digitais: Saberes e práticas**. pp. 287-301. 2. ed. Salvador/Brasília : UFBA/IBICT, 2005.

LEITÃO, B. J. M. **A relação entre as bibliotecas públicas, bibliotecários e a censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão**. Tese (doutorado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LIMA, Kátia Regina de Souza. A educação superior no plano nacional de educação 2011-2020. **Perspectiva**. Florianópolis, v.30, n.2, p. 625-656, maio/ago, 2012. Acessado em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva>>. Acesso em: 15 abr 2018.

LONGO, R. M. J. Disseminação seletiva da informação (SDI): "estado da arte" e tendências futuras. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.6, n.2, p.101-120, jul./dez, 1978.

LUBISCO, N. M. L. **Tipologia de bibliotecas segundo as variáveis, função, acervo e público**. Salvador: UFBA, 2016.

LUBISCO, N. M. L. Seminário avaliação da biblioteca universitária brasileira: contexto, dinâmica e resultados. In. LUBISCO, Nídia M. L. (org.). **Biblioteca universitária: elementos para o planejamento, avaliação e gestão**. Salvador: EDUFBA, 2011.

LUBISCO, N. M. L. Bibliotecas universitárias, seus serviços e produtos: transposição de um modelo teórico de avaliação... **Relatório de pesquisa desenvolvida durante estágio pós-doutoral, na Universidade Salamanca (ES)**. Salamanca, 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewFile/12834/9273>>. Acessado em: 28 abr. 2018.

LUCAS, E. R. de O.; CORRÊA, E. C. D.; EGGERT-STEINDEL, G. (Orgs.). **As contribuições de Ranganathan para a biblioteconomia: reflexões e desafios**. São Paulo: FEBAB, 2016.

LUCK, H. **Metodologia de projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LUHN, H. P. A bussines intelligence system. **IBM Journal of Research and Development**, v. 2 n. 4, p. 314-319, out. 1958.

LUHN, H. P. Selective dissemination of new scientific information with the AID of electronic processing equipment. **American Documentation**, v. 12, p. 131-138, 1961.

MAIA, M. K. J.; LUCENA, J. H. da C. Relato de Experiência Biblioteca Central da UFPB: a inovação e renovação dos serviços... In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (SNBU), 20., 2018, Salvador. **Anais do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 15 a 20 de abril de 2018, Salvador - BA**. Salvador: Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI) da Universidade Federal da Bahia, 2018.

MATOS, G. G. de. **Comunicação empresarial sem complicação**. 3. ed. Barueri – SP: Manole, 2014.

MAXIMIANO, A.C.A. Introdução à administração. 5.ed. ver e ampl. São Paulo: Atlas, 2000.

MEDEIROS, V. da S.; ALMEIDA, N. R. de; VAS, B. B. Do INL à digitalização de acervos: breve panorama da biblioteca pública no Brasil. **Entreletras**, Araguaína, TO, v. 5, n. 1, p. 42-61, jan./jul. 2014. Disponível em: <[file:///C:/Users/Glaucia/Downloads/1039-1-3914-1-10-20141008%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Glaucia/Downloads/1039-1-3914-1-10-20141008%20(1).pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2018.

MELLO, G. N. de. SILVA, R. N. da. O que pensar da atual política educacional? **Em Aberto**, Brasília, ano 10, n.50/51, abr./set 1992.

_____. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais, 2007. p. 11-28.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1998.

MENEGHEL, S. M.; ROBL, F.; SILVA, T. T. F. da. A relação entre avaliação e regulação na educação superior: elementos para o debate. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 28, p. 89-106, jul-dez, 2006. Acessado em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jun. de 2017.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Acessado em: <http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html#_ftn1>. Acesso em: 16 de jul. 2017.

MORAES, R. B. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.

NISKIER, A. **Educação Brasileira: 500 anos de História**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.

NUNES, M. S. C.; CARVALHO, K. de. As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.21, n.1, p.173-193, jan./mar 2016.

OLIVEIRA, A. F. de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, A. F. de. **Fronteiras da educação: tecnologias e políticas**. Goiânia-Goiás: PUC Goiás, 2010.

OLIVEIRA, Joelma Gualberto de. **Processo de avaliação do INEP / MEC de Bibliotecas universitárias pertencentes às instituições de educação superior privadas de Belo Horizonte/MG**. 2010. 282 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2010.

ORSO, J. O surgimento tardio da universidade brasileira. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 1-13, nov. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/676>>. Acesso em: 23 out.

PAIUB. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 131-152, Mar. 2008. Acessado em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772008000100008>. Acesso em: 17 de jun. de 2017.

PALITOT, M. D.; SANTOS, C. P. dos; BRITO, L. V. A Construção da Cultura de Avaliação na Universidade Federal da Paraíba-UFPB. In. Avaliação da Educação Superior - **AVALIES**, 17 e 18 de Setembro, 2015, Porto Alegre (RS). Anais. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 01-10. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/20169295-Simposio-avaliacao-da-educacao-superior-a-alies.html>>. Acesso em: 08 out. 2016.

PAIVA, M. de A. M. de; ANDRADE, M. E. A. Biblioteca pública no Brasil: políticas federais de 1990-2006. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 19, n. spe, p. 95-114, dez.

2014 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362014000500009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 abr. 2018.

PAIVA, M. de A. M. **Bibliotecas Públicas: Políticas do Estado Brasileiro de 1990 a 2006**. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2008.

PEGORARO, Ludimar. Instituições de educação superior e entidades mantenedoras: a Universidade do Contestado. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/9709780-Instituicoes-de-educacao-superior-e-entidades-mantenedoras-a-universidade-do-contestado-resumo.html>>. Acessado em: 15 jan 2018.

PEREIRA, M.E.D. de M. O processo de auto-avaliação institucional na Universidade Federal da Paraíba. In. MOURA, M. E. D. de. O SINAES na Universidade Federal da Paraíba: relato de experiência da comissão própria de avaliação e ... João Pessoa: Manufatura, 2006.

PERRENOUD, P. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

POCHMANN, M. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo Perspec.**, São Paulo , v. 18, n. 2, p. 3-16, Jun, 2004. Acessado em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a02v18n2.pdf>>. Acesso em: 04 Abril de 2017.

POLIDORI, M. M., et al. Políticas de avaliação da educação superior brasileira. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 253-278, jan./abr., 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/9545/11524>>. Acesso em: 10 de jul. de 2017.

POLIDORI, M. M. Políticas de avaliação da educação superior brasileira: PROVÃO, SINAES, IDD, CPC, IGC e... outros índices. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009. Acesso em: <<file:///C:/Users/Glaucia/Desktop/KINGSTON/SINAES%20e%20politica%20de%20avaliacao/Marlis%20Morosini%20Polidori%20políticas%20de%20avaliacao%20sup%20prova0,%20SINAES....pdf>>. Acessado em: 20 de Jun. de 2017.

POLIDORI, M. M.; MARINHO-ARAUJO, C. M.; BARREYRO, G. B. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio**: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro , v. 14, n. 53, p. 425-436, Dec. 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 jun. de 2017.

PONTE, J. P. da. Tecnologias de informação e comunicação na formação de professores: que desafios? **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 24, p. 63-90, set./dez. 2000.

POSTONE, M. Teorizando o mundo contemporâneo: Robert Brenner; Giovanni Arrighi; David Harvey. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 81, p. 79-97, July 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000200008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 13 jun 2017.

REIS, M. B. **Biblioteca Universitária e a disseminação da informação**. 2008. 260f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Colaboradores José Augusto de Souza Peres ... (et al.). 3. ed. - São Paulo Atlas, 2012.

RISTOFF, D.; GIOLO, J. O SINAES como Sistema. **R B P G**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 193-213, dez. 2006. Disponível em: < <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/106> >. Acesso em: 25 jul. 2017.

ROSA, F. G. M. Os primórdios da inserção do livro no Brasil. In PORTO, CM., org. **Difusão e cultura científica: alguns recortes** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 75-92. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/68/pdf/porto-9788523209124-04.pdf> >. Acesso em: 12 jun. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI**. São Paulo: Cortez Editora; 2004.

SANTOS, J. M. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.6, n.1, p. 50-61, jan.- jun. 2010. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/132/168>>. Acessado em: 20 ago. 2017.

SAUL, A. M. **Avaliação Emancipatória: desafio à teoria e à prática de Avaliação e Reformulação de currículo**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SAVIANI FILHO, H. A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 855-860, dez. 2013. (Resenha de: Bastos, Pedro Paulo Z.; FONSECA, Pedro Cezar D. (Org.). A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012.).

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 105, set./dez. 2008. p. 991-1022. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 ago. 2017

_____. Para avaliar propostas de avaliação do ensino superior. **R. Bras. de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.76, n. 148, set- dez., 1995. p. 549-578. Disponível em: < <file:///C:/abrir/novo/Sguissardi%20para%20avaliar%20propostas%20de%20avalia%C3%A7%C3%A3o.pdf> >. Acesso em: 28 ago. 2017.

SHERA, J. H. **Documentation and the organization of knowledge**. Hamden: Archon Books, 1966. 250 p.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. In. GERHARDT, T. E., SILVEIRA, D. T. (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade aberta do Brasil- UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da

SEAD/UFRGS. il., Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009. 120p. (Série Educação a Distância).

SCHWARTZMAN, S. O conceito preliminar e as boas práticas de avaliação do ensino superior. **Estudos**, Brasília, v. 38, p. 9-32, 2008.

SCROFERNEKER, C. M. A. Trajetórias teórico-conceituais da Comunicação Organizacional. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n. 31, dez, 2006. Quadrimestral. p. 47-53.

SEIFFERT, O. M. L. B. Avaliação da educação superior no Brasil: o pensamento veiculado na Revista Ensaio: avaliação e políticas públicas de educação **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, Campo Grande-MS, n. 30, p. 141-165, jul./dez. 2010. Disponível em: <<file:///C:/abrir/capitulo%20pol%20p%C3%BAblica%20e%20avalia%C3%A7ao/tavares.%20Avalia%C3%A7ao%20da%20educa%C3%A7ao%20superior.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602008000100011&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 11 abr de 2018

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, ano.8, n. 16, Jul-Dez, p. 20-45, 2006.

Sousa, J. V.; RANGEL, M. L. (2009). Gestão democrática e avaliação emancipatória. **Cadernos ANPAE**, v. 1, p. 1-16. ; FERNANDES, Ivanildo. (2015) Regulação excessiva e avaliação de exceção: uma análise sobre os fundamentos técnicos e legais da expansão dos cursos de Administração, Enfermagem, Pedagogia e Engenharia Civil entre 2004 e 2014.

SOUZA, M. E. P. de; TARGINO, M. das G. Cinco Leis da Biblioteconomia / Cinco Leis de Ranganathan: resistindo bravamente ao tempo **Ci. Inf. Rev.**, Maceió, v. 3, n. 1, p. 11-29, jan./abr. 2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/Glucia/Downloads/2334-8975-1-PB.pdf>>. Acesso em: 11 abr 2018.

TAKAHASHI, T. (org). **Sociedade da informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível em: <http://www.institinformatica.pt/servicos/informacao-e-documentacao/biblioteca-digital/gestao-e-organizacao/BRASIL_livroverdeSI.pdf>. Acesso em: 04 abr 2018.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **(Des)ajuste global e modernização conservadora**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

TAVARES, M. das G. M., et al. Políticas de expansão da educação superior no Brasil pós-LDB/96 – desafios para a avaliação. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 1, p. 81-99, jan./jun. 2011. Acessado em: <<https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/15029>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

TUTIKIAN, J. SUÑÉ, L. S. Prefácio. In. LUBISCO, Nídia M. L. (org.). **Biblioteca universitária**: elementos para o planejamento, avaliação e gestão. Salvador: EDUFBA, 2011.

TENÓRIO, R. M.; ANDRADE, M. A. B. de. A Avaliação da educação superior no Brasil: desafios e perspectivas. In. **Avaliação educacional** : desatando e reatando nós / José Albertino Carvalho Lordêlo, Maria Virgínia Dazzani (organizadores). – Salvador: EDUFBA, 2009.

TARAPANOFF, K. O profissional da informação em áreas de ciência e tecnologia no Brasil: características e tendências. **Ci. Inf.**, Brasília, a.18, n. 2, p. 103-119, jul./dez. 1989.

UNESCO. **Manifesto da Unesco para bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: Acesso em: 10 jun. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Biblioteca Central. **Institucional**. Disponível em: < <http://www.biblioteca.ufpb.br/biblioteca/contents/paginas/institucional>> Acesso em: 10 nov. 2016

_____. Biblioteca Central. **SISTEMOTECA**. Disponível em: < <http://www.biblioteca.ufpb.br/biblioteca/contents/paginas/sistemoteca>> Acesso em: 10 de nov. de 2016

_____. **Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba - CONSEPE. Resolução N° 31/2009**: aprova o Regimento Interno do Sistema de Biblioteca da UFPB. Disponível em: < <http://www.biblioteca.ufpb.br/biblioteca/contents/documentos/normas-da-circulacao.pdf> > Acesso em: 11 nov. 2016.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. João Pessoa, 2014. Disponível em: < http://www.ufpb.br/sites/default/files/pdfs/PDI%20UFPB%202014-2018_Final3%20-27.05.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2017.

_____. **Universidade é conceito 4 na avaliação do MEC**. João Pessoa, 2014. Disponível em: < <http://www.ufpb.br/cedesp/content/ufpb-%C3%A9-conceito-4-na-avalia%C3%A7%C3%A3o-do-mec>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **AVALIES**. Simpósio Avaliação da Educação Superior, 17 e 18 de Setembro, Porto Alegre (RS), 2015. Disponível em: <<file:///I:/Graça%20avaliação/Cultura%20de%20Avaliação%20na%20Universidade%20Federal%20da%20Paraíba%20-%20UFPB.pdf>>. Acesso em: 08 de out. de 2016.

VARGAS, R.V. **Manual prático de plano de projeto**. Rio de Janeiro: Brasport, 2003.

VALENTIM, M. L. P. O perfil das bibliotecas contemporâneas. In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (Org.). **Biblioteca do século XXI**: desafios e perspectivas. Brasília: Ipea, 2016.

VIEIRA, R. B. B. **SINAES**: sistema nacional de avaliação da educação superior: da concepção à regulamentação. 2.ed. Ministério da educação: Brasília, 2004.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre “Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba: contribuições dos instrumentos do SINAES no processo de avaliação, na visão dos gestores” e está sendo desenvolvida pela pesquisadora Glaucia Michelyne Paes de Lima, aluna do Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba - MPPGAV, sob a orientação da Dr^a. Mariana Lins de Oliveira.

Os objetivos do estudo são: Objetivo geral: Analisar o sistema de Bibliotecas da UFPB ante o processo de avaliação institucional e as possíveis contribuições dos instrumentos dos SINAES ao SISTEMOTECA. Objetivos específicos: discutir os aspectos teóricos referentes às Bibliotecas universitárias de instituições públicas de ensino; examinar documentos institucionais do SISTEMOTECA, legislação vigente em avaliação, entre outros documentos pertinentes ao atual processo de avaliação da educação superior – SINAES; e Caracterizar a atuação do Sistema de Bibliotecas da UFPB no processo de avaliação institucional.

A finalidade deste trabalho Este trabalho busca analisar como o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba utiliza os instrumentos do SINAES no processo de avaliação institucional externa realizada pelo MEC/INEP. E, no sentido prático, a pesquisa se propõe a apresentar contribuições ao Sistema de Bibliotecas com vistas a melhorias do seu funcionamento e oferta de serviços oferecidos a comunidade, apontando sugestões Sistema de Bibliotecas da UFPB, sendo uma pesquisa de relevância social e institucional.

Solicitamos a sua colaboração para a realização da entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica (se for o caso). Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde. A participação nesta pesquisa não oferece complicações legais, visto que nenhum dos procedimentos usados traz riscos à sua dignidade. Apenas poderá causar alguma forma de inibição ou de desconforto pelo fato de a mesma ser gravada.

Garantimos que a pesquisa transcorrerá considerando o anonimato dos participantes e esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir

do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso). A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura da Testemunha

Contato da Pesquisadora Responsável: Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Glaucia Michelyne Paes de Lima.

Biblioteca Central – Setor: Circulação. (Campus I – UFPB). Telefone: (83) 3216-7103

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB ☎
(83) 3216-7791 – E-mail:eticaccsufpb@hotmail.com

Atenciosamente,

Glaucia Michelyne Paes de Lima
Pesquisadora Responsável



APÊNDICE A

Entrevista aos servidores/gestores do SISTEMOTECA lotados na Biblioteca Central

Prezado (a) servidor/gestor (a)

Esta entrevista faz parte do processo metodológico da pesquisa “Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba: contribuições dos Instrumentos do SINAES no processo de Avaliação” desenvolvida por Glaucia Michelyne Paes de Lima e orientada pelo Prof. Dr. Mariana Lins de Oliveira, no âmbito do Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – MPPGAV, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

A entrevista engloba questões referentes a Análise do sistema de Bibliotecas da UFPB ante o processo de avaliação institucional e as respectivas contribuições dos instrumentos dos SINAES nesse processo de avaliação, na visão dos gestores.

Lembramos que sua participação é voluntária e que seu anonimato será garantido.

A entrevista será gravada e posteriormente transcrita, de modo a respeitar o conteúdo exato das suas informações.

Comprometemo-nos em divulgar os resultados desta pesquisa, após a sua conclusão, para os entrevistados. Ressaltamos que sua participação será de suma importância para o êxito desta pesquisa.

Agradecemos antecipadamente sua disponibilidade e a assinatura do termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Quais os instrumentos do SINAES que você conhece?
2. Quais documentos que são usados pelo SISTEMOTECA no processo de avaliação do MEC?
3. Há uma preparação contínua para a avaliação do MEC, ou ocorre em iminência da avaliação externa?
4. Quais os mecanismos informacionais a Biblioteca Central dispõe ao sistema de Bibliotecas da UFPB para avaliação externa?
5. Como se faz a projeção do SISTEMOTECA dentro do PDI, visto este ser um dos instrumentos usados na avaliação institucional?
6. Como você analisa os serviços disponibilizados aos usuários da Biblioteca Central, estes estão adequados aos parâmetros do MEC?
7. Como você analisa o acervo e recursos informacionais disponibilizados aos usuários?
8. Como ocorre a projeção e o desenvolvimento de coleção desta unidade de informação?
9. Quais as iniciativas desta unidade de informação para acolher as pessoas com deficiência?
10. Como você analisa a relação da Biblioteca Central com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFPB?